



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS - PPGCPRI

VINÍCIUS TELES DO CARMO SANTA ROSA

FORÇAS PRIVADAS, INTERESSES PÚBLICOS: A ATUAÇÃO DA
EMPRESA MILITAR PRIVADA GRUPO WAGNER PARA EXPANSÃO
DA INFLUÊNCIA RUSSA NA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA

João Pessoa - PB
Fevereiro de 2025

VINÍCIUS TELES DO CARMO SANTA ROSA

**FORÇAS PRIVADAS, INTERESSES PÚBLICOS: A ATUAÇÃO DA
EMPRESA MILITAR PRIVADA GRUPO WAGNER PARA EXPANSÃO
DA INFLUÊNCIA RUSSA NA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais.

Área de concentração: Ciência Política e Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Augusto W. M. Teixeira Júnior

João Pessoa – PB

Fevereiro de 2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R789f Rosa, Vinícius Teles do Carmo Santa.

Forças privadas, interesses públicos : a atuação da empresa militar privada Grupo Wagner para a expansão da influência russa na República Centro Africana / Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa. - João Pessoa, 2025.

95 f. : il.

Orientação: Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Mercenários. 2. Grupo Wagner. 3. Política externa - Rússia. 4. Continente africano. 5. Empresas militares. 6. Segurança privada. I. Teixeira Júnior, Augusto Wagner Menezes. II. Título.

UFPB/BC

CDU 355.216(043)



Universidade Federal da Paraíba
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ATA Nº 38

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 10h00min, via videoconferência no Google Meet: meet.google.com/hid-dhhv-kko, instalou-se a banca examinadora de dissertação de Mestrado do aluno VINÍCIUS TELES DO CARMO SANTA ROSA. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr. ANTONIO HENRIQUE LUCENA SILVA, UNICAP, examinador externo à instituição, Dr. GILLS VILAR LOPES, UNIFA, examinador externo à instituição, Dr. AUGUSTO WAGNER MENEZES TEIXEIRA JUNIOR, UFPB, presidente. Deu-se início a abertura dos trabalhos por parte do professor Dr. AUGUSTO WAGNER MENEZES TEIXEIRA JUNIOR, que de imediato solicitou a(o) candidato que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada FORÇAS PRIVADAS, INTERESSES PÚBLICOS: A ATUAÇÃO DA EMPRESA MILITAR PRIVADA GRUPO WAGNER PARA EXPANSÃO DA INFLUÊNCIA RUSSA NA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA. Concluída a exposição, o professor Dr. AUGUSTO WAGNER MENEZES TEIXEIRA JUNIOR, presidente, passou a palavra ao professor Dr. ANTONIO HENRIQUE LUCENA SILVA, para arguir o candidato, e, em seguida, ao professor Dr. GILLS VILAR LOPES, para que fizesse o mesmo; após o que fez suas considerações sobre o trabalho em julgamento; tendo sido Aprovado o candidato, conforme as normas vigentes na Universidade Federal da Paraíba. A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa, no prazo de 90 dias; contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa. O candidato não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANTONIO HENRIQUE LUCENA SILVA
Data: 28/02/2025 12:11:35-0300
Verifique em <https://validar.jil.gov.br>

Dr. ANTONIO HENRIQUE LUCENA SILVA, UNICAP

Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente
gov.br GILLS VILAR LOPES
Data: 28/02/2025 11:17:13-0300
Verifique em <https://validar.jil.gov.br>

Dr. GILLS VILAR LOPES, UNIFA

Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente
gov.br AUGUSTO WAGNER MENEZES TEIXEIRA JUNIOR
Data: 28/02/2025 10:59:13-0300
Verifique em <https://validar.jil.gov.br>

Dr. AUGUSTO WAGNER MENEZES TEIXEIRA JUNIOR, UFPB

Presidente

Documento assinado digitalmente
gov.br VINÍCIUS TELES DO CARMO SANTA ROSA
Data: 28/02/2025 14:00:20-0300
Verifique em <https://validar.jil.gov.br>

VINÍCIUS TELES DO CARMO SANTA ROSA

Mestrando

RESUMO

O Kremlin tem adotado uma estratégia agressiva para resguardar e expandir sua influência geopolítica no continente africano. Nesse contexto, como o Grupo Wagner contribui para essa estratégia? Este trabalho busca analisar o papel das Empresas Militares e de Segurança Privadas (EMSPs) na política externa russa, com ênfase na atuação do Grupo Wagner e sua relação com a ampliação da influência geopolítica de Moscou. Para alcançar esse objetivo, aprofundaremos o debate sobre o surgimento e a expansão do mercado privado da força na Rússia, considerando os condicionantes internos e externos que impulsionaram seu desenvolvimento. Analisaremos especificamente o emprego do Grupo Wagner no continente africano, com foco na República Centro-Africana (RCA), investigando seu papel na consolidação dos interesses geopolíticos e da política externa do Kremlin. Por meio desse estudo de caso, examinaremos as principais dinâmicas que posicionam o Grupo Wagner como uma ferramenta central para a maximização dos objetivos estratégicos da Rússia. Nesse sentido, discutiremos como sua atuação se insere no projeto de Moscou de recuperar o status de grande potência e ampliar sua presença na política global.

Palavras-Chaves: Empresas Militares e de Segurança Privadas; Grupo Wagner; Política Externa; Continente Africano; Rússia.

ABSTRACT

The Kremlin has adopted an aggressive strategy to safeguard and expand its geopolitical influence in the African continent. In this context, how does the Wagner Group contribute to this strategy? This paper aims to analyze the role of Private Military and Security Companies (PMSCs) in Russian foreign policy, with a focus on the Wagner Group and its connection to the expansion of Moscow's geopolitical influence. To achieve this objective, we will delve into the emergence and expansion of the private force market in Russia, considering the internal and external factors that have driven its development. We will specifically analyze the employment of the Wagner Group in the African continent, with an emphasis on the Central African Republic (CAR), investigating its role in consolidating the Kremlin's geopolitical interests and foreign policy. Through this case study, we will examine the key dynamics that position the Wagner Group as a central tool for maximizing Russia's strategic objectives. In this sense, we will discuss how its operations are part of Moscow's project to regain great power status and expand its presence in global politics.

Keywords: Private Military and Security Companies; Wagner Group; Foreign Polic; African Continent; Russia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONGs – Organizações não-governamentais;

EMSPs – Empresas Militares e de Segurança Privadas;

RCA – República Centro Africana;

ONU – Organização das Nações Unidas;

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;

PMCs – Private Military Companies;

PSCs – Private Security Companies;

FSB – Serviço Federal de Segurança;

FSO – Serviço Federal de Proteção da Rússia;

SVR-RF – Serviço de Inteligência Externa da Federação Russa;

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte;

EUA – Estados Unidos da América;

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul;

ONU – Organização das Nações Unidas;

MINUSCA – Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana;

OCS – Organização de Cooperação de Xangai;

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa;

OTSC – Organização do Tratado de Segurança Coletiva;

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas;

GRU – Diretoria Principal de Inteligência;

ESP – Empresa de Segurança Privada;

ChVK - Chastnaya Voennaya Kompaniya (Companhia Militar Privada);

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano;

FACA – Forças Armadas Centro Africanas.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - FLUXO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA RUSSA.....	30
FIGURA 2 - BASE DE TREINAMENTO DO GRUPO WAGNER EM UMA INSTALAÇÃO DO GRU NA VILA DE MOL'KINO, PERTO DO AEROPORTO DE KRASNODAR.	76
FIGURA 3 - - DA ESQUERDA PARA A DIREITA: ANDREY "SEDOY" TROSHEV, ALEXANDER "RATIBOR" KUZNETSOV E DMITRY "WAGNER" UTKIN SÃO CONDECORADOS COM MEDALHAS DE HERÓIS DA FEDERAÇÃO RUSSA POR SUAS CONQUISTAS MILITARES NA SÍRIA, COM VLADIMIR PUTIN (CENTRO)	76
FIGURA 4 - MEMBROS DO GRUPO WAGNER SUPERVISIONAM TREINAMENTO NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA	83
FIGURA 5 - IMAGEM DA BASE PRINCIPAL DO GRUPO WAGNER, BERENGO, REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA	84
FIGURA 6 - MERCENÁRIOS DO GRUPO WAGNER ACOMPANHAM PARADA MILITAR ENQUANTO PARTICIPAM DA SEGURANÇA DO PRESIDENTE EM BANGUI, NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA	85
FIGURA 7 - MAPA DE EXPLORAÇÃO DA LOBAYE INVEST NA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA.....	87
FIGURA 8 - ESTÁTUA DOS FUNDADORES DO WAGNER PRIGHOZIN E UTKIN INAUGURADA NA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA.....	88

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. AS BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS ACERCA DO USO DE EMPRESAS MILITARES E DE SEGURANÇA PRIVADAS	16
2.1. Um olhar sobre o uso de Empresas Militares e de Segurança Privadas: abordagem histórica, teórica, conceitual e legal	16
2.2. Metodologia e hipótese	28
3. O JEITO RUSSO DE FAZER POLÍTICA EXTERNA: A POLÍTICA EXTERNA RUSSA AO LONGO DO TEMPO	31
3.1. Grupos de interesse e escolas de pensamento em política externa russa.....	31
3.1.1. Os Atlantistas ou Ocidentalistas.....	32
3.1.2. Estatistas.....	35
3.1.3. Civilizacionistas ou Eurasianistas	39
3.2. A política externa russa ontem e hoje: elementos de permanência e inovação.....	42
3.2.1. A Política externa do governo Yeltsin: o ocidentalismo iludido.....	44
3.2.2. A política externa de Putin: da acomodação ao embate	51
3.2.3. A política externa Medvedev: o arrefecimento das relações com o ocidente	57
3.2.4. O retorno de Putin ao Kremlin: a Rússia como civilização distinta	61
3.3. O DNA da política externa moscovita	64
4. EMPRESAS MILITARES PRIVADAS RUSSAS: O GRUPO WAGNER E SUA ATUAÇÃO NA REPUBLICA CENTRO AFICANA	73
4.1. Empresas militares e de segurança privadas na Rússia: o Grupo Wagner em evidência	73
4.2. Presença das empresas militares e de segurança privadas o caso da República Centro Africana	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
Referências Bibliográficas:	92

1. INTRODUÇÃO

O mercenarismo constitui uma das mais antigas profissões e formas de organização do trabalho. Em toda a história da humanidade, são diversos os exemplos de contratação e uso de grupos especializados na arte da guerra para lutarem em prol de uma causa ou de países em troca de ganhos diversos. Singer (2008) relembra que, o conflito interpessoal sempre foi a principal e mais constante variável da história do mundo, de modo que, “os primeiros registros humanos de guerra incluem uma série de menções acerca de guerreiros estrangeiros lutando em nome de antigos governantes”. (Singer, 2008, p. 20, tradução nossa) Em concordância a isso, a própria história bíblica remonta uma série de eventos nos quais o uso de tropas estrangeiras que lutavam em troca de ganhos econômicos era amplamente utilizado para reforçar os exércitos.

A atual indústria da força como a conhecemos é fruto de um longo processo evolutivo que tem no final da Guerra Fria o seu principal ponto de virada. Isso porque, é com o fim do mundo bipolar e a ascensão de um único país como superpotência restante que começam a surgir os mais diversos conflitos ao redor do mundo, aumentando, então, a demanda por segurança. Tal fato culminou na derrocada gradual do Estado como principal detentor do monopólio legítimo da violência, de maneira que, “tornou-se um bom senso por parte dos estudos de segurança de que o uso da violência que cabiam aos Estados foi perturbado pela atividade de segurança privada nas duas décadas do pós-Guerra Fria”. (Avant, 2018, p. 351)

No mundo contemporâneo cada vez mais complexo e globalizado, no qual os processos de segurança adquiriram uma importância central, o mercenarismo passou por uma crescente demanda de serviços que surgiam por parte dos países, empreendimentos privados e até mesmo Organizações Não-Governamentais (ONGs). Uessler (2008) examina que o fim da Guerra Fria marcou o fim do mercenarismo como atividade marginalizada, de maneira que, é a partir desse acontecimento, de grande importância para as Relações Internacionais, que ocorrem amplas alterações no setor. Em sua grande parte, as transformações se dão a fim de torná-lo cada vez mais profissional. Assim, “ao menos para fora, as tropas de mercenários transformaram-se em empresas sérias que estabeleciam cálculos rígidos com base na economia do mercado”. (Uessler, 2008, p. 150, tradução nossa)

O estabelecimento do que foi nomeado por Uessler (2008) como “Nova Desordem Mundial de Segurança” não constitui, no entanto, os únicos fatores que levaram ao apogeu do processo de privatização da segurança. Para além do fim da proteção anteriormente fornecida pelas grandes potências e das transformações no campo de batalha, Krahnmann (2024) observa que, “as principais razões para o crescimento do setor podem ser encontradas também nas

reformas liberais e reduções nas forças armadas e orçamentos militares das grandes potências após o fim da Guerra Fria”. (Krahmann, 2024, p. 121) Foram, portanto, países desenvolvidos e velhas potências como Estados Unidos, Inglaterra e França os principais criadores da demanda.

Atualmente, no entanto, é a Rússia que vem fazendo intensa utilização de Empresas Militares e de Segurança Privadas, como multiplicadores de força, a fim de atingir os seus mais diversos objetivos, sejam eles econômicos, políticos e geopolíticos. No caso russo, para além dos incentivos citados anteriormente para o crescimento do setor privado de segurança há também um outro importante fator, visto que, “após a queda da União Soviética, o excesso de pessoal militar e de segurança estatal russo estabeleceu frequentemente empresas de segurança domésticas, mas alguns também se familiarizavam com a indústria internacional”. (Østensen; Bukkvoll, 2020, p. 03, tradução nossa) Tal fato constitui, desse modo, uma das principais diferenças para o desenvolvimento do setor privado de segurança na Rússia.

O processo de ampla transformação da guerra em conjunto com as dificuldades referentes ao processo de derrocada do Estado Soviético amplificou de forma significativa a necessidade de forças privadas por parte de Moscou. Para além disso, Østensen e Bukkvoll (2020) relembram que não somente as condições foram propícias, como também fatores culturais, históricos, desenvolvimentos institucionais e políticos acabaram moldando o atual mercado no País como conhecemos atualmente. Entende-se, assim, que “a indústria é afetada pelo seu ambiente institucional, pelas regulamentações, pela cultura militar nacional, aceitação popular, pela propensão histórica para a utilização de atores privados e diversos outros fatores”. (Østensen; Bukkvoll, 2020, p. 06, tradução nossa)

Observando o processo de formação histórica do Estado russo, é possível admirarmos o intensivo uso de grupos que não integravam oficialmente o aparato de força da Rússia, mas que atuavam como importante braço armado. Um dos principais exemplos são as comunidades cossacas. Contempla-se, dessa maneira, que “as formações paramilitares cossacas tiveram um importante papel na expansão da Rússia imperial e consequente consolidação nos séculos 19 e 20”. (United States Army Training and Doctrine Command [TRADOC], 2020, p. 08, tradução nossa) Também houve ao longo desse processo uma série de grupos voluntários, principalmente aqueles advindos das antigas repúblicas soviéticas que igualmente receberam apoio direto do governo Soviético.

Tais fatores informam que a Rússia não lida com algo completamente novo, mas que o processo de atuação de instrumentos privados de força já é algo historicamente conhecido pelo Kremlin. Uma das principais razões para o intenso uso de mercenários e atualmente EMSPs, reside na fácil possibilidade de negar os laços desse grupo com o governo central. De acordo

com Krahmman (2024, p. 123), uma das principais motivações se trata justamente da possibilidade de uma “negação plausível proporcionada pelos mercenários”. Ou seja, o Kremlin pode, ao seu bel prazer, negar a participação e patrocínio de determinados atos por eles orquestrados.

Entretanto, é somente após uma série de reformas e reorientações na política interna e externa do País, que se desenvolveu o atual mercado da força, que tem como principais características uma maior ligação com o Estado, atuação global e um grande vínculo entre os objetivos estratégicos do País e a atuação dessas forças. Sendo 1991 o nascimento das primeiras empresas, foi somente em 2013 que as Empresas Militares e de Segurança Privadas Russas (EMSPs) chamaram a atenção de analistas e países. Isto posto, somente a partir desse período que “as EMSPs russas concentraram-se na promoção dos interesses nacionais do país e na realização de missões de alto risco, que se realizada por tropas regulares, poderiam ser politicamente impopulares”. (*United States Army Training and Doctrine Command [TRADOC]*, 2020, p. 12, tradução nossa)

O papel central assumido por essas Empresas Militares e de Segurança Privadas pode ser amplamente explicado pela forma de condução da política externa por parte de Moscou. Com o maior foco dado para os instrumentos coercitivos e de força, o Kremlin tem menor resistência em utilizar tais mecanismos, visto que ocorreram diversas mudanças advindas da nova política externa russa implementada pelo presidente Vladimir Putin. O aumento da participação de EMSPs fazem parte, portanto, de uma abordagem de “poder como prestígio”, no qual, “a presença dessas empresas é interpretada local e internacionalmente como uma confirmação das capacidades geopolíticas russas”. (Østensen; Bukkvoll, 2022, p. 06, tradução nossa)

A África tem adquirido crescente relevância para a Rússia, tanto como espaço de projeção de poder quanto como arena de disputa com outras potências globais, como França, Estados Unidos e China. O continente oferece recursos naturais estratégicos, mercados emergentes e oportunidades para consolidar alianças políticas que desafiem a hegemonia ocidental. Moscou tem utilizado as EMSPs para garantir apoio a governos aliados, promover estabilidade em áreas de interesse e assegurar acesso a riquezas minerais e energéticas.

Diante desse motivo, o caso do uso de Empresas Militares Privadas e de Segurança Russas por parte do País na República Centro Africana (RCA) possui um papel central para o entendimento da estratégia do Kremlin por trás do uso das EMSPs. Visto que, foi a partir de 2013, com uma piora do seu relacionamento com a antiga metrópole, a França, que se iniciou a construção de um relacionamento com Moscou. No ano de 2017, o presidente da RCA,

Faustin-Archange Toudéra, em encontro com o ministro das Relações Exteriores da Rússia, fez um pedido formal para a reconstrução das forças de segurança do País africano e ajuda na Organização das Nações Unidas (ONU) para pôr fim ao embargo de armas feito a nação desde 2013. Moscou encontrou na posição central da RCA no continente uma importante fonte de colaboração para a expansão dos seus interesses estratégicos.¹

Através da iniciativa diplomática da Rússia, tornou-se possível a penetração de Empresas Militares e de Segurança Privadas no País, com o objetivo de resguardar a presença não somente dos laços de amizade, mas também de fomentar a sua indústria de defesa e prospectar clientes no continente para os seus produtos. A partir do ano de 2018, diversos funcionários ligados a *SEWA Security Services*² passaram a atuar na RCA. Inicialmente, foram designados como instrutores civis para o treinamento das tropas do Estado e uso das armas enviadas por Moscou e, posteriormente, assumiram maiores funções a exemplo da segurança de estruturas vitais e até mesmo do presidente do país Faustin-Archange Toudéra. (*United States Army Training and Doctrine Command* [TRADOC], 2022)

Tendo em consideração a relevância que o tema vem adquirindo para as Relações Internacionais e, mais especificamente, na área de Segurança Internacional, a corrente dissertação tem como principal objetivo analisar o papel desempenhado pela Empresa Militar e de Segurança Privadas Grupo Wagner para a estratégia de Política Externa Russa para a República Centro Africana. Consideramos que o estudo da aplicação de EMSPs por parte da Rússia como componente da sua política externa traga esclarecimentos sobre a interação entre os atores públicos e privados, além de maior explanação sobre a atual forma do Kremlin em fazer política externa.

Baseado no estudo do caso russo e de como o País desenvolve e vem aplicando o componente de força, no caso a Empresas Militar Privada Grupo Wagner através da sua Política Externa, vislumbramos que o trabalho seja um importante referencial empírico. Por vindouros, estudos sobre Empresas Militares e de Segurança Privadas e acerca da Política Externa da Rússia podem se favorecer do presente trabalho. Isso por conta do entendimento de diferenças essenciais entre a forma do Kremlin e dos demais países do ocidente em utilizar-se de EMSPs

¹ Comunicado de imprensa sobre o encontro do Ministro dos Negócios Estrangeiros Sergey Lavrov com o Presidente da República Centro-Africana Faustin-Archange Touadera. Disponível em https://mid.ru/en/foreign_policy/news/1554659/. Acesso em: 05 mai 2024.

² Documentos apontam que a *SEWA Security Services* seria uma subsidiária de uma companhia de investimentos chamada Lobaye Invest que possuía como o seu dono o principal investidor e apontado muitas vezes como líder e fundador do Grupo Wagner, Yevgeny Prigozhin.

e de particularidades acerca da Política Externa do País quanto ao papel que é designado para esses atores privados.

Com intenção de alcançar os objetivos pretendidos, optamos por uma abordagem qualitativa organizada como estudo de caso. Através de uma ampla e profunda análise do fenômeno, buscamos sistematizar informações com objetivo de permitir um conhecimento mais aprofundado sobre o presente tema, produzindo, portanto, inferências válidas. Consideramos a metodologia escolhida é a mais adequada para o trabalho, visto que, “é considerada um eficiente instrumento quando se trata de compreender com profundidade um determinado e isolado evento, fenômenos raros ou um conjunto de poucos eventos”. (Gomes Neto; Albuquerque; Da Silva, 2024, p. 21) Desta forma, através da metodologia escolhida esperamos obter importantes vantagens quanto a profundidade e detalhamento da presente pesquisa.

A dissertação é estruturada da seguinte maneira: no capítulo 1, traremos a base teórica e metodológica acerca do uso de Empresas Militares e de Segurança Privadas que orienta as seguintes fases do trabalho respectivamente; no subcapítulo, apresentaremos um panorama sobre de que forma a Rússia observa e entende o uso de EMSPs. Introduziremos o tema em relação ao posicionamento do País, apresentando para além das perspectivas presentes nos principais círculos, seja ela política, securitária, econômica e geopolítica, explanando os principais desafios e perspectivas diferenciando-os de uma perspectiva ocidental. Primordialmente, buscaremos identificar quais as principais motivações e interpretações das lideranças do país acerca do uso de Empresas Militares e de Segurança Privadas para a consecução de objetivos públicos e como essa compreensão foi sendo moldada por mudanças identitárias, conceituais e estratégica da Política Externa formulada por Moscou.

No último subcapítulo, do capítulo 1, enumerado como 1.2, serão evidenciados a metodologia e a hipótese do trabalho em questão. Traremos inicialmente a pergunta norteadora da pesquisa, revelando os seus objetivos e conseguinte explanação dos procedimentos metodológicos que serão utilizados para satisfazer a pergunta. Pretende-se apresentar também a justificativa pela qual utilizamos o estudo de caso, bem como serão apresentadas as condições básicas para a sua utilização demonstrando que o presente trabalho se encontra de acordo com tal.

Demonstradas as mais importantes bases do trabalho, no Capítulo 02, discutiremos sobre a Política Externa da Rússia. Analisaremos as evoluções que levaram a mudanças bastante consideráveis na perspectiva de uso da força e como ela foi alterada ao longo do tempo, permitindo, portanto, o maior desenvolvimento do mercado de EMSPs com objetivo de serem utilizados como ferramentas complementares dessa política. Por fim, identificaremos de que

maneira a política externa foi se alterando de uma concepção que antes evitava a confrontação direta com o Ocidente, para uma concepção de que o país havia alcançado um ponto em que se encontrava pronto para a confrontação direta. Entendemos tal fato como crucial para explicar o levante do mercado privado de força na Rússia e o aumento do seu papel na política externa que vinha sendo desenvolvida pelo Kremlin.

No Capítulo 03, analisaremos a origem e evolução do Grupo Wagner, desde sua formação até sua atuação nos dias atuais. Investigaremos os fatores que levaram à criação do grupo, destacando o contexto político, militar e estratégico que possibilitou seu surgimento. Além disso, discutiremos os laços entre o Wagner e o Kremlin, explorando como essa relação influenciou suas operações e consolidou sua relevância como um instrumento de projeção de poder russo. Também examinaremos os motivos que tornam Empresas Militares e de Segurança Privadas como o Wagner uma opção estratégica para os interesses geopolíticos, econômicos e de política externa da Rússia. Apresentaremos uma análise detalhada sobre as principais figuras envolvidas na concepção do Grupo Wagner e sua relação com o aparato estatal russo, destacando seus papéis estratégicos na formação e expansão da organização.

Discutiremos mais especificamente sobre a estratégia russa para o continente africano, examinando quais os motivos que levam a guinada da política externa do Kremlin para a região, examinando também como se dá o relacionamento entre os governos do continente e Moscou. Aprofundaremos também sobre a atuação do Grupo Wagner na República Centro Africana e de que maneira a sua presença se alinha com os objetivos em política externa do Kremlin. Para além disso, buscaremos entender melhor como funciona o relacionamento entre essas Empresas Militares Privadas e o conjunto de atores e forças políticas governantes. Finalmente, elucidaremos como atuam esses atores privados dentro da grande estratégia russa para o continente africano.

2. AS BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS ACERCA DO USO DE EMPRESAS MILITARES E DE SEGURANÇA PRIVADAS

Neste capítulo, teremos como foco a explanação das bases teóricas e metodológicas que serão utilizadas ao longo da pesquisa. Na seção seguinte, intitulada “Um Olhar Russo Sobre as Empresas Militares e de Segurança Privadas”, apresentaremos inicialmente segmento introdutória acerca do surgimento do mercado mundial da força e consequente desenvolvimento do mercenarismo no mundo, de soldados da fortuna até o momento em que se reúnem em empreendimentos e formam as Empresas Militares e de Segurança Privadas. Tendo amplo foco no mercado russo de EMSPs e o seu contexto burocrático e legal. Por fim, na subseção 1.2, de título “Metodologia e Hipótese” demonstraremos toda a base metodológica da presente dissertação, expondo os recursos utilizados, assim como justificativas para a sua escolha e hipótese.

2.1. Um olhar sobre o uso de Empresas Militares e de Segurança Privadas: abordagem histórica, teórica, conceitual e legal

A história da Rússia como nação soberana é tão velha e labiríntica quanto à cronologia de formação do mercado da força, que se iniciou como um mercenarismo pouco especializado e antiquado até a formação dos enormes empreendimentos que ficaram bastante conhecidos como Empresas Militares e de Segurança Privadas. Uessler (2008) vai informar que é um fato ao longo de toda a história do mercado privado da força a existência de discrepâncias na natureza do mercenarismo. Isto posto, podemos entender que tais desproporções se devem a necessidade da atividade mercenária em se adequar às necessidades dos mais diferentes períodos da história, ou seja, a necessidade de atender a demandas de clientes cada vez mais exigentes. O próprio Uessler (2008) entende que,

No curso dos milênios, houve diferenças gritantes na essência do mercenarismo, não apenas na sua aparência ou no armamento, mas também em seu caráter e em sua função. A constante alteração do significado dos mercenários pode ser vista de maneira primorosa pela imagem à qual eles estiveram associados a cada época. Por vezes, eles se mostravam desprezíveis (como nos dias de hoje), por vezes eram considerados eficientes, corajosos, confiáveis e mais baratos do que os próprios soldados (Uessler, 2008, p. 125).

Dessa maneira, a própria história de formação de Moscou, em alguns momentos, é marcada pela atuação de grupos que lutavam em prol dos seus objetivos e ambições, mas que

não necessariamente faziam parte do aparato coercitivo do Estado. Já no período de seu desenvolvimento, ainda como *Rus de Kiev* tática de fortalecimento da sua estratégia de segurança através da expansão das suas fronteiras jamais seria possível sem a atuação do povo Cossaco. Segundo argumenta Grass (2022), algumas características davam aos Cossacos vantagens se comparadas aos demais meios militares disponíveis para o governo russo, a exemplo: menor custo, avançados conhecimentos sobre a geografia e idiomas locais, exímios lutadores e maiores organizações de comparados com os demais (Grass, 2022, p. 35).

A dependência da Rússia em atores não estatais remonta à segunda metade do século XVI. Em geral, na Rússia czarista, formações irregulares militarizadas, principalmente cossacos, eram empregadas pelo estado para várias tarefas (para) militares, incluindo garantir a segurança física do monarca russo e, usando a linguagem contemporânea, enfrentar “ameaças híbridas”. Os irregulares russos desempenharam um papel visível em todos os principais conflitos regionais travados pelo regime czarista, frequentemente agindo como forças protoespeciais que eram parcialmente encarregadas da proteção da fronteira nacional russa nas áreas povoadas por povos não russos (Sukhankin; Hurska, 2021, p. 15, tradução nossa).

Ainda assim, o mercado da força como conhecemos atualmente não se desenvolveu de forma mais rápida no País, ao contrário disso, foi na Inglaterra e na África do Sul que ele obteve o seu florescimento de forma mais acelerada e adiantada. Uessler (2008) rememora que ambos os países foram os primeiros no oferecimento de serviços privados de segurança. Os sul-africanos aproveitaram o seu próprio continente, enquanto que os ingleses aproveitaram os diversos conflitos que vinham ocorrendo na Ásia e na península Arábica (Uessler, 2008, p. 149). Todavia, foi o uso desses grupos paramilitares na atuação dos Estados Unidos, em pleno século XXI, no Iraque e Afeganistão que os colocou em evidência, visto que, segundo Avant (2018), “mais da metade do pessoal empregado pelos Estados Unidos no Iraque e Afeganistão eram empregados de Empresas Militares e de Segurança Privadas” (Avant, 2018, p. 351).

Sem embargo, apesar do inegável impacto do fim da Guerra Fria para a evolução desse mercado, outros fatores foram se somando a isso e criando no mundo uma conjuntura ideal para o avanço das EMSPs. De acordo com Uessler (2008), são eles: 1) o aumento da dificuldade dos Estados mais fracos em lidar com os novos desafios da segurança local e mundial; 2) o triunfo dos valores neoliberais e seu avanço como perspectiva política e econômica dominante; e 3) o cenário de mudanças nos conflitos modernos. Tais motivos fizeram com que as Empresas Militares Privadas passassem a atuar nos mais diversos locais, com os mais variados objetivos e múltiplos clientes de diversos âmbitos.

Como observado por Singer (2008), A queda do Muro de Berlim marcou o colapso de uma ordem global, gerando uma lacuna de segurança que impulsionou a demanda por serviços

militares privados. No entanto, além desse contexto imediato, duas tendências de longo prazo foram essenciais para o surgimento da indústria de empresas militares privadas. A primeira está relacionada às transformações e avanços tecnológicos na natureza da guerra, que criaram novas demandas e oportunidades de mercado para essas empresas. A segunda refere-se ao avanço da privatização, que não apenas legitimou, mas também forneceu modelos para a transferência de funções militares do Estado para o setor privado. A convergência desses fatores resultou no crescimento acelerado da indústria militar privatizada.

A situação da Rússia, nos âmbitos econômicos, políticos e militares também havia se deteriorado de forma assustadora após a Guerra Fria com o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A política interna e internacional pouco tempo antes da dissolução do País era sintoma de um amplo processo de crise que se instaurou após a renúncia de Gorbachev. Dessa maneira, o gigante aparato securitário herdado da URSS já não era mais viável, pois, como observou Tsygankov (2019, p. 43, tradução nossa), “Após 1988, a situação doméstica deu uma guinada. Com o abrandamento econômico, agravamento dramático dos padrões de vida e separatismo político de algumas repúblicas soviéticas”. Em vista disso, presenciou-se um enorme vácuo de poder devido ao amplo processo de encolhimento do aparelho coercitivo do país.

O aumento da instabilidade acabou criando espaços para a atuação de outros entes, uma vez que, as forças coercitivas estatais já não eram mais suficientes para a manutenção da ordem necessária ao retorno de importantes condições de governabilidade. Isto posto, Singer (2008, p. 50, tradução nossa) esclarece que “o resultado dessas falhas de governança levou ao conflito e uma reordenação do sistema estatal, que abre novos espaços para os intervenientes militares privados atuarem”. Somado a isso, a extensa desmobilização do efetivo militar anterior abundou o mercado com pessoal militar altamente especializado, além de grandes quantidades de armamentos que foram vendidos a custos insignificantes, formando assim um mercado bastante promissor para a atuação das Empresas Militares e de Segurança Privadas.

As PMCs russas surgiram de um mercado privado de força que existia na Rússia desde o colapso da União Soviética. Com a vasta redução no tamanho das forças armadas russas pós-soviéticas após 1991, ex-soldados encontraram trabalho em empresas nacionais e estrangeiras. As PSCs foram legitimadas em 1992 para operar domesticamente quando o presidente Boris Yeltsin aprovou a Lei Federal nº 2478 - “Sobre Detetive Particular e Atividade de Segurança na Federação da Rússia” e desempenhou um papel importante na proteção de empresas e indivíduos privados durante o colapso do estado de direito durante os anos 1990 e início dos anos 2000. (*United States Army Training and Doctrine Command [TRADOC], 2020, p. 8, tradução nossa*)

O surgimento e conseqüente avanço do mercado de EMSPs, junto com o aumento das demandas de segurança por parte dos entes públicos e privados presenteou Moscou com uma nova e importante ferramenta no seu conjunto de estratégias. Conseqüentemente, a ascensão do presidente Putin representou uma importante mudança no mercado, de maneira que o Estado passa a figurar como um dos principais demandadores dos serviços das Empresas Militares e de Segurança Privadas. Isso se deve, sem dúvidas, a uma abrupta mudança da identidade do País, ou seja, a forma como os seus dirigentes enxergam o seu lugar no mundo e com isso, também, a um processo de reordenação da sua política externa.

Conseqüentemente, o Kremlin passou a considerar o mundo como um ambiente cada vez mais competitivo e pragmático. Nas palavras do próprio presidente Putin:

“A conclusão é óbvia: no mundo moderno, ninguém espera ter inimizade conosco, ninguém quer fazê-lo e não precisam disso. Mas ninguém está especialmente esperando por nós. Não seremos ajudados, pois, sob o sol econômico e geopolítico precisaremos lutar contra os outros e contra nós mesmos” (Federação Russa, 2002, p.4).

Fica claro, portanto, que houve também uma mudança na forma como o governo enxerga o uso da força, já que, há uma clara ambição de retorno a sua antiga posição de grande potência. Como pontuado por Tsygankov (2019 p. 179, tradução nossa), “O *status* de grande potência não era o objetivo em si, mas o papel do *status* servia para criar uma condição necessária para o maior envolvimento do país no mundo”. Assim,

À medida que a Rússia se aproximava de sua recuperação econômica e social, uma nova versão de assertividade se fez ouvir nos círculos políticos. Mais alto do que antes, alguns políticos e intelectuais influentes expressaram seu apoio a uma política externa mais expansionista que buscava ganhos de poder, não apenas a manutenção do status quo. Tal política, eles acreditavam, era garantida pela restauração total da Rússia ao status de grande potência. (Tsygankov, 2019, p. 179 tradução nossa)

A reorientação da política externa do Kremlin levou à consideração do uso de Empresas Militares e de Segurança Privadas como uma alternativa estratégica para atingir objetivos sensíveis para Moscou. Nesse contexto, começou a disseminação de militares privados em locais considerados cruciais para os interesses russos, em substituição às forças armadas regulares. A adoção dessa estratégia se deve, em grande parte, ao processo de degradação das Forças Armadas russas na época, agravado por uma série de falhas operacionais, como as observadas nas campanhas da Chechênia e da Geórgia. Embora a Rússia tenha vencido ambos os conflitos, ficou claro que houve uma série de ineficiências e dificuldades em alcançar os

objetivos estratégicos, revelando limitações operacionais nas forças regulares. Assim, a escolha pela utilização das EMSPs segue uma lógica funcionalista de privatização da segurança.

Isto faz sentido, já que, de acordo com Dall'Agnol (2021), apesar da vitória nas duas campanhas “a guerra de 2008 teria convencido as lideranças russas de que as capacidades militares convencionais precisavam ser incrementadas a fim de combater também interferências externas” (Dall'Agnol, 2021, p. 164). Verifica-se, portanto, que o País necessitava de uma ferramenta militar que cumprisse com os requisitos necessários, que seriam naquele momento, eficácia, pronto-emprego e economia de recursos. Isso porque, ao prestigiarem as EMSPs com importantes tarefas, o Kremlin não possui quaisquer obrigações com o treinamento de um soldado, que geraria um alto custo, e muito menos incumbência referente a soldo e até mesmo indenização caso venha a ser ferido em combate, enxugando, assim, o seu orçamento militar com pessoal e utilizando-o em algo considerado mais vital para o País.

O funcionalismo destaca a busca por eficiência e flexibilidade como fatores determinantes para a crescente atuação de Empresas Militares e de Segurança Privadas. Segundo essa abordagem, os Estados recorrem a essas empresas para suprir déficits de segurança de forma pragmática, reduzindo custos e ampliando sua capacidade de projeção de poder. Entretanto, o funcionalismo não é a única abordagem que busca explicar esse fenômeno. Modelos concorrentes incluem a perspectiva neorrealista, que enfatiza a lógica de poder e segurança no sistema internacional, e a abordagem marxista, que interpreta a privatização da segurança como uma extensão do neoliberalismo e do capital globalizado. Apesar dessas alternativas, este estudo adotará o modelo funcionalista³ como eixo analítico. A escolha se deve à capacidade desse modelo de explicar não apenas a adoção estratégica das EMSPs pela Rússia, mas também sua instrumentalização em contextos de guerra híbrida e influência geopolítica.

O modelo teórico funcionalista de privatização da força, desenvolvido por Andreas Kruck, sustenta que os Estados utilizam os serviços das EMSPs porque elas são soluções mais eficientes e de menor custo para desafios de segurança. Esse modelo se baseia na teoria do principal-agente e na teoria da dependência de recursos. Ele argumenta que a crescente complexidade dos conflitos modernos e as restrições orçamentárias forçam os Estados a contratar EMSPs para preencher lacunas em suas capacidades militares e operacionais. De acordo com Kruck (2014, p. 115, tradução nossa) “atores governamentais racionais (principais) se esforçam na obtenção de soluções efetivas e econômicas para problemas de segurança,

³ A escolha por esse modelo se deve ao impacto das redes de influência opacas, aliado ao desempenho insatisfatório das Forças Armadas do país, que, em nossa opinião, foram os principais fatores que impulsionaram a busca por uma ferramenta capaz de conferir maior efetividade ao aparato coercitivo do país.

delegando tarefas relacionadas à Segurança para EMSPs (agentes)”. Esse modelo combina elementos da teoria do principal-agente⁴ e da teoria da dependência de recursos⁵, argumentando que a privatização da segurança ocorre quando os Estados enfrentam desafios complexos e necessitam de capacidades especializadas que não possuem internamente.

O modelo argumenta que, sob as condições de aumento da complexidade de mudanças tecnológicas profundas e rápidas na guerra, ambientes de segurança voláteis e conflitos violentos assimétricos, os estados – e, mais especificamente, seus exércitos – nem sempre possuem todas as habilidades, qualificações e conhecimentos que seriam necessários para gerenciar efetivamente seus problemas de segurança. (Kruck, 2014, p. 115, tradução nossa).

Kruck (2014) observa que nenhum dos modelos, isoladamente, é capaz de explicar o amplo e complexo processo de privatização do aparato coercitivo dos Estados. Diante disso, é possível complementar essa análise com a teoria político-instrumentalista, que enfatiza a redução dos custos políticos para governos democráticos. A contratação de EMSPs permite que os governos contornem o escrutínio parlamentar e midiático, reduzam a transparência na tomada de decisões sobre o uso da força e minimizem a oposição pública a operações militares. Dessa forma, a delegação de funções militares a empresas privadas facilita a evasão de responsabilidades por decisões impopulares ou controversas, permitindo a "negação plausível"⁶ de qualquer envolvimento no uso da força para alcançar os objetivos de Moscou.

Isto posto, a escolha do modelo teórico funcionalista para apoiar a presente análise é justificada em primeiro plano pelas dificuldades econômicas enfrentadas pelo País e amplo processo de reorganização pelo qual passou as forças armadas na reconstrução do Estado russo. De modo que, tais fatores levaram a uma série de contrações e constrangimentos do aparato coercitivo do País, pelas dificuldades orçamentárias presentes, de tal modo que, se tornou inadiável a necessidade de encontrar meios que fossem mais eficazes, velozes e baratos em dar os resultados exigidos. Quanto ao modelo político-instrumentalista, ele é fundamentado por dois importantes aspectos: 1) a imprescindibilidade de evitar custos-políticos pela obrigatoriedade de manter um grupo governista coeso para a concretização da estratégia de

⁴ A teoria do principal-agente (principal-agent theory) surge na economia e na ciência política para analisar relações de delegação, em que um principal (quem delega) contrata um **agente** (quem executa) para realizar determinadas tarefas em seu nome.

⁵ A teoria da dependência de recursos (resource dependence theory) argumenta que organizações e Estados dependem de recursos externos para atingir seus objetivos. Quando um ator não possui um recurso essencial, ele precisa buscar parceiros que possam fornecê-lo.

⁶ Termo criado pela CIA, durante o Governo de John F. Kennedy que descreve a ideia de que todo o escândalo ocorre pela responsabilidade do agente e não dos principais atores.

política externa; 2) a negação de responsabilidade para que o Kremlin possa agir sem necessariamente chamar atenção dos demais países.

Existem várias razões que apoiam a probabilidade de delegação de tarefas a empresas contratadas de forma privada: quando se espera um alto número de mortos e a manutenção é dispendiosa; se uma guerra direta é muito dispendiosa; não há necessidade de os estados atingirem os seus objetivos rapidamente envolvendo-se diretamente nas hostilidades; as grandes potências são mais propensas a contratar PMCs contra alvos mais fracos; se o estado não estiver familiarizado com a área e a manutenção do território ocupado for muito difícil; se o principal tiver uma origem étnica associada ao seu alvo; grupos de mercenários são mais inclinados a aceitar contratos com os estados que oferecem recursos, especialmente no caso de falta de apoio logístico; os mercenários estariam inclinados a aceitar apoio se mais de uma fonte de ajuda, ou seja, o principal estiver disponível (Giedraitis, 2020 p. 135, tradução nossa).

A definição dessas Empresas Militares e de Segurança Privadas é um fator essencial para a compreensão da forma como Moscou enxerga e entende tais atores. Internacionalmente, não existe entre os estudiosos uma concordância sobre a taxonomia dessas EMSPs devido ao grande leque de serviços que podem ser prestados por uma mesma empresa. Inicialmente, tentou-se distinguir as empresas quanto ao seu nível de emprego de força, ou seja, aquelas empresas que estão envolvidas no combate direto por um objetivo físico, seriam consideradas “ativas”, enquanto que, aquelas que se dedicam a demais funções dentro do aparato coercitivo ou zona de conflito, mas que não estão comprometidas diretamente seriam “passivas” (Singer, 2008).

Apesar da tentativa de classificação quanto ao nível parecer, ao primeiro instante, interessante, ela guarda uma série de inconsistências. Visto que, as empresas não são fundadas e permanecem estáticas quanto ao seu grau de envolvimento em um conflito. Como já exposto anteriormente, essas firmas seguem uma lógica de mercado e, por isso, podem alternar à sua maneira de atuação de forma bastante rápida e fácil, a fim de suprir as necessidades do cliente em questão. Para Singer (2008) surge ainda a questão dos efeitos estratégicos e dificuldade na diferenciação, pois, segundo o autor, “a contratação de qualquer tipo de firma pode ter um impacto estratégico diversos e ajudar a alterar o curso da guerra e colocar firmas dentro dessa divisão além de requerer muita destreza geralmente depende da perspectiva de cada um” (Singer, 2008, p. 89, tradução nossa).

A literatura está repleta de autores e tentativas que, na busca de classificar as empresas desse mercado como passivas e ativas. Apesar disso, todas esbarraram em uma série de questões referentes a essa dubiedade que como resultado acabaram ignorando toda a dinâmica e complexidade do setor privado da força. Ainda assim, esses esforços iniciais foram de extrema

importância para o progresso de uma tipologia classificatória das EMSPs, muito mais criativa e que passou a trabalhar com o conceito de área de atuação. Ela ficou conhecida pelo trabalho de Singer (2008) como a tipologia da Ponta de Lança, que considera questões como o local ocupado por essas firmas no teatro de operações e pelo nível de força que ela está apta a entregar.

Segundo Singer (2008, p.91, tradução nossa) “no contexto militar, a melhor maneira de estruturar a indústria é pela gama de serviços e nível de força que uma empresa é capaz de oferecer”. Ou seja, a divisão quanto a maior proximidade ou não da área de guerra faria mais sentido já que, com ela, conceitualmente, se tem maior segurança sobre a tipologia. Dessa maneira, o autor divide o mercado em 3 diferentes tipos de acordo com o serviço prestado dentro do campo de batalha são eles: *Military Provider Firms* (Empresas Provedoras Militares), *Military Consultant Firms* (Empresas de Consultoria Militar) e *Military Support Firms* (Empresa de Apoio Militar). É importante salientarmos, então, que essa divisão cabe de forma quase que perfeita para a indústria privada da força ocidental.

Não obstante, ao tentarmos empregar essa distinção para as Empresas Militares Privadas que atuam por Moscou, essa segmentação pode não fazer tanto sentido assim. Isso porque, o mercado russo é muito menos diverso e mais monopolizado, sendo comum uma empresa atuar em outro nome e de maneira distinta em diferentes locais ao redor do mundo. Um grande exemplo disso é o Grupo Wagner, que atuou na linha de frente na Guerra da Ucrânia auxiliando na tomada de territórios, mas que também atuou na República Centro Africana, sob o nome de SEWA Security Services, inicialmente como conselheiros militares para as Forças Armadas do País, segurança pessoal do presidente Faustin Toudéra e na proteção de infraestrutura vitais para a RCA.

Justamente por essa série de ambivalências anteriormente exploradas que neste trabalho optamos em tratar de forma homogênea todas as empresas que atuam nesse mercado privado da força e independente de sua nacionalidade como Empresas Militares e de Segurança Privadas. Desta maneira, esperamos incluir todo o escopo de atuação dessas firmas, ao considerarmos que, no caso russo, o monopólio faz com que uma mesma empresa possa atuar em diversas funções e em diferentes teatros de operações, como já anteriormente citado. Ou seja, o próprio Grupo Wagner era detentor de uma série de EMSPs, cada uma com suas especializações, sendo o Wagner a organização mãe que era focada no combate direto e as demais com focos em atividades correlatas múltiplas.

Sendo assim, fica claro que há uma interessante distinção entre o funcionamento e as bases que sustentam o mercado de força ocidental, da realidade de Moscou. Ao que tudo indica,

o ramo de EMSPs no ocidente tem mais apreço pela sua imagem internacional e estão mais sujeitas às regulações por parte dos seus países de origem, mesmo apesar da característica virtual dessas firmas. No caso da Rússia, justamente pelo seu caráter de invisibilidade perante as regulações internas do País, há um menor pudor em atuar contra os direitos humanos e as regulamentações internacionais, e basta que sua imagem seja ferida que elas surgem sob um novo nome e roupagem, evitando, assim, maiores problemas.

Justamente pelos motivos acima citados que a situação legal das Empresas Militares e de Segurança Privadas, assim como a sua definição, é um tópico essencial para o entendimento completo da estratégia de Moscou. Visto que, a lei aprovada por em 1992⁷ regulamenta apenas o campo civil da segurança privada, ou seja, aquele que lida com o controle de acesso de pessoas, segurança pessoal e de bens. Diferentemente das atividades das EMSPs (denominadas em inglês como PMCs⁸) que são proibidas pelo código penal do País, como observado por *United States Army Training and Doctrine Command [TRADOC]* (2020, p.18) “ao contrário das PSCs que são registradas e regulamentadas pela Rússia, as PMCs são formalmente proibidas no país pelo artigo 359 do Código Penal da Federação Russa”⁹.

Uma série de interpretações, portanto, podem ser retiradas dessas inconstâncias quanto à condição legal desses atores privados. Não somente na Rússia, mas internacionalmente, como observado por Gasser e Malzacher (2020), apesar da existência de um certo nível de regulação, ainda sim, é uma situação na qual há uma série de normas e regras, que são dirigidas para os mais diversos atores e nenhuma delas estão especificamente lidando com os atores privados.

⁷ Lei da Federação Russa de 11 de março de 1992 nº 2487-1. Disponível em: <https://cis-legislation.com/document.fwx?rgn=1567>. Acesso em: 11/06/2024.

⁸ A literatura está repleta do termo PMCs/PSCs que basicamente se diferenciam pelas atividades desenvolvidas. As PMCs são aquelas que estão mais próximas da área de operações do teatro de guerra, enquanto que as PSCs são aquelas que são mais voltadas para trabalhos de assessoramento e não estão em contato direto com o campo de batalha e influenciam a guerra de maneira mais indireta.

⁹ O artigo 359 do código penal da Federação Russa entende como atividades mercenárias previstas com punição as seguintes atividades: "1) Recrutamento, treinamento, financiamento ou qualquer outro apoio material a um mercenário, bem como o seu uso em conflito armado ou hostilidades – será punida com prisão por um período de doze a dezoito anos, com ou sem restrição de liberdade; 2) Os mesmo atos cometidos por uma pessoa utilizando-se da sua posição oficial será punível com pena de prisão por um período de quinze a vinte anos; 3) Participar como mercenário em um conflito armado ou operações militares é punível com pena de prisão de sete a quinze anos, com ou sem restrição de liberdade até um ano. Nota: Um mercenário é uma pessoa que age com propósito de receber remuneração material e não é cidadão de um Estado que participa de um conflito armado ou hostilidades, não reside permanentemente em seu território e não é uma pessoa enviada para desempenhar funções oficiais" (FEDERAÇÃO RUSSA. Lei nº Artigo 359, de 6 de julho de 2024. Código Penal da Federação Russa, Atividades mercenárias. "Código Penal da Federação Russa" datado de 13.06.1996 No. 63-FZ (com a redação que lhe foi dada em 12.06.2024) (com alterações e aditamentos, em vigor a partir de 06.07.2024), [S. l.], 2024. Disponível em: https://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_10699/a9e28227f557dc1e6659c1d88613790bb3d8db5b/. Acesso em: 10 jul. 2024, tradução nossa.)

Ou seja, ainda atualmente há uma enorme dificuldade em regulamentar e principalmente definir boas práticas para o setor privado da segurança.

O documento de Montreux de 2008¹⁰, que ficou posteriormente conhecido como o documento sobre as Empresas Militares e de Segurança Privadas, inovou ao adotar uma série de diretrizes e normas a serem adotadas pelos Estados sobre a atuação dessas firmas. No entanto, apesar do esforço e da tentativa de garantir uma atuação mais ética por parte das EMSPs, o documento delega uma série de obrigações e a supervisão para o Estado, para que, de fato, as suas determinações passem a ter algum impacto. Esse fator faz com que os procedimentos acabem ficando à mercê da vontade política, visto que o direito internacional não possui poder impositivo no sistema de Estados soberanos vigentes.

No caso interno da Rússia, a falta de regulação não somente é uma desculpa para evitar a necessidade de fazer vista-grossa quanto a operação dessas empresas, mas também surgem como uma alternativa que dá ao País a possibilidade de negar os seus laços com esses empreendimentos, ao passo que, os mantém esses negócios sob o seu mais direto controle. Isso porque, o status à margem da lei faz com que essas firmas só possam existir sob a vontade e benevolência do Kremlin. Como observado por *United States Army Training and Doctrine Command* [TRADOC] (2020):

Na realidade ao invés de restringir o uso das EMSPs russas, o status ilícito de tais grupos parece servir como um facilitador, permitindo que o estado mantenha o controle sobre a criação e proliferação de EMSPs no país, bem como de membros individuais após seu retorno à Rússia (*United States Army Training and Doctrine Command* [TRADOC], 2020, p. 19, tradução nossa).

Apesar disso, ainda ocorreram algumas tentativas de legalização do status das EMSPs que atuam pelo País dentro do aparato burocrático e legal. Em 2012, no seu terceiro mandato como presidente, Vladimir Putin chegou a considerar essa opção em coletiva de imprensa após entregar em 2011, quando ocupava o cargo de primeiro-ministro, o seu relatório anual para o parlamento do País. Na época, Putin chegou a responder ao deputado Alexei Mitronafov de forma positiva acerca do uso dessas firmas como ferramentas da política externa. Ao ser questionado sobre a importância dessas empresas como ferramentas de política externa russa, o presidente afirmou de forma enfática que “Sim, essa era uma opção a ser considerada.”¹¹

¹⁰ É importante frisarmos aqui que o Documento de Montreux de 2008 não é um tratado formal, mas sim, uma série de normas e diretrizes sobre a operação das EMSPs que foi adotado por consenso entre os Estados presentes na conferência. Nesse caso, Suíça, Canadá, Reino Unido, Alemanha, França e Estados Unidos.

¹¹ Rússia pode considerar criar empresas militares privadas. Disponível em: <https://sputnikglobe.com/20120412/172789099.html>. Acesso em: 10/07/2024.

A discussão sobre o uso das Empresas Militares e de Segurança Privadas gerou intensos debates na sociedade russa. Conforme observado por Sukhankin (2019), as reiteradas declarações de altos funcionários do governo estimularam um amplo e transversal debate sobre as EMSPs e seu status no país, mobilizando diversos setores da sociedade, incluindo os meios acadêmico, militar e político. No meio acadêmico, o debate concentrou-se, sobretudo, na construção de uma definição clara para esse novo fenômeno. A definição mais aceita é a do professor Alexander Volevodz, que descreve as Empresas Militares e de Segurança Privadas como entidades não estatais que prestam serviços militares e de segurança de forma contratual a pessoas jurídicas, indivíduos privados e ao Estado. (Sukhankin, 2019, p. 04-05)

No meio militar, o debate sobre as EMSPs ganhou força apenas após a eclosão da guerra civil na Síria, impulsionado pelo crescente envolvimento dessas empresas no apoio prestado a Moscou pelo governo sírio. Esse aumento na atuação das EMSPs gerou diferentes perspectivas sobre a forma como o Estado russo deveria regulamentar e utilizar esses grupos. No Ministério da Defesa do país, havia certa simpatia pela ideia, apesar disso, todos concordavam que o assunto precisaria amadurecer ainda mais e que ainda era muito cedo para que fosse tomada alguma decisão. Vladimir Neelov¹², em um de seus artigos, defendeu a legalização das PMCs, argumentando que isso poderia transformá-las em “um instrumento inteligente auxiliando a Federação Russa em sua condução de política externa”. (Sukhankin, 2019, p. 04, tradução nossa) No entanto, segundo Neelov, o Estado russo deveria recorrer aos serviços dessas empresas apenas em situações excepcionais.

No meio político, o debate sobre as EMSPs evoluiu ao longo dos anos, refletindo a mudança de postura das elites russas. Conforme observado por Sukhankin (2019), essa evolução pode ser percebida nas declarações do presidente Vladimir Putin ao longo de seus mandatos. Em 2012, havia certa animosidade na classe política em relação ao uso dessas empresas, pois, apesar de serem vistas como um meio eficaz de promover os interesses nacionais sem o envolvimento direto do Estado, sua atuação ainda gerava preocupações. No entanto, à medida que a relação entre as EMSPs e o governo se estreitou, a retórica política passou a ser mais cautelosa. Essa mudança ficou evidente quando Putin declarou: “Se o Grupo Wagner estiver violando qualquer lei russa, o Procurador-Geral deve conduzir uma investigação. Se eles [o Grupo Wagner] não violarem nenhuma lei russa, podem perseguir seus interesses comerciais em qualquer parte do mundo.” A fala do presidente reforça a postura

¹² Neelov era considerado um importante especialista em estudo de assuntos militares, com importantes laços junto ao Ministério da Defesa, até a sua prisão no ano de 2018 quando foi acusado de traição.

prudente do governo russo em relação à legalização dessas empresas, mantendo uma abordagem ambígua sobre seu status jurídico e sua vinculação ao Estado.

Independentemente do apoio do presidente Putin, não se chegou a um consenso sobre a adoção ou não de uma lei que legalize as EMSPs russas. Isso se deve às discordâncias políticas internas entre os diversos órgãos que são responsáveis pelo aparato securitário e burocrático do país. Tais disputas são fruto da vontade dos órgãos de segurança (Ministério da Defesa, Serviço Federal de Segurança da Federação Russa (FSB), Serviço Federal das Tropas da Guarda Nacional da Federação Russa (*Rosgvardiya*), Serviço Federal de Guarda da Federação Russa (FSO) e Serviço de Inteligência Estrangeiro da Federação Russa (SVR-RF))¹³ de terem sob o seu guarda-chuva essa poderosa ferramenta. Outrossim, diversos outros órgãos do País foram contrários às propostas de regulamentação do setor, compreendendo, portanto, um amplo movimento interno do governo pela não legalização, deixando as coisas da forma mais confortável possível para as lideranças que não precisariam ter que lidar com as dificuldades impostas por uma legislação própria para lidar com as EMSPs.

Observadores atentos das PMCs russas e de ambos os esforços para legalizá-las notaram mais tarde que o status quo era, na verdade, mais benéfico tanto para o governo quanto para grupos como o Wagner. Uma nova lei provavelmente veria tanto o número quanto as atividades das PMCs russas crescerem bem fora do controle do estado, bem como limitar sua utilidade em operações subversivas. Além disso, como visto nos casos do Slavonic Corps e da E.N.O.T. Corp. manter a ilegalidade das PMCs russas fornece um meio de controlar esses grupos e seus membros sob a constante ameaça de prisão e encarceramento. Desde o esforço fracassado de 2018, os legisladores russos sempre fizeram referência à atividade contínua sobre a questão, incluindo a elaboração de legislação e mesas redondas, mas descrevem quaisquer discussões formais sobre a legalização da PMC como ainda muito precoce (*United States Army Training and Doctrine Command [TRADOC], 2020, p. 20, tradução nossa*).

Ao revisar as informações compiladas sobre a perspectiva russa em relação à operação e uso de Empresas Militares e de Segurança Privadas, é fundamental destacar que o mercado russo possui características específicas. Essas particularidades fazem com que o estudo do setor privado de força no País se torne uma questão necessária. Compreender esses atores é crucial para obter uma visão mais completa da estratégia russa. Portanto, acompanhar o desenvolvimento da política externa russa e como ela facilita a expansão desse mercado é uma tendência essencial para o entendimento completo do pensamento estratégico e geopolítico do Estado.

¹³ Todos esses órgãos possuem como função vital a proteção da segurança do país contra ameaças externas e atuação doméstica para a garantia da ordem e contrainteligência.

2.2. Metodologia e hipótese

O trabalho em questão adotou uma abordagem qualitativa, pois essa perspectiva é adequada para uma compreensão mais aprofundada de fenômenos sociais, culturais ou comportamentais. Segundo Denzin e Lincoln (2018), a pesquisa qualitativa busca interpretar e dar sentido ao mundo, utilizando diversas ferramentas interpretativas para explicar fenômenos sociais. Ou seja, essa abordagem se concentra na profundidade e no contexto, oferecendo uma visão rica e detalhada dos fenômenos estudados. Devido ao desejo de compreendermos um evento, que nesse caso é a utilização de Empresas Militares e de Segurança Privadas (EMSPs) russas na República Centro Africana, adotaremos o Estudo de Caso como ferramenta de pesquisa. A escolha se dá, visto que, como observado por Albuquerque, Da Silva e Gomes Neto (2024, p. 31) “trata-se de uma ferramenta adequada para obtenção correta de inferências qualitativas sobre o objeto de estudo a partir de um caso único ou composto por múltiplas ocorrências”.

Especificamente, este Estudo de Caso será de caráter explanatório e causal, pois um dos principais objetivos deste trabalho é compreender as causas que levaram a Rússia a utilizar EMSPs para expandir sua influência na República Centro-Africana. Consideramos essencial entender essas causas, especialmente porque, apesar de diversas pesquisas e estudos sobre a privatização dos conflitos ao redor do mundo nas últimas décadas do pós-Guerra Fria, ainda há uma lacuna significativa. Essas pesquisas tendem a focar em questões gerais e não consideram as particularidades do mercado da força que se formou na Rússia, bem como as diferenças culturais, sociais e políticas das diferentes sociedades envolvidas. Dessa forma, Albuquerque, Da Silva e Gomes Neto (2024, p. 72) informam que um Estudo de Caso explanatório é realizado quando se deseja entender por que algo aconteceu, através de uma análise detalhada dos pormenores.

Para elucidar melhor a organização desta pesquisa, utilizaremos as Empresas Militares e de Segurança Privadas como Variável Dependente, ou seja, a variável explicada, o fenômeno que queremos analisar ou medir. A Política Externa será nossa Variável Independente, ou seja, o fator que será manipulado para identificar como ele afeta a variável dependente.¹⁴ Em outras palavras, a Política Externa é o meio pelo qual iremos explicar nosso objeto de estudo. É

¹⁴ Durante a elaboração deste trabalho, considerou-se a possibilidade de inverter essa lógica. No entanto, a própria natureza do mercado privado de força na Rússia torna essa mudança difícil, devido às características de baixa concorrência e monopólio desse setor. Além disso, a falta de regulamentação e a proibição formal dentro do país fazem com que, mesmo o mercado privado, permaneça subordinado ao Estado.

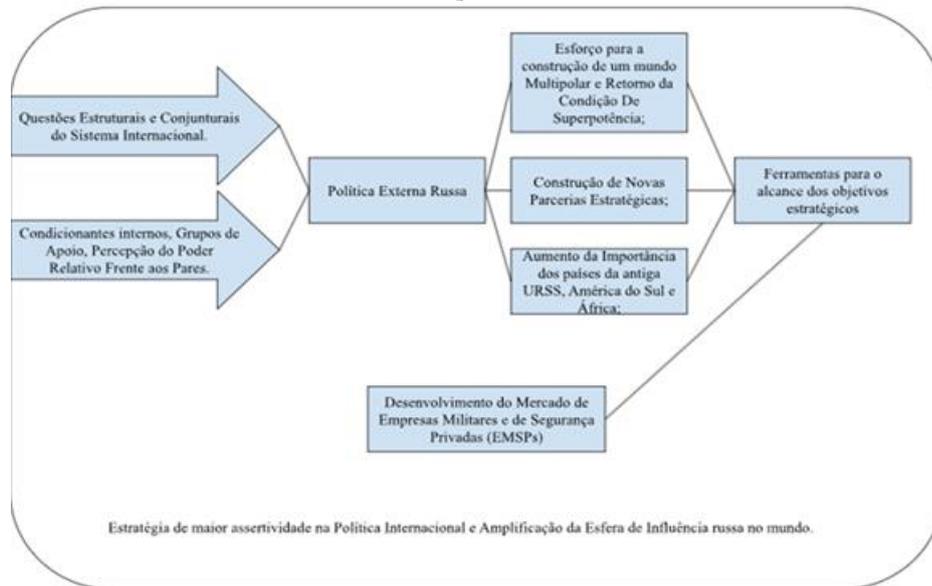
importante destacar que nosso objetivo não é afirmar que a Política Externa foi condição *sine qua non* para a formação do mercado privado da força, mas sim mostrar que diversas mudanças nessa política na Rússia ao longo do tempo moldaram as EMSPs para atuarem de determinada maneira. Portanto, consideramos essa política pública como um fator válido com capacidade de alterar a variável dependente.

Para fins de esclarecimento, é importante informar que interpretaremos a Política Externa como uma variável agregada. Isso significa que ela combina várias unidades de análise em um único valor representativo, simplificando a análise e facilitando o uso de dados complexos. Entendemos a Política Externa como um conjunto de iniciativas que um Estado adota em suas relações com outros atores internacionais. Este conjunto é formulado para mobilizar recursos e influenciar o ambiente internacional e inclui fatores políticos, econômicos, geopolíticos, entre outros. Dessa forma, percebemos que ela é amplamente afetada por dinâmicas internas dos Estados, relações de poder, instituições envolvidas e as preferências dos líderes políticos.

Segundo Figueira (2012, p. 6-7), a política externa dos Estados reflete tanto seus objetivos internacionais quanto as estratégias necessárias para atuar no sistema global, levando em conta seu poder relativo em comparação com outras nações. Esse poder, contudo, não é fixo, pois varia conforme a capacidade do país de transformar recursos internos em influência externa e de adaptar-se às mudanças estruturais e conjunturais do cenário internacional, potencializando novas fontes de poder.

A hipótese da presente pesquisa é a de que essa série de mudanças que aconteceram ao longo do tempo na política externa do país, houve um impulso significativo para a ascensão das Empresas Militares e de Segurança Privadas, que se tornaram uma ferramenta essencial na condução da Política Externa do país em relação ao continente africano. E, por conseguinte, integra-se a uma estratégia maior, delineada por um padrão de aumento da sua assertividade na política nacional que visa a amplificação da sua esfera de influência no mundo. Ou seja, o desenvolvimento desse mercado privado da força ocorre pelos mesmos motivos do mercado mundial, entretanto, devido a importantes particularidades ele foi sendo moldado, a fim de terem a sua atuação mais voltada para uma atuação que respeita e privilegia os objetivos em política externa propostos pelo Kremlin.

FIGURA 1 - FLUXO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA RUSSA



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

3. O JEITO RUSSO DE FAZER POLÍTICA EXTERNA: A POLÍTICA EXTERNA RUSSA AO LONGO DO TEMPO

O capítulo explora os principais grupos de interesse e escolas de pensamento que influenciam a política externa russa, destacando como diferentes correntes ideológicas disputam sua condução. Essa dinâmica reflete tanto a continuidade histórica quanto adaptações às novas realidades geopolíticas. Inicialmente, são apresentadas três principais escolas de pensamento: os ocidentalistas (atlantistas), estatistas e civilizacionistas (eurasianistas). Além disso, o capítulo analisa a evolução da política externa russa desde o colapso da União Soviética, abordando os governos de Boris Yeltsin, Vladimir Putin e Dmitry Medvedev. Embora as estratégias tenham variado ao longo das décadas, um elemento de continuidade se mantém: a busca pelo reconhecimento da Rússia como grande potência e a proteção de sua esfera de influência na Eurásia. Nesse contexto, a transição para uma abordagem mais assertiva criou o ambiente ideal para a crescente utilização de Empresas Militares e de Segurança Privadas (EMSPs) como uma ferramenta estratégica da política externa russa.

3.1. Grupos de interesse e escolas de pensamento em política externa russa

Assim como em todos os países, os meandros da política estão sempre sob disputa de diversos grupos de interesse, cujo objetivo é impor sua visão em detrimento das demais, buscando validar e implementar seu ponto de vista. Durante a era soviética, as disputas de poder entre diferentes grupos foram uma característica marcante. Essa herança permaneceu viva e intacta ao longo dos anos, resultando no que mais tarde seria conhecido como as escolas de pensamento em Política Externa da Rússia. Conforme afirma Tsygankov (2019, p. 02), a política exterior russa foi moldada por diferentes contextos externos, enquanto respondia a desafios de segurança que, em grande medida, apresentavam características semelhantes.

Embora a política externa da Rússia fosse uma resposta a vários contextos internacionais, ela também exibiu um grau notável de continuidade histórica. Ao longo das eras da monarquia e do liberalismo, o engajamento da Rússia com o mundo seguiu vários padrões persistentes de pensamento e comportamento (Tsygankov, 2019, p. 04, tradução nossa).

Essas escolas de pensamento produziram diversas percepções e empenharam grandes esforços para compreender a situação do País, tanto em âmbito interno quanto na

forma como sua imagem era percebida no sistema internacional. Após a queda da URSS, três principais escolas de pensamento passaram a dominar o debate sobre a condução da política externa russa: os ocidentalistas, os estadistas e os civilizacionistas. Ao longo dos séculos, essas correntes buscaram apresentar as escolhas internacionais da Rússia de maneira consistente com as imagens historicamente construídas tanto pelas escolas de pensamento internas quanto pelas percepções do mundo exterior. (Tsygankov, 2019, p. 04)

Compreendemos, portanto, que o entendimento das escolas de pensamento que influenciam a formulação da Política Externa russa constitui uma parte essencial para sua análise. Apesar de adotarem diferentes caminhos ou instrumentos na busca por seus objetivos, todas compartilham da mesma finalidade: promover o reconhecimento do status da Rússia como uma grande potência, modernizar seus meios militares e seu aparato coercitivo, melhorar as relações com outros países, especialmente dentro de sua esfera de influência em alguns casos, e, por fim, renovar sua economia para alcançar o patamar de um País desenvolvido e menos dependente de fatores externos.

3.1.1. Os Atlantistas ou Ocidentalistas

A vertente Ocidentalista, também conhecida como *zapadniki*, da Política Externa russa encontra suas origens principalmente no período de Pedro I, posteriormente chamado de Pedro, o Grande. Esse *czar* desempenhou um papel crucial na modernização da Rússia, conduzindo profundas reformas internas com base nos modelos europeus ocidentais. Durante a *Grande Embaixada* (1697-1698), uma missão diplomática que o levou a países como Holanda, Inglaterra e Sacro Império Romano-Germânico, Pedro observou que a Rússia estava tecnologicamente e administrativamente atrasada em comparação às potências europeias. Essa constatação o levou a implementar mudanças abrangentes, desde a organização do exército até a fundação de instituições modernas.

Entre as ações de Pedro se destacaram a reforma militar, que incluiu a criação de uma marinha poderosa; a construção de São Petersburgo, projetada para ser a nova capital e um símbolo da abertura ao Ocidente; e a introdução de decretos que alteravam costumes da elite russa, como o uso de vestimentas ocidentais e o corte de barbas, que simbolizavam a ruptura com tradições antigas. Pedro acreditava que a modernização era fundamental para a sobrevivência e a relevância da Rússia no cenário internacional. Embora não buscasse a completa assimilação à cultura europeia, reconhecia a importância de adotar práticas administrativas, tecnológicas e militares que tornassem a Rússia uma potência comparável às

nações ocidentais. Assim, a visão ocidentalista de Pedro reforçava a ideia de que a modernização era um meio estratégico para fortalecer o Estado russo, ainda que elementos da identidade cultural russa fossem preservados.

Segundo Tsygankov (2019), ocidentalistas defendem que a Rússia possui vínculos históricos e culturais profundos com as civilizações europeias, argumentando que esses laços colocam o País como parte integrante do continente. Essa perspectiva se baseia na adoção de elementos do cristianismo ortodoxo, que, embora distinto do catolicismo romano e do protestantismo predominantes na Europa Ocidental, estabelece uma conexão com a tradição europeia mais ampla. Para os ocidentalistas, essas semelhanças culturais e históricas reforçam a ideia de que a Rússia pode se beneficiar ao se alinhar aos modelos políticos, econômicos e sociais praticados no Ocidente.

Eles acreditam que o progresso e o fortalecimento da Rússia passam necessariamente por um processo de modernização inspirado nas nações ocidentais mais avançadas. Essa visão inclui a adoção de sistemas administrativos mais eficientes, avanços tecnológicos e padrões de convivência social que já se mostraram exitosos na Europa. Segundo os ocidentalistas, tal aproximação não apenas ajudaria a Rússia a superar seu atraso histórico em relação às grandes potências, mas também permitiria consolidar sua posição como um ator relevante no cenário internacional.

Os ocidentalistas enfatizaram a similaridade da Rússia com o Ocidente e viam o Ocidente como a civilização mais viável e progressiva do mundo. Os primeiros ocidentalistas buscavam apresentar a Rússia como um membro leal na família das monarquias europeias. Historicamente, o surgimento dessa escola de pensamento pode ser rastreado até a ocidentalização militar de Pedro, o Grande. Pedro foi o primeiro a admirar o Ocidente por sua superioridade tecnológica e a levantar a possibilidade de tomar emprestada a tecnologia ocidental para superar o atraso da Rússia (Tsygankov, 2019, p. 5-6, tradução nossa).

A corrente ocidentalista contou com importantes expoentes ao longo da história russa. Além do *czar* Pedro I, o imperador Alexandre II, conhecido como "o Libertador," destacou-se por suas reformas de caráter liberal, que visavam modernizar a sociedade russa atrasada. Alexandre II foi responsável pela abolição da servidão em 1861, além de implementar medidas significativas, como a reforma judicial e a criação de assembleias locais (*zemstvos*), que introduziram elementos de autogoverno regional. Os ocidentalizadores liberais identificavam-se profundamente com os valores ocidentais, como liberdades constitucionais e igualdade política. (Tsygankov, 2019, p. 5)

Outro importante representante dessa vertente foi Mikhail Gorbachev, o último presidente da URSS. Apesar de enfrentar desafios resultantes de suas reformas liberalizantes, como a *Perestroika* (reestruturação econômica) e a *Glasnost* (transparência política), Gorbachev acreditava firmemente na necessidade de livrar a sociedade soviética das "distorções" causadas por décadas de regime autoritário, especialmente o legado de Stalin. Em sua visão, a sociedade soviética precisava se tornar mais democrática, com maior respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades individuais. Nas palavras de Tsygankov (2019, p. 5), a União Soviética tinha que se "purificar" das "distorções" stalinistas e se tornar uma versão democrática, ou "humana", do socialismo (*gumannyyi sotsializm*).

Após a queda da União Soviética, os ocidentalizadores liberais da Rússia pós-soviética defendiam a afinidade "natural" do País com o Ocidente, fundamentada em valores compartilhados como democracia, direitos humanos e economia de mercado. (Tsygankov, 2019, p. 5) Nesse contexto, figuras como Boris Yeltsin e Andrei Kozyrev rejeitaram a manutenção de laços estreitos com os países que anteriormente integravam a União Soviética ou estavam em sua zona de influência. Para eles, preservar esses vínculos era visto como um sinal de atraso, enquanto o caminho a ser trilhado pela Rússia nesse novo momento deveria se voltar para o Ocidente, deixando de estar restrito à sua vizinhança. Essa perspectiva considerava a aproximação com as potências ocidentais como essencial para impulsionar o desenvolvimento econômico e o progresso social do país.

Os ocidentalistas, enquanto corrente ideológica na Rússia, enfrentaram uma série de críticas, sendo frequentemente acusados, de maneira pejorativa, de "traidores" por setores mais nacionalistas ou eslavófilos. Essas críticas estavam fundamentadas na percepção de que a adoção de modelos Ocidentais significava uma renúncia à identidade cultural, política e histórica russa. Essa oposição ideológica reflete a longa disputa entre duas visões sobre o lugar da Rússia no sistema internacional: de um lado, aqueles que defendiam uma integração plena com o Ocidente como caminho para modernização e desenvolvimento; de outro, os que sustentavam que a Rússia deveria seguir um caminho autônomo e afirmativo, com base em sua singularidade histórico-cultural.

No ponto de vista de Segrillo (2014) para que a visão ocidentalista prosperasse, era necessário mais do que a adesão das elites políticas e intelectuais russas a valores e práticas ocidentais. O sucesso desse projeto dependia, crucialmente, de uma reciprocidade por parte dos países ocidentais, que precisariam não apenas reconhecer a Rússia como um parceiro legítimo, mas também agir no sentido de promover a sua inclusão em estruturas internacionais, como organizações econômicas e de segurança. No entanto, a história mostrou que essa reciprocidade

foi limitada. Mesmo durante o período de reformas conduzidas por Mikhail Gorbachev e Boris Yeltsin, quando a Rússia adotou uma postura declaradamente pró-Occidente, a integração foi marcada por barreiras estruturais e simbólicas. Muitos países europeus e, sobretudo, os Estados Unidos, demonstraram desconfiança em relação às intenções russas, hesitando em aceitar plenamente a Rússia no círculo ocidental de cooperação.

Essa desconfiança mútua, enraizada tanto em diferenças históricas quanto em rivalidades geopolíticas, acabou por se tornar o grande calcanhar de Aquiles do projeto ocidentalista. Enquanto os ocidentalistas buscavam transformar a Rússia em um Estado alinhado aos valores e instituições liberais ocidentais, a resistência do Ocidente em reconhecer plenamente essa transformação reforçou as narrativas nacionalistas internas. Nesse contexto, as expectativas frustradas dos ocidentalistas contribuíram para o fortalecimento de perspectivas mais conservadoras e autonomistas na política russa, que passaram a defender a ideia de uma "Rússia soberana" como alternativa à integração com o Ocidente.

3.1.2. Estatistas

A escola de pensamento estatista está profundamente interligada à história da Rússia, especialmente aos eventos geopolíticos que marcaram sua formação e consolidação como nação soberana. Ela surgiu como uma resposta aos desafios internos e externos que constantemente ameaçaram a estabilidade e a unidade do país ao longo dos séculos. Desde os tempos da *Rus de Kiev* (século IX ao XIII), já se observava a importância de estruturas políticas organizadas para garantir a sobrevivência do território diante de pressões externas, como as incursões normandas e as ameaças das estepes asiáticas. No entanto, foi com o colapso da Rus de Kiev, em função das invasões mongóis no século XIII, que a necessidade de centralização do poder se tornou ainda mais evidente (Montefiore, 2016).

A partir do século XIV, o Principado de Moscou começou a emergir como o centro político da região, liderando o processo de reunificação dos territórios eslavos e criando as bases para um Estado forte. Sob líderes como Ivan III ("o Grande") e Ivan IV ("o Terrível"), a centralização política se consolidou como um instrumento fundamental para enfrentar ameaças externas e internas, como as rivalidades entre os principados russos e as investidas da Horda Dourada. Nesse contexto, a noção de que a sobrevivência da Rússia como nação dependia de um Estado forte foi solidificada.

Desde a conquista de dois séculos pelos mongóis, os russos desenvolveram um complexo psicológico de insegurança e uma prontidão para sacrificar tudo pela independência e soberania. Múltiplas guerras na Europa e na Ásia reforçaram ainda mais essa mentalidade e forneceram aos apoiadores do estatismo justificativas extras para seu raciocínio (Tsygankov, 2019, p. 06, tradução nossa).

Com a expansão territorial do Império Russo nos séculos seguintes, essa tradição de centralização e fortalecimento estatal permaneceu como um pilar da política interna e externa. A geografia vasta e vulnerável da Rússia, marcada pela ausência de barreiras naturais que a protegessem de invasões, reforçou a percepção de que apenas um aparato estatal robusto poderia garantir sua segurança e soberania. Assim, o estatismo tornou-se mais do que uma abordagem política: ele passou a ser percebido como uma necessidade intrínseca para a existência do país como uma potência soberana, capaz de se consolidar no cenário internacional. Nesse sentido,

Os estatistas sempre buscaram preservar e aumentar o papel do estado e sua capacidade de sustentar a ordem social, política e internacional. A maneira de pensar estatista é propícia à consolidação do controle do estado. Mais importante, o estatismo é reforçado e acompanhado por uma forte ideia nacional (Kasymov, 2011, p. 112, tradução nossa).

Um estudo detalhado e criterioso sobre a formação histórica da Rússia até a contemporaneidade evidencia que a escola de pensamento estatista desempenhou um papel central na consolidação da unidade e da força do país. Essa corrente de pensamento foi particularmente influente em momentos cruciais da história russa, moldando a percepção de que o controle estatal era fundamental para a manutenção da soberania e da estabilidade nacional. De acordo com Tsygankov (2019), os estatistas foram determinantes ao longo dos anos, não apenas por suas críticas às influências externas e às ameaças internas, mas também por promoverem a ideia de que um Estado forte e centralizado era a única maneira de garantir uma Rússia unida e resiliente. Essa visão foi fortalecida em períodos históricos marcados por desafios internos, como disputas entre elites locais, e externos, como invasões e intervenções estrangeiras. Nesse sentido, a escola estatista consolidou-se como uma das mais proeminentes correntes de pensamento do País, desempenhando um papel estratégico na formulação de políticas que buscavam assegurar o protagonismo e a estabilidade da Rússia no cenário global.

Durante o período da União Soviética (1917-1991), a escola de pensamento estatista consolidou-se como uma abordagem central para compreender a política interna e externa do País. Esse período foi caracterizado por um fortalecimento sem precedentes do papel do Estado, que não apenas controlava os aspectos econômicos e sociais da nação, mas também exercia

influência direta na formulação de uma política exterior voltada para a projeção de poder e a contenção de ameaças externas.

A ideologia marxista-leninista, adotada como base do regime soviético, reforçou a centralização estatal, conferindo ao Partido Comunista o controle absoluto sobre as instituições do Estado. A união entre partido e Estado tornou-se um dos pilares fundamentais para a consolidação da política soviética, tanto no plano doméstico quanto internacional. Nesse contexto, o estatismo soviético manifestou-se através de uma combinação entre autoritarismo político e planejamento econômico centralizado, com o objetivo de garantir o crescimento do poderio estatal e a posição da União Soviética como uma superpotência global:

Os estatistas socialistas insistiam na importância do firme controle do Partido Comunista sobre a sociedade com o propósito de manter a ordem política e evitar ameaças “capitalistas” externas. Dentro da liderança soviética, essa escola sempre suspeitou de esforços para ativar instituições políticas fora do partido e se opôs à reforma de democratização de Gorbachev. (Tsygankov, 2019, p. 07, tradução nossa).

No campo da política externa, os estadistas soviéticos se destacaram por sua visão realista, focada na segurança nacional e no equilíbrio de poder. A Guerra Fria, marcada pela competição ideológica e geopolítica entre os Estados Unidos e a União Soviética, intensificou a necessidade de um Estado forte, capaz de liderar uma coalizão global em torno da ideologia comunista e de resistir à hegemonia ocidental. Dessa forma, a corrida armamentista, a militarização da sociedade e a criação do Pacto de Varsóvia exemplificam como o estatismo moldou a postura soviética frente aos desafios globais.

Kasymov (2011), exemplifica que, no plano interno, o estatismo foi amplamente visível no fortalecimento do aparato estatal como meio de garantir a estabilidade política e evitar dissidências que pudessem ameaçar o regime. O controle sobre a economia, por meio do planejamento centralizado, e a mobilização de recursos nacionais para a indústria militar reforçaram o papel do Estado como o principal agente de transformação social e econômica. Essa abordagem teve como resultado a rápida industrialização da União Soviética nas décadas de 1930 e 1940, além da sua capacidade de competir tecnologicamente com as nações ocidentais, especialmente nos campos militar e espacial.

Ademais, o estatismo soviético também se refletiu na repressão a movimentos separatistas e na consolidação do controle sobre as repúblicas que compunham a URSS. A centralização política, simbolizada pelo poder quase absoluto do *Politburo*, visava manter a unidade do Estado soviético e prevenir que disputas étnicas ou regionais comprometessem a coesão da União. Para os estadistas, a sobrevivência do regime dependia diretamente da

manutenção de um Estado centralizado e forte, capaz de exercer controle tanto sobre suas fronteiras quanto sobre as atividades de seus cidadãos. Então,

Os estatistas sempre buscaram preservar e aumentar o papel do estado e sua capacidade de sustentar a ordem social, política e internacional. A maneira de pensar estatista é propícia à consolidação do controle estatal. Mais importante, o estatismo é reforçado e acompanhado por uma forte ideia nacional. Para os estatistas, o Ocidente é visto como uma ameaça a um estado forte porque os interesses ocidentais são considerados como enfraquecedores da condição de estado na Rússia. Os estatistas, por sua natureza, tendem a impedir e minar a influência ocidental na Rússia, nos espaços pós-soviéticos e além. Um dos principais fatores preexistentes que levam ao estatismo é a presença ou percepção de uma ameaça externa à segurança do estado. Os planos para expandir a presença militar dos EUA na Europa e nos antigos territórios soviéticos desencadearam uma nova onda de pensamento estatista devido à percepção de ameaça imediata aos interesses nacionais da Rússia, entre outros fatores (Kasymov, 2011, p. 112 – 113, tradução nossa).

Em síntese, a União Soviética representou um período de extrema valorização dos princípios estatistas, onde o Estado desempenhou um papel absoluto na condução da sociedade e na definição de seus rumos políticos, econômicos e militares. Essa abordagem, profundamente enraizada no pensamento estatista, foi fundamental para a consolidação do poder soviético no cenário internacional e para a garantia de sua estabilidade interna, mesmo em face de crises econômicas e sociais. Assim, o estatismo na Era Soviética foi uma expressão máxima da centralização do poder como resposta aos desafios internos e externos enfrentados pelo regime.

É importante destacar que, embora os estatistas frequentemente apresentassem críticas contundentes e adotassem posições contrárias aos princípios defendidos pelos ocidentalistas, essa vertente de pensamento não era, de forma automática ou uniforme, completamente avessa ao ocidentalismo. Os estatistas reconheciam que determinadas ideias ou práticas ocidentais poderiam ser úteis e adaptáveis aos interesses nacionais, desde que fossem incorporadas sob a ótica da preservação da soberania e do fortalecimento do Estado russo. Essa postura reflete uma abordagem pragmática: enquanto rejeitavam a subordinação aos valores e modelos políticos ocidentais, os estatistas não ignoravam o potencial de cooperação seletiva ou de aprendizado estratégico, especialmente quando tais interações favoreciam os objetivos do Estado e a projeção de poder da Rússia no cenário internacional.

Após o colapso da União Soviética em 1991, o pensamento estatista permaneceu relevante no cenário político russo, sendo resgatado por figuras que defendiam a necessidade de reconstruir e fortalecer o Estado para lidar com a crise econômica, política e social que marcou o início do período pós-soviético. Entre os principais nomes associados ao estatismo contemporâneo, destaca-se Evgeny Primakov, que, como primeiro-ministro (1998-1999) e

influyente pensador de política externa, foi um dos principais defensores de uma política multipolar que reafirmasse o papel da Rússia como um dos polos de poder global. Primakov rejeitava a subordinação aos valores ocidentais e enfatizava a importância de parcerias estratégicas com países não ocidentais, como China e Índia, o que refletia a visão estatista de que o fortalecimento interno deveria ser complementado por uma política externa que protegesse os interesses nacionais (Lo, 1959, p. 108).

Outros nomes também associados ao estadismo contemporâneo, destaca-se Vladimir Putin, que, desde o início de seu governo em 2000, adotou uma abordagem marcada pela centralização do poder, pelo fortalecimento das instituições estatais e pelo controle sobre setores estratégicos, como energia e defesa. Para Putin, o Estado forte é essencial não apenas para garantir a soberania da Rússia, mas também para restabelecer sua influência no cenário internacional, especialmente frente às potências ocidentais.

Esses líderes são considerados estatistas, porque compartilham a convicção de que o Estado deve desempenhar um papel central na organização econômica, política e social do país. Para eles, a sobrevivência e o fortalecimento da Rússia dependem de um Estado robusto, capaz de resistir às pressões externas e de evitar divisões internas que poderiam comprometer a unidade nacional. Assim, o estadismo pós-soviético tornou-se uma resposta à instabilidade da década de 1990, buscando reverter as perdas territoriais e políticas herdadas do fim da URSS e restabelecer o protagonismo russo no cenário internacional.

3.1.3. Civilizacionistas ou Eurasianistas

Por fim, a escola de pensamento civilizacionista, frequentemente também chamada de eurasianista, distingue-se das demais correntes de política externa russa em diversos aspectos. Primeiramente, essa abordagem baseia-se em uma concepção única de identidade nacional, que enxerga a Rússia como uma civilização autônoma, distinta tanto do Ocidente quanto do Oriente. Para os civilizacionistas, a Rússia não é apenas um Estado-nação, mas sim o núcleo de uma grande civilização eurasiática, caracterizada por uma história, cultura e valores próprios que transcendem fronteiras políticas e étnicas.

Os civilizacionistas, por outro lado, sempre viram o papel distintivo da Rússia no mundo através do prisma de uma oposição cultural entre a Rússia e o Ocidente e afirmam que a Rússia não é uma potência ocidental. Os civilizacionistas soviéticos primitivos desafiaram o Ocidente de uma forma muito direta, defendendo a doutrina da revolução mundial. Eles também são rotulados como expansionistas revolucionários (Kasymov, 2011, p. 111, tradução nossa).

Enquanto outras escolas, como os ocidentalistas ou estatistas, podem enfatizar a integração com o Ocidente ou o fortalecimento do Estado como prioritários, os civilizacionistas colocam no centro de sua visão a missão histórica da Rússia como mediadora entre mundos distintos e como líder de uma ordem multipolar. Essa perspectiva é amplamente influenciada pelo pensamento eurasiânico clássico do início do século XX, desenvolvido por autores como Nikolai Trubetskoy e Lev Gumilev, e revitalizada no pós-Guerra Fria por intelectuais como Aleksandr Dugin.

Os eurasiânicos acreditam que a Rússia tem um destino único. De acordo com esse paradigma, a Rússia é uma potência eurasiânica que fica entre as civilizações ocidental e oriental e tem sua própria; uma “terceira” via de desenvolvimento. O eurasiânismo enfatiza o domínio da Rússia na Ásia Central e no Cáucaso (Kasymov, 2011, p. 111, tradução nossa).

Além disso, a escola civilizacionista propõe que a política externa russa deve ser orientada pela promoção de alianças com países da Ásia, Oriente Médio e outras regiões que compartilhem valores alternativos ao liberalismo ocidental. Essa visão, portanto, não se limita a questões geopolíticas, mas reflete um profundo senso de identidade e destino histórico, o que torna o civilizacionismo uma das abordagens mais ideológicas e culturalmente fundamentadas dentro do pensamento estratégico russo.

Durante o período da União Soviética (1917–1991), o pensamento civilizacionista existiu de forma marginal e reinterpretada, dado o domínio ideológico do marxismo-leninismo, que se opunha a concepções baseadas em identidade nacional ou cultural como justificativa política. Contudo, elementos civilizacionistas emergiram de maneira implícita em alguns discursos e práticas, especialmente quando o Estado soviético enfatizava a singularidade histórica e cultural da Rússia em sua liderança dentro da União Soviética e em relação ao bloco socialista.

Uma das formas como o pensamento civilizacionista se manifestou foi por meio da ideia de que a União Soviética representava não apenas um modelo socialista, mas também uma alternativa civilizacional ao Ocidente capitalista. Essa visão combinava o internacionalismo proletário com uma noção de excepcionalismo soviético, onde a Rússia, como núcleo da URSS, desempenhava o papel de guia histórico e cultural para os povos do bloco socialista e para os países do Terceiro Mundo.

Outro ponto importante foi o uso da narrativa de unidade civilizacional na propaganda interna da URSS, especialmente para justificar a integração das repúblicas soviéticas. Apesar de apresentar-se oficialmente como um Estado multinacional e igualitário, a União Soviética

frequentemente reforçava a centralidade da Rússia e sua "missão histórica" de liderar o progresso socialista, utilizando elementos culturais e históricos que dialogavam com o imaginário civilizacional. Isso foi particularmente visível em momentos como a Grande Guerra Patriótica (Segunda Guerra Mundial), quando o governo soviético apelou a símbolos históricos e culturais russos para mobilizar a população contra a invasão nazista.

Os civilizacionistas socialistas foram mais longe e desafiaram o Ocidente de uma forma mais direta. A doutrina Lenin-Trotsky da revolução mundial era a versão soviética do pensamento civilizacionista. Embora tivesse morrido como filosofia oficial em 1921 com o compromisso de Lenin com a coexistência com o capitalismo, muitos nos círculos oficiais e sociais permaneceram convencidos das virtudes do pensamento. Por exemplo, no contexto soviético tardio e pós-soviético, alguns movimentos políticos e intelectuais de linha dura frequentemente defendem uma expansão externa generalizada como o melhor meio de garantir a segurança da Rússia. Os chamados eurasianistas veem a Rússia como um império terrestre em constante expansão em uma luta pelo poder contra o atlantismo marítimo, associado especialmente aos Estados Unidos. Nascida da agonia de duas Europas, a Rússia soviética se via como superior à civilização capitalista ocidental "decadente" e "podre" (Tsygankov, 2019, p. 08, tradução nossa).

Portanto, enquanto a União Soviética era dominada por uma ideologia materialista e internacionalista, alguns aspectos do pensamento civilizacionista foram mantidos de forma velada ou reinterpretada, enfatizando a singularidade cultural e histórica da Rússia dentro do contexto soviético. Essas ideias ganharam maior visibilidade e aceitação apenas após o colapso da URSS, quando passaram a ser incorporadas por correntes como o neo-eurasianismo.

Os neo-eurasianistas emergiram no período pós-soviético como uma renovação e ampliação do pensamento eurasianista clássico, adaptando suas ideias às realidades geopolíticas do fim do século XX e início do século XXI. Essa corrente está centrada na visão de que a Rússia é o núcleo de uma civilização eurasiática única, que transcende os conceitos de Ocidente e Oriente e está destinada a desempenhar um papel estratégico na formação de uma ordem mundial multipolar (Shekhovtsov, 2009, p. 706).

A figura mais proeminente do neo-eurasianismo contemporâneo é Aleksandr Dugin, um filósofo e cientista político que revitalizou e reinterpretou o eurasianismo clássico para aplicá-lo ao contexto geopolítico da Rússia pós-Guerra Fria. Dugin defende que a Rússia deve se afastar dos modelos ocidentais, rejeitar a hegemonia liberal e fortalecer alianças com potências não ocidentais, como a China, o Irã e a Índia, em oposição à influência dos Estados Unidos e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Ele argumenta que a Rússia tem uma "missão civilizacional" de liderar um bloco euro-asiático que possa contrabalançar o poder do Ocidente.

Como uma filosofia de política externa, o Civilizacionismo remonta à “reunião de terras russas” de Ivan IV (“Ivan, o Terrível”) após o Jugo Mongol e ao ditado “Moscou é a terceira Roma”, que foi adotado sob Ivan. Ao contrário dos ocidentalizadores e estatistas, os civilizacionistas buscaram desafiar o sistema ocidental de valores, insistindo na distinção cultural da Rússia e da civilização centrada na Rússia. Alguns representantes desta escola defendiam um firme compromisso com os valores do cristianismo ortodoxo, enquanto outros viam a Rússia como uma síntese de várias religiões (Tsygankov, 2019, p. 08, tradução nossa).

Contudo, o neo-eurasianismo é uma corrente heterogênea, e nem todas as suas ideias são implementadas diretamente pelas lideranças políticas russas. Enquanto Dugin e outros teóricos defendem uma ruptura total com o Ocidente e uma visão quase messiânica do papel da Rússia, a política externa russa é muitas vezes mais pragmática, adaptando elementos do neo-eurasianismo conforme os interesses estratégicos do momento. Em resumo, os neo-eurasianistas reconfiguram o pensamento eurasiânico clássico ao enfatizar a rejeição à hegemonia ocidental, a construção de uma ordem multipolar e a centralidade da Rússia como líder de uma civilização eurasiática. Essa corrente tornou-se um importante elemento no debate intelectual e estratégico sobre o papel da Rússia no mundo contemporâneo.

3.2. A política externa russa ontem e hoje: elementos de permanência e inovação

Compreender a política externa da Rússia é essencial para entender não apenas as necessidades e aspirações do País, mas também a maneira como ele se projeta e se percebe no Sistema Internacional. Esse entendimento permite desvendar e explicar estratégias e ferramentas empregadas para alcançar objetivos considerados fundamentais para a realização de seus interesses nacionais. Na contemporaneidade, ela reflete uma evolução na forma como o País se enxerga em relação aos demais atores internacionais. Essa evolução identitária é resultado de transformações no aparato político e burocrático, impulsionadas por uma série de eventos internos e internacionais que marcaram a trajetória do Estado. Esses acontecimentos exigiram que a Rússia adaptasse sua política externa para enfrentar desafios e aproveitar oportunidades no cenário global.

A queda da União Soviética, no final de 1991, foi um marco determinante para moldar a política exterior russa ao longo dos anos. Esse processo não se limitou ao surgimento de um novo Estado das ruínas da antiga superpotência, mas também à necessidade de adaptação a uma série de novas condições que acompanharam essa transição. Assim, o colapso da URSS marcou o início de uma nova era na formulação da política externa russa, caracterizada por uma reavaliação de objetivos estratégicos conduzida pela nova liderança. Essa reavaliação trouxe à

tona a necessidade de mudanças nas políticas herdadas da era soviética, com o propósito de redefinir o papel da Rússia no cenário internacional.

Sendo assim, nas últimas décadas, entre os anos de 1991 a 2024, a política externa do País passou a ser influenciada por uma série de fatores tanto internacionais quanto domésticos, de acordo com Liu (2022, p. 86):

Nos últimos 30 anos, a política externa da Rússia foi ocasionalmente ajustada em resposta a mudanças em situações domésticas e internacionais e gradualmente estabeleceu suas próprias características: independência, polivalência e a imagem de uma grande potência. A política externa da Rússia, ao mesmo tempo em que salvaguarda seus próprios interesses nacionais, teve um impacto significativo tanto na política global quanto nas situações regionais (Liu, 2022, p. 86).

Como analisado, o País precisava responder imediatamente a uma série de mudanças nas situações domésticas e internacionais para compreender e priorizar suas principais necessidades e objetivos naquele momento. Isso se devia ao fato de a Rússia estar passando por um período difícil, marcado por diversas fragilidades. Internamente, suas capacidades militares estavam debilitadas devido à abrupta, embora necessária, redução do grande aparato coercitivo herdado da era soviética, o que comprometeu a defesa nacional e a projeção de poder no exterior. No campo econômico, o colapso do modelo anterior trouxe consigo a dissolução das colônias soviéticas, perdas estratégicas de recursos e mercados, além de agravar uma economia já fragilizada, com índices alarmantes de desemprego e inflação. Esses fatores geraram intensas crises sociais, refletidas em quedas na qualidade de vida, precariedade em setores como saúde e educação, e aumento da desigualdade. (Colin, 2007)

Em 1985, a União Soviética possuía o mesmo conjunto de recursos naturais e humanos de que dispunha dez anos antes. Não houve nenhuma devastação resultante de desastres naturais ou epidemias. Constantes faltas de produtos, longas filas nas lojas, racionamento de comida e grande pobreza, especialmente entre os idosos e habitantes do interior, não representavam nenhuma novidade, mas, mesmo assim, a situação havia piorado. Nos anos 80, a situação econômica era difícil, mas não catastrófica. A queda dos preços do petróleo e o aumento da dívida externa representaram um golpe adicional (Colin, 2007, p.35).

No âmbito diplomático, o País enfrentava o desafio de reconstruir laços com uma série de Estados que, agora independentes do sistema soviético, buscavam novos alinhamentos políticos e econômicos. Além disso, surgia a necessidade de redefinir sua posição no cenário internacional, conciliando a preservação de sua influência global com a reconstrução interna. Para enfrentar esses desafios, foram implementadas medidas emergenciais, como reformas econômicas voltadas para a transição a uma economia de mercado, iniciativas para modernizar

o aparato militar de forma sustentável e esforços diplomáticos para firmar parcerias estratégicas, tanto com antigos aliados quanto com potências emergentes. No entanto, essas ações demandavam tempo e coordenação, destacando a urgência de estratégias bem articuladas para superar o legado de instabilidade e reconstruir o país em múltiplos aspectos.

O processo de desintegração da União Soviética trouxe consigo mudanças profundas na ordem internacional, marcando o início de uma nova era geopolítica. A declarada vitória do bloco capitalista, anunciada pelo presidente dos Estados Unidos, George H. W. Bush, em seu discurso do Estado da União em 1992, simbolizou o triunfo dos valores democráticos e econômicos ocidentais. Essa transformação gerou consequências internacionais amplas e multifacetadas, consolidando não apenas a primazia americana, mas também redefiniu as relações internacionais, estimulando a integração de economias e sociedades no modelo capitalista, ao mesmo tempo em que gerava resistências e desigualdades, especialmente em regiões que enfrentavam os impactos do colapso soviético e da expansão ocidental.

Internamente, a Rússia vivenciou uma intensa disputa de ideias que seria decisiva para determinar o futuro da Nova República. Essa batalha ideológica envolveu diferentes correntes de pensamento: os Liberais, que defendiam a urgente necessidade de integrar a Rússia às instituições políticas e econômicas ocidentais; os Sociais-Democratas, que reconheciam os interesses próprios do País, mas acreditavam na possibilidade de convergência com o Ocidente em certos aspectos; os Estatistas, que viam a Rússia como uma potência global e destacavam a importância de adotar uma postura firme na defesa de seus interesses nacionais e de sua soberania; os Comunistas Nacionalistas, que compartilhavam da visão dos Estatistas quanto à soberania, mas enfatizavam a incompatibilidade fundamental entre os sistemas comunista e capitalista; e, por fim, os Eurasianistas de Linha-Dura, que enxergavam a Rússia como um império cujos interesses competiam com os de outras potências e defendiam a preservação e expansão de sua influência geopolítica.

3.2.1. A Política externa do governo Yeltsin: o ocidentalismo iludido

A ascensão de Boris Yeltsin e a consequente queda de Mikhail Gorbachev marcaram a vitória definitiva de uma coalizão ocidentalista, composta por aqueles que acreditavam na necessidade de a Rússia adotar um modelo político e econômico alinhado às novas tendências globais. Como destaca Tsygankov (2019, p. 59), essa coalizão ocidentalista era formada por reformadores idealistas e por representantes pragmáticos da antiga nomenklatura comunista. Entre os reformadores, figuras como Gennadi Burbulis, Yegor Gaidar e Andrei Kozyrev

defendiam políticas radicais com o objetivo de alinhar rapidamente a Rússia aos padrões político-econômicos ocidentais (Tsygankov, 2019, p. 59). Nesse contexto, passou-se a declarar que as principais ameaças ao país derivavam de sua falta de integração com o Ocidente, do atraso econômico e do histórico de relações com regimes não democráticos.

As principais razões para implementar a Diplomacia Pró-Occidental incluem: os democratas russos governantes eram semelhantes ao Ocidente em ideologia e diplomacia e esperavam obter ajuda econômica em larga escala do Ocidente para financiar reformas econômicas e políticas russas; os EUA e a Europa apoiaram a democracia política e a reforma da economia de mercado na Rússia, numa tentativa de transformá-la num “estado-nação normal” (Liu, 2022, p. 88).

A Política Externa da Rússia passou a ser orientada pelo objetivo de restabelecer o status do País como uma grande potência, priorizando uma diplomacia pró-Occidente. Essa abordagem, marcada por uma quase cega busca por maior integração com o Ocidente, visava reafirmar a nova orientação democrática da Rússia e preservar a estabilidade militar com os Estados Unidos, evitando qualquer escalada para uma confrontação. Destacam-se três componentes principais dessa visão de interesse nacional: a implementação de reformas econômicas radicais, a rápida adesão às instituições internacionais ocidentais e o isolamento em relação aos antigos estados soviéticos (Tsygankov, 2019, p. 60). Portanto,

A natureza democrática da nova estatalidade russa possibilitou superar essa etapa. A luta ideológica chegou ao fim, dando lugar à preocupação com as necessidades da Rússia, atendidas por meios econômicos, diplomáticos, militares e outros. Estão sendo lançadas as bases para uma parceria igualitária com países vizinhos, democráticos e economicamente desenvolvidos, fundamentada na defesa de nossos valores e interesses por meio de uma cooperação real, e não por oscilações entre confrontos e utopias. Está sendo acumulada experiência na resolução mutuamente benéfica de divergências e contradições entre a Rússia e outros países. Abre-se a oportunidade de considerar, de forma prática, as especificidades históricas, geopolíticas e econômicas dos interesses russos no contexto de relações intergovernamentais civilizadas. O que o mundo será no final do século XX dependerá, em grande parte, juntamente com outros processos objetivos, do sucesso de nossas reformas, da solidez da sociedade civil na Rússia e de sua estrutura federativa, bem como de sua política externa. Por sua vez, a política externa não pode ser eficaz sem o fortalecimento do Estado democrático russo e sem uma consideração abrangente e realista dos processos que ocorrem no exterior (Federação Russa, 1993, p. 20, tradução nossa).

Com essa nova orientação, o Estado buscava atrair a atenção do Ocidente para uma transformação rumo a uma nova era, com objetivos claros de obter benefícios e apoio dos países ocidentais, especialmente dos Estados Unidos. No entanto, o resultado foi completamente oposto. Segundo Mazat e Serrano (2012, p. 14), a presidência de Boris Yeltsin foi marcada por uma grande “ingenuidade” da elite russa, que alegava acreditar nas boas intenções dos líderes americanos e europeus. Além dos pacotes de ajuda, que ficaram muito aquém das expectativas

da nova liderança, os Estados Unidos não pouparam esforços para enfraquecer a Rússia, promovendo a expansão da OTAN para a antiga zona de influência soviética, mesmo descumprindo promessas anteriores de que tal expansão não ocorreria.

As discrepâncias entre os desejos e crenças da liderança soviética e a realidade de uma ajuda incipiente para apoiar as transformações em curso no País colocaram o governo Yeltsin diante de uma série de dificuldades, que foram particularmente evidentes na queda abrupta da qualidade de vida da população, consequência das reformas liberalizantes. Isso resultou na perda de confiança da população na coalizão liberal formada anteriormente. Esse cenário abriu espaço para que outros grupos políticos começassem a ganhar voz, promovendo seus discursos e perspectivas, enfraquecendo Yeltsin que seria obrigado a ceder em algumas questões consideradas sensíveis.

No final de 1992, essa crítica interna estava se combinando com eventos externos, incluindo a resposta ocidental decepcionante aos pedidos de assistência econômica da Rússia, para pôr fim à fase "romântica" da política externa russa e o movimento dos liberais russos ficavam mais próximos das visões centristas de política externa dos "nacionalistas pragmáticos". Outro fator que contribuiu para essa coalescência foi a crescente força política da "coalizão Red-Brown" de comunistas e nacionalistas extremistas, cujos membros expressaram um ponto de vista "nacionalista fundamentalista" ainda mais crítico (Donaldson, 1999, p. 291, tradução nossa).

Ficou evidente que a Política Externa do País era inconsistente e ineficaz, demandando ajustes para se alinhar aos seus objetivos finais. Em 1993, o governo Yeltsin sofreu uma dura derrota nas eleições parlamentares, o que aumentou ainda mais a pressão exercida por grupos opositoristas sobre sua administração. O resultado negativo do pleito reforçou em Boris Yeltsin a ideia de revisar sua Política Externa, o que, entre outras medidas, incluía a revalorização dos Estados vizinhos. Contudo, não houve mudanças no comando do Ministério das Relações Exteriores (Mazat e Serrano, 2012, p. 43). A mudança de direcionamento, evidenciada em parte do documento, desloca o foco do relacionamento da Rússia com os Estados Unidos e os países da Europa, voltando-se para as nações de sua antiga zona de influência.

Apesar das mudanças promovidas pelo presidente, a permanência de Andrei Kozyrev como ministro das Relações Exteriores, assim como a continuidade de diversas políticas internas de caráter marcadamente capitalista, não refletia de forma consistente a nova visão e o momento das relações exteriores do País. Essas políticas permaneciam fortemente centradas no relacionamento com o Ocidente, especialmente com os Estados Unidos e os países europeus. No entanto, a partir de 1993, houve uma mudança significativa na estratégia, com a Rússia

colocando a integração com os países da antiga URSS no centro de sua nova política exterior, sem desconsiderar, no entanto, a importância dos EUA e dos países do ocidente considerados como potências militares e econômicas. Nesse contexto, o Estado passou a considerar até mesmo o uso da força como um componente de sua política externa, se necessário.

Em 1996, com a reeleição de Yeltsin, o líder já enfrentava sérios problemas de saúde, enquanto disputas internas entre diferentes coalizões no governo intensificaram o cenário político. Tanto adversários quanto aliados dentro do *establishment* político estavam convencidos de que a substituição de Andrei Kozyrev era necessária para traçar uma nova rota e implementar estratégias capazes de manter ou até mesmo restaurar o status da Rússia como uma grande potência. Nesse contexto, o presidente reeleito anunciou a demissão de Kozyrev do cargo de Ministro das Relações Exteriores, nomeando em seu lugar o experiente e politicamente respeitado Yevgeny Primakov. Considerado um Estatista e Realista, de perfil pragmático, a mudança foi bem recebida pela sociedade e entre membros da classe política russa.

Para muitos russos, ver Primakov substituir Kozyrev foi um alívio, pondo fim a uma era ocidentalista e mudando os objetivos da política externa da Rússia. Primakov tinha visões muito diferentes sobre os interesses russos e como deveriam ser suas relações com o Ocidente. Ele era pessoalmente realista e estatista e executaria uma política externa pragmática que tentava buscar o caminho do meio. Ele não buscava confronto com o Ocidente, mas também não era pró-Ocidente. Além disso, ele entendia o quão fraca a Rússia era, mas queria restaurar seu lugar no mundo. Curiosamente, Primakov foi a única pessoa que conseguiu trabalhar nos níveis mais altos das administrações de Gorbachev e Yeltsin e continuar a ter sucesso (Bernier, 2018, p. 26, tradução nossa).

Primakov tinha plena consciência de que a Rússia não estava em sua melhor forma; pelo contrário, o fracasso das reformas implementadas ao longo do governo Yeltsin havia colocado o País em uma posição de extrema fragilidade nas esferas econômica, social e militar. Nesse contexto, o novo Ministro das Relações Exteriores, conforme destacado por Delong (2020), compreendia que, antes de buscar protagonismo no cenário internacional, a Rússia precisava, primeiramente, concentrar esforços em resolver suas questões internas. Primakov temia a consolidação de uma nova ordem unipolar, pois acreditava que isso colocaria a Rússia em uma posição vulnerável. Para ele, a segurança da Rússia dependia diretamente do reconhecimento, por parte da comunidade internacional, de seu status como uma grande potência.

O reconhecimento da fragilidade do País por parte de Primakov, aliado ao seu pragmatismo, levou-o a adotar uma abordagem extremamente cautelosa na formulação de sua política externa, que ficou rapidamente conhecida como Doutrina Primakov. Desde o início, ele

enfatizou que a Rússia não poderia permitir a consolidação de uma ordem internacional unipolar (DeLong, 2020, p. 310). Diferentemente de seu antecessor, Primakov via os Estados Unidos como a principal ameaça à Rússia, argumentando que, desde o colapso da União Soviética, os Estados Unidos da América (EUA) haviam trabalhado incessantemente para enfraquecer o País, com o objetivo de minar sua esfera de influência e comprometer sua segurança interna, utilizando a OTAN como uma ferramenta central nesse processo.

Sua segurança dependia de ter o status de uma superpotência. Ele alegou que apenas a miopia política poderia ser explicada pela remoção da Rússia da lista de potências. Uma Rússia forte ganharia o respeito e a legitimidade ocidentais para tratar a área pós-soviética como sua esfera de influência. Primakov assumiu que vários centros de forças de oposição deveriam ser usados contra os EUA para impedir a hegemonia do país em escala global. Ele não concordava com a tese de que os EUA são a única superpotência. Sim, é o país mais forte em termos de influência econômica, militar e política, mas não é uma superpotência, porque a superpotência é uma categoria da guerra fria. É por isso que a Rússia deve ser ativa em estruturas internacionais e usar conflitos de interesses em sua política (DeLong, 2020, p. 310, tradução nossa).

Dessa forma, Primakov considerava de suma importância a diversificação das relações internacionais da Rússia, acreditando que essa estratégia permitiria ao Estado equilibrar o poder e a influência dos EUA, além de enfraquecer suas intenções geopolíticas. Nesse sentido, a formulação da política externa russa, aprovada ainda em 1993 sob o governo Yeltsin, dedicava atenção especial a países do Oriente Médio, África e Ásia. Conforme destaca Bernier (2018), com esses objetivos em mente, Primakov desempenhou um papel crucial como interlocutor da iniciativa conhecida como “The Big Triangle”. Essa proposta visava a aliança estratégica entre Rússia, Índia e China, com o objetivo de contrapor a OTAN e suas ações. Esse alinhamento político posteriormente se tornou a base para a formação do BRICS.

Apesar de sua postura firme em relação aos Estados Unidos e ao papel que a Rússia deveria desempenhar no cenário global, Primakov não era anti-ocidentalista. No entanto, sua visão pragmática sobre as relações internacionais do País o levava a adotar uma abordagem mais moderada. Ficou evidente, portanto, que tanto Primakov quanto seu antecessor, Kozyrev, compartilhavam o objetivo central de restaurar o status da Rússia como uma grande potência. A diferença residiu nos meios adotados para alcançar esse objetivo, que foram significativamente transformados sob a liderança de Primakov. Seu enfoque buscava fortalecer a Rússia não por meio de acomodação às potências ocidentais, mas por meio de estratégias voltadas à criação de uma rede de parcerias globais destinadas a contrabalançar o poder dos Estados Unidos.

A Rússia, de forma apriorística, não considera nenhum Estado como inimigo ou amigo, mas busca construir com todas relações maximamente positivas e mutuamente benéficas, resolvendo disputas e conflitos por meios políticos. O caminho ideal para alcançar a formação de um cinturão de segurança e boa vizinhança ao longo de suas fronteiras, na visão da Rússia, é a estabilização abrangente da situação no espaço geopolítico ao seu redor e a criação de zonas de cooperação regional construtiva. Para esses fins, a Rússia pretende usar ao máximo, em sua política externa, as possibilidades oferecidas pelas regiões internas do país funcionalmente e geograficamente ligadas a esses espaços. A Rússia, como Estado sucessor da antiga URSS, exerce os direitos e obrigações herdados no cenário mundial. Em consulta com outros membros da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), ela promove a implementação, por parte desses países, dos direitos e obrigações da antiga URSS na medida em que esses direitos e obrigações estejam sob a jurisdição dos mesmos (Federação Russa, 1993, p. 24, tradução nossa).

A Doutrina Primakov foi e ainda é considerada crucial e de extrema importância para a formação da Política Externa do País ao longo do tempo, já que, por atuar de forma pragmática, o Ministro das Relações Exteriores conseguiu, de forma bastante satisfatória, analisar e antever uma série de situações às quais o Estado iria se confrontar no futuro e conseqüentemente influenciar uma série de decisões políticas atuais. Inclusive, Primakov defendia a união dos países com o objetivo de resolver problemas considerados prejudiciais a todos, independentemente de suas posições políticas. Conflitos regionais, terrorismo e armas de destruição em massa eram o pior que o mundo havia produzindo no pós-Guerra Fria, sendo a união e colaboração de todos os países extremamente benéfica (Bernier, 2018, p. 30).

Mesmo enfrentando uma significativa debilidade econômica, sob a liderança de Primakov, a Rússia conseguiu, por meio de uma política externa marcadamente pragmática, tirar proveito de diversas situações, consolidando-se como um ator relevante que exercia influência na política internacional, muitas vezes maior do que sua real capacidade. Além disso, foi durante a gestão de Primakov que o novo Estado russo, formado após a dissolução da URSS, passou a considerar de forma muito mais vigorosa o uso da força militar como parte de seu arsenal estratégico para alcançar o objetivo final de recuperar seu status de grande potência. De acordo com a visão do ministro, o uso da força militar seria sempre uma opção a ser considerada, mas apenas como último recurso e em conformidade com as regras do Direito Internacional e da Carta das Nações Unidas.

O fim da "Guerra Fria" não significa automaticamente a estabilização no cenário mundial. Os fatores de poder militar continuam desempenhando um papel significativo. A desvalorização da força militar no nível global é acompanhada por uma tendência de aumento de sua relevância em âmbitos regionais e locais. Abordagens baseadas no uso da força continuam desempenhando um papel determinante na provocação e escalada de conflitos. Conseqüentemente, a força mantém um papel importante tanto no desbloqueio de conflitos quanto, de maneira geral, na prática de regulação das relações internacionais. A Rússia considera plenamente essa realidade, como uma grande potência responsável, junto com outros membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, pela manutenção da paz

e da segurança internacionais, além de ser um Estado que carrega o principal ônus das operações de manutenção da paz na Comunidade dos Estados Independentes (CEI). De maneira principiológica, a Rússia defende a exclusão da força militar do arsenal da política mundial. No entanto, em casos de ameaça à segurança do país e de seus cidadãos, para conter atos de agressão e outras ameaças à paz e segurança internacionais, a Rússia admite o uso da força, estritamente de acordo com a Carta da ONU e outras normas do direito internacional, incluindo no âmbito de operações de manutenção e estabelecimento da paz (Federação Russa, 1993, p. 22, tradução nossa).

A ênfase no respeito aos organismos internacionais, especialmente à Carta das Nações Unidas e ao reconhecimento da ONU como uma organização essencial para a manutenção da paz e da segurança internacionais, reflete a percepção de Primakov de que, por meio do multilateralismo, a Rússia poderia assumir um papel relevante nesse cenário. Dessa forma, não seria necessário esperar pela completa recuperação econômica e militar do país. Em suma, Yevgeny Primakov esperava que a nova ordem mundial após os anos tensos da Guerra Fria fosse marcada pelo multilateralismo na forma de multipolaridade em vez da hegemonia americana (Bernier, 2018, p. 31).

Ao final de seu governo, em 1998, em meio a uma grave crise política provocada pela tentativa frustrada de nomear um novo primeiro-ministro, Yeltsin se viu obrigado a indicar Yevgeny Primakov. Isso porque Primakov era um nome amplamente aceito tanto pelos reformistas quanto pelo núcleo linha-dura dos comunistas, que haviam barrado candidatos anteriores propostos por Yeltsin. No entanto, sua nomeação gerou desconfiança entre os apoiadores do presidente, principalmente devido aos altos índices de aprovação de Primakov, tanto entre a população quanto na classe política. Esse cenário aumentava a insegurança de Yeltsin diante das eleições que se aproximavam. Apesar do breve mandato de oito meses, Yeltsin demitiu Primakov, justificando sua decisão com o argumento de que o primeiro-ministro não havia conseguido elaborar um plano econômico claro (Peterseim, 2024).

Compreende-se, portanto, que Primakov deixou importantes legados para a Política Externa da Rússia. Em primeiro lugar, destacou o reconhecimento, distinto de períodos anteriores, de que o país enfrentava uma série de dificuldades internas, cuja resolução era essencial para que a Rússia pudesse seguir seu caminho rumo ao objetivo de ser reconhecida como uma grande potência. Em segundo lugar, Primakov percebeu que, embora considerasse os EUA seu principal oponente, Moscou ainda não estava preparada para um confronto direto, o que exigia a adoção de estratégias indiretas para lidar com essa oposição. Por fim, destacou-se o reconhecimento de que o multilateralismo beneficiaria a Rússia, já que compartilhava objetivos comuns com outros países, o que poderia fortalecer sua posição no cenário internacional.

3.2.2. A política externa de Putin: da acomodação ao embate

No dia 31 de dezembro de 1999, o presidente russo Boris Yeltsin anunciou sua renúncia inesperada ao cargo, marcando um momento decisivo na política da Rússia pós-soviética. Em seu discurso de despedida, Yeltsin declarou que estava deixando o poder para abrir caminho para uma nova liderança capaz de conduzir o País diante dos desafios do novo milênio. Com sua saída, Vladimir Putin, então primeiro-ministro, assumiu a presidência interina, conforme estabelecido pela Constituição russa. Putin havia sido nomeado primeiro-ministro em agosto de 1999 após uma série de mudanças frequentes nesse cargo durante o governo Yeltsin, mas rapidamente demonstrou lealdade ao presidente e competência administrativa em meio a um contexto de instabilidade econômica, social e política. Essa transição simbolizou não apenas o fim da era Yeltsin, marcada por reformas neoliberais controversas e crises internas, mas também o início de uma nova fase na política russa, na qual Putin emergiria como a figura central, promovendo a centralização do poder, o fortalecimento do Estado e a restauração da posição da Rússia no cenário internacional.

O regime Yeltsin se desenvolvia em uma atmosfera de ciclos revolucionários prolongados artificialmente. Sem saber como consolidar o poder na base do consenso, Yeltsin prolongou indefinidamente o período de alterações no governo, mudando constantemente os ocupantes dos cargos ministeriais e seu círculo de intimos. Resolvia dessa forma o problema da responsabilidade, culpando pelos erros cometidos aqueles que deixavam o governo. Essa fuga à responsabilidade explica sua frequente mudança de primeiros ministros: durante oito anos no poder, Yeltsin nomeou sete primeiros-ministros: Yegor Gaidar, Viktor Tchernomyrdin (duas vezes), Serguei Kirienko, Evgueni Primakov, Serguei Stepachin e Vladimir Putin. Ao mesmo tempo, Yeltsin resolvia dessa forma um outro problema: a procura por um sucessor, pois pela tradição russa o primeiro-ministro é o candidato mais forte ao cargo de presidente (Colin, 2007, p. 62).

A ascensão de Vladimir Putin ao poder representou um ponto de inflexão na trajetória política da Rússia, trazendo transformações significativas tanto no âmbito interno quanto no cenário internacional. No plano doméstico, sua liderança foi marcada pela centralização do poder, com reformas que fortaleceram o aparato estatal e reduziram a influência de oligarcas e governos regionais. Simultaneamente, na esfera externa, Putin adotou uma postura mais assertiva, buscando reafirmar o papel da Rússia como ator global e defendendo seus interesses estratégicos com maior vigor. Essas mudanças não apenas redefiniram a dinâmica política do País, mas também alteraram sua relação com o resto do mundo, consolidando uma nova era na política russa.

Putin ganhou popularidade ao adotar uma postura firme na resposta aos atentados terroristas que atingiram a Rússia naquele ano, atribuindo-os a militantes separatistas da Chechênia. Sua condução da Segunda Guerra da Chechênia, marcada por uma retórica nacionalista e pela promessa de restaurar a ordem, fortaleceu sua imagem como um líder capaz de restabelecer a estabilidade do País. Além disso, o apoio da máquina estatal e da elite política ligada a Yeltsin garantiu-lhe ampla visibilidade e controle dos meios de comunicação, favorecendo sua campanha. Nas eleições de março de 2000, ele foi eleito no primeiro turno com cerca de 53% dos votos, consolidando sua liderança e dando início a um período de fortalecimento do Estado e reestruturação da política interna e externa russa (Bonnet,2000).

De acordo com Colin (2007), logo no início de seu mandato, Vladimir Putin demonstrou sua intenção de romper com os antigos grupos de interesse que dominavam a política e a economia russa, iniciando o que ficou conhecido como a “Revolução Anti-Oligárquica”. Internamente, seu principal objetivo era restaurar o poder da presidência da República, que havia sido enfraquecido e descentralizado durante o governo de Boris Yeltsin. Com essa recuperação, Putin buscava implementar uma série de reformas econômicas e sociais destinadas a eliminar privilégios, reduzir renúncias fiscais e combater a evasão de capital promovida pelos oligarcas. Além disso, essas medidas visavam melhorar os índices de qualidade de vida das classes média e baixa, garantindo maior estabilidade interna. Esse fortalecimento do poder executivo não apenas ampliaria sua governabilidade, mas também permitiria a formulação de uma política externa mais alinhada às necessidades do Estado e da população, consolidando a posição da Rússia no cenário internacional.

Logo após a eleição de Putin em 2000, foi publicado o Conceito de Política Externa da Federação Russa, documento que estabelecia as diretrizes estratégicas do governo para as relações internacionais. O texto refletia um pragmatismo maior em comparação com a década anterior, influenciado pela Doutrina Primakov, que defendia um mundo multipolar e a diversificação das parcerias estratégicas da Rússia. Assim, o documento tinha como principal objetivo fortalecer a posição do país no cenário internacional, reafirmando sua soberania e ampliando sua influência geopolítica. Embora não propusesse restaurar a estrutura da União Soviética, o documento indicava a intenção da Rússia de se consolidar como um ator global independente, capaz de atuar de forma assertiva na definição da ordem internacional.

O período da Política Externa do País durante o governo Putin entre os anos de 2000 a 2004 ficou amplamente conhecido no meio acadêmico como um período de pragmatismo de grande potência. De acordo com Liu (2022, p. 89), o objetivo era de criar um ambiente externo favorável para o seu desenvolvimento econômico e social e restaurar o seu status como uma

grande potência. Paralelamente, o País passou a dedicar maior atenção ao fortalecimento de suas relações com nações ao redor do globo, sempre com o objetivo de contribuir para a transformação da ordem internacional em direção a um sistema multipolar. Essa estratégia refletiu uma postura ativa na reconfiguração do equilíbrio de poder global, buscando reduzir a influência de polos hegemônicos e promover a ascensão de novos atores no cenário internacional. Para tanto, o país tem investido em parcerias estratégicas, tanto com potências emergentes quanto com Estados menores, por meio de iniciativas diplomáticas, acordos comerciais e cooperação em áreas como segurança e energia.

Em resposta a esses desenvolvimentos globais, Putin apresentou a ideologia do pragmatismo e da autoconcentração. A ideologia articulou a visão de uma nova coalizão de identidade que combinava influências ocidentalistas e estatistas. Com os ocidentalizadores, Putin criticou práticas passadas de extensão excessiva de recursos de política externa — uma possível referência aos períodos soviético e primakoviano. No entanto, ele também se comprometeu com valores tradicionais tipicamente enfatizados por estatistas e civilizacionistas. Por exemplo, em seu artigo programático “Rússia na virada do milênio”, que ele dirigiu ao seu eleitorado, o futuro presidente enfatizou o patriotismo, um estado forte e a solidariedade social como os principais valores de seu país. (Tsygankov, 2019, p. 131, tradução nossa).

O pragmatismo, característica marcante da política externa russa sob a liderança de Vladimir Putin e seu governo, permitiu que a Rússia evitasse uma confrontação direta com os Estados Unidos. Isso ocorreu porque havia uma clara compreensão de que as ações no cenário internacional deveriam ser cuidadosamente alinhadas com as condições e prioridades internas do País. Nesse contexto, os ataques de 11 de setembro de 2001 representaram uma oportunidade significativa para a cooperação entre dois polos tradicionalmente antagônicos. A Rússia, que já identificava o terrorismo como uma ameaça estratégica, viu nesse momento a chance de unir esforços com os EUA para combater um inimigo comum. Essa aproximação era vista como essencial, uma vez que, de acordo com o Conceito de Política Externa da Federação Russa de 2000, a luta contra o terrorismo exigia recursos e colaboração internacional que, isoladamente, o Estado não teria condições de mobilizar plenamente.

O crescimento do terrorismo internacional, do crime organizado transnacional, bem como do tráfico de drogas e armas, está começando a ter um impacto significativo na estabilidade global e regional. As ameaças associadas a essas tendências são agravadas pelo apoio limitado de recursos da política externa da Federação Russa, o que dificulta a defesa bem-sucedida de seus interesses econômicos estrangeiros e restringe o escopo de suas informações e influência cultural no exterior (Federação Russa, 2000, tradução nossa).

Durante os anos 2000, surgiram diversas oportunidades de cooperação energética entre Rússia e Estados Unidos. Em 2002, foi estabelecida a Parceria Energética Rússia-EUA, que visava ampliar as exportações russas de petróleo e gás para o mercado americano, fortalecendo a segurança energética global. Segundo Tsygankov (2019), o governo russo projetava um aumento da participação de suas exportações de óleo e gás para os EUA, de 1% para 9%, embora na prática esse crescimento tenha sido limitado.

Paralelamente, a Rússia consolidou sua posição como um fornecedor estratégico de gás e petróleo, apresentando-se como uma alternativa à dependência global do Oriente Médio. Além disso, Moscou intensificou seus laços comerciais com a Europa, especialmente com França, Alemanha e Itália, uma vez que o continente representava aproximadamente 40% das exportações russas. A Rússia também ampliou sua presença no mercado asiático, buscando parcerias energéticas com China e Japão.

Além de desenvolver as novas relações com os Estados Unidos, Putin colocou uma nova ênfase nos laços com parceiros europeus, especialmente Alemanha, França e Itália. Os mercados de energia da Rússia estavam principalmente na Europa — eles representavam 40% do comércio exterior da Rússia, em relação aos Estados Unidos, que representavam apenas 5% do comércio... Ao se aliar aos europeus, Putin foi firmemente apoiado em casa, mas também teve o cuidado de não apresentar suas opiniões como antiamericanas, posicionando-se, em vez disso, como uma voz de moderação e até mesmo de reconciliação entre os lados americano e europeu no Ocidente. Putin continuou a fazer esforços para aproximar culturalmente a Rússia e a Europa. (Tsygankov, 2019, p. 142, tradução nossa).

Apesar dessa aproximação, o comportamento pragmático do País permitiu que, simultaneamente ao estreitamento de laços, mantivesse uma postura firme na defesa de seus interesses e questões securitárias. Nesse sentido, rejeitou as demandas europeias pela instalação de missões de paz das Nações Unidas nos países da antiga URSS, encerrou a missão de paz da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) na Chechênia e pôs fim às atividades dos voluntários do Corpo de Paz dos EUA em território russo. Essas decisões geraram certa irritação e mal-estar nas relações entre os dois países (Tsygankov, 2019).

No contexto do combate ao terrorismo, a Rússia ofereceu forte apoio político aos Estados Unidos na luta contra o grupo Talibã no Afeganistão. No entanto, esse apoio se restringiu ao campo diplomático, uma vez que o presidente Vladimir Putin enfatizou que tropas russas não seriam enviadas devido às restrições constitucionais que exigem a notificação e autorização do Parlamento para operações militares no exterior.

Por outro lado, no caso do Iraque, a Rússia se posicionou como uma das principais opositoras à invasão norte-americana em 2003. Essa resistência se deu não apenas pela falta de

evidências concretas sobre a existência de armas de destruição em massa no país, mas também pelos laços históricos com o governo de Saddam Hussein e pela percepção de que os Estados Unidos estavam instrumentalizando a luta contra o terrorismo para promover seus próprios interesses estratégicos.

Às vésperas de concluir seu primeiro mandato como presidente e adotando uma estratégia agressiva de modernização econômica a qualquer custo, Putin identificou diversas oportunidades para fortalecer os laços econômicos com os países vizinhos. Desse modo, um acordo significativo foi firmado com Belarus, Ucrânia e Cazaquistão, visando à redução de barreiras comerciais e à definição de regras para o transporte de energia compartilhada entre esses territórios, especialmente no que se refere aos gasodutos que atravessam a região. Ainda, direcionou esforços para a reativação da Organização para Cooperação de Shanghai (OCS), mecanismo criado com objetivo de combater as atividades terroristas e preencher o vácuo de segurança existente na Ásia central (Tsygankov, 2019, p.152-153). Essas ações visavam a consolidação da Rússia como importante ator regional.

Após concluir seu primeiro mandato em 2004, Vladimir Putin foi reeleito para a presidência da Rússia em um pleito marcado por ampla popularidade e pelo fortalecimento do seu poder no Kremlin. Beneficiando-se do crescimento econômico impulsionado pelo aumento dos preços das commodities, especialmente do petróleo e do gás, Putin consolidou sua imagem como líder capaz de garantir estabilidade e desenvolvimento ao País. No entanto, sua reeleição foi acompanhada por críticas internas e externas, especialmente em relação ao controle da mídia, restrições à oposição e à centralização do poder. Com um segundo mandato garantido, Putin aprofundou sua agenda de modernização econômica e reforçou o papel da Rússia como ator estratégico no cenário internacional.

Logo após sua reeleição, o então mandatário enfrentou uma série de desafios que agravaram as tensões com os Estados Unidos e impuseram obstáculos adicionais à sua gestão. Um dos principais problemas foi o aumento das atividades terroristas, evidenciado por ataques de grande impacto, como o cerco à escola de Beslan, em setembro de 2004, que resultou na morte de mais de 300 pessoas, incluindo muitas crianças (Finn; Glasser, 2004). A tragédia expôs fragilidades na resposta das forças de segurança russas e reforçou a retórica do Kremlin em favor de políticas antiterroristas mais rígidas. Como consequência, Putin intensificou a centralização do poder, promovendo reformas que ampliaram o controle do governo sobre instituições políticas e de segurança. Além disso, sua abordagem cada vez mais autoritária e a repressão a opositores geraram críticas no Ocidente, aprofundando o desgaste nas relações com os Estados Unidos e países europeus. Essas tensões marcaram o início de uma nova fase na

política russa, em que a segurança interna e a reafirmação da soberania nacional passaram a ocupar um papel central na agenda do Kremlin.

Uma série de Revoluções Coloridas¹⁵ ocorreu em países da antiga União Soviética, impulsionada por insatisfações populares e por denúncias de fraudes eleitorais. Esses movimentos, frequentemente apoiados por Organizações não-governamentais ocidentais e vistos com desconfiança por Moscou, resultaram na ascensão de governos mais alinhados ao Ocidente. De acordo com Kuchins e Zevelev (2012, p. 155) essa série de revoluções coloridas deu mais sustentação ao argumento de que os Estados Unidos estavam empenhados em enfraquecer e frustrar os interesses de Moscou. Sendo assim, o 2º mandato do presidente trouxe uma nova característica para a Política Externa do País, a assertividade, que foi sendo construída ao longo dos anos.

Nosso objetivo ao afirmar isso não é sugerir que a Política Externa russa se tornou agressiva ou sofreu uma mudança abrupta, mas sim destacar que a melhoria da situação interna do país levou a elite política a perceber que o Kremlin poderia, a partir de então, defender com maior firmeza determinados objetivos e posições consideradas inegociáveis. Como aponta Liu (2022), a liderança russa entendia que não cabia aos Estados Unidos determinar o processo de evolução democrática de outras nações. Nesse sentido, a influência norte-americana nos processos eleitorais por meio das Revoluções Coloridas era vista como uma ameaça direta à segurança de Moscou

A política externa russa permaneceu inserida em uma estrutura realista e pragmática na maior parte; a mudança mais significativa foi a percepção de que o poder russo estava crescendo enquanto o "momento unipolar" dos EUA estava recuando para a história. A posição de Putin mudou de um equilibrador de poder centrista do primeiro mandato com inclinações ocidentais para um esforço de segundo mandato para apelar ao nacionalismo russo e à oposição à política dos EUA, especialmente no espaço pós-soviético (Kuchins; Zevelev, 2012, p. 155, tradução nossa).

Nesse novo contexto, Putin adotou uma estratégia mais assertiva em relação aos países situados na zona de influência russa. Como observa Tsygankov (2008, p. 39), essa postura se refletiu em uma doutrina voltada à manutenção do papel civilizacional da Rússia na Eurásia, apresentada como uma resposta ao imperialismo ocidental no contexto das revoluções coloridas. Essa doutrina baseava-se na premissa de que a Rússia possuía uma responsabilidade

¹⁵ “As revoluções coloridas geralmente apresentam protestos não violentos contra os governos por Organizações Não Governamentais (ONGs) e cores específicas, que funcionam como símbolos desses movimentos e das mudanças pacíficas dos regimes” (Zhang; Fahmy, 2009, tradução nossa).

histórica na estabilização e integração da região, contrapondo-se às tentativas ocidentais de promover mudanças políticas por meio de intervenções externas.

Na prática, essa estratégia traduziu-se em um conjunto de ações políticas, diplomáticas e, em alguns casos, militares voltadas para a reafirmação da influência russa. Medidas como o fortalecimento de organizações regionais, a ampliação da presença econômica e energética e, quando necessário, a adoção de posturas coercitivas evidenciaram o compromisso do Kremlin em resguardar sua esfera de influência. Dessa forma, a política externa russa não apenas reafirmou sua resistência ao avanço ocidental, mas também consolidou uma narrativa em que a Rússia se posiciona como um polo civilizacional alternativo, defendendo modelos políticos e valores distintos daqueles promovidos pelas potências ocidentais.

Ao término de seu segundo mandato, Putin havia consolidado as diretrizes fundamentais que orientariam a política externa russa no novo milênio. Esse período foi marcado pela definição de uma estratégia baseada na reafirmação da soberania nacional, na recuperação da influência regional e na contestação da ordem internacional liderada pelo Ocidente. A formulação dessa política externa refletia a percepção, por parte do Kremlin, de que a Rússia deveria atuar de maneira mais assertiva para proteger seus interesses estratégicos, especialmente em sua zona de influência na Eurásia. Para isso, foram adotadas medidas como o fortalecimento de alianças regionais, a utilização do setor energético como instrumento de influência geopolítica e uma postura mais ativa frente às iniciativas ocidentais, particularmente no que se refere à expansão da OTAN e da União Europeia.

3.2.3. A política externa Medvedev: o arrefecimento das relações com o ocidente

A eleição de Dmitry Medvedev para a presidência da Rússia em 2008 marcou um momento peculiar na política russa, tanto no cenário doméstico quanto no plano internacional. Apresentado como sucessor de Vladimir Putin, Medvedev foi eleito em um contexto de estabilidade econômica e crescente assertividade russa no sistema internacional. Sua ascensão ao poder gerou expectativas sobre uma possível mudança de tom na política externa do país, especialmente no que dizia respeito às relações com o Ocidente. Apesar da continuidade da influência de Putin como primeiro-ministro, o governo Medvedev adotou uma abordagem que, em alguns momentos, sugeria um arrefecimento nas tensões com os Estados Unidos e a União Europeia, promovendo iniciativas de cooperação e diálogo. No entanto, a conjuntura geopolítica e eventos como a Guerra Russo-Georgiana de 2008 evidenciaram os desafios de uma real transformação nas diretrizes da política externa russa.

Assim como ocorreu com Boris Yeltsin, a escolha de um sucessor por parte do presidente em exercício é uma prática comum na política russa e em diversos sistemas eleitorais ao redor do mundo. Seguindo essa tradição, Vladimir Putin indicou Dmitry Medvedev como seu sucessor nas eleições de 2008, uma decisão que gerou resistência dentro de sua principal base de apoio, os *siloviki*. Segundo Duncan (2013, p. 4), a escolha de Medvedev representou um fracasso para esse grupo, pois ele não pertencia a nenhuma das principais facções que compunham a elite política dominante na Rússia. Essa falta de alinhamento gerou incertezas sobre a continuidade do modelo de governança consolidado sob Putin, especialmente no que dizia respeito ao papel dos *siloviki* no aparato estatal.

A eleição de Dmitry Medvedev, seguida pela indicação de Vladimir Putin como primeiro-ministro, marcou uma reconfiguração estratégica na política russa, evidenciando tanto a continuidade do poder quanto a adaptação institucional do País. O processo eleitoral, conduzido com rigor, destacou uma articulação política que conciliava a renovação formal da liderança com a manutenção de uma influência já consolidada por Putin. Ao analisar esses eventos, percebe-se uma interação complexa entre os mecanismos democráticos e o pragmatismo político, onde a escolha de Medvedev serviu, em parte, para renovar a legitimidade do governo, enquanto a nomeação de Putin reforçava a continuidade das políticas e a estabilidade do sistema de governança. Esse rearranjo dos poderes reflete, assim, uma estratégia deliberada de transição que buscava equilibrar a modernização institucional com a tradição de controle político consolidado na Rússia.

O “Conceito da Política Externa da Federação Russa” de julho de 2008 representa uma redefinição estratégica do posicionamento internacional da Rússia, enfatizando a construção de uma ordem multipolar em contraposição à hegemonia ocidental. O documento ressalta a primazia da soberania nacional e a proteção dos interesses estratégicos, especialmente diante de percepções de pressão externa e expansões militares como a da OTAN. Nesse contexto, a Rússia reforçaria sua influência na região pós-soviética e promoveria a diversificação de parcerias, estabelecendo vínculos não apenas com aliados tradicionais, mas também com potências emergentes como a China e a Índia. Essa abordagem, marcada por um realismo estratégico, tem como objetivo valorizar o diálogo em condições de igualdade e a cooperação internacional para enfrentar desafios globais, ao mesmo tempo em que se posiciona contra intervenções unilaterais que possam comprometer sua integridade territorial.

O documento saudou o ‘fortalecimento da Rússia’ e que ela estava desempenhando um papel cada vez maior nos assuntos internacionais, contribuindo para uma ‘tendência a uma ordem mundial policêntrica’ (em contraste com o perigo de um

‘mundo unipolar’ descrito no conceito de 2000). Ele alertou, no entanto, que a ‘competição global’ estava adquirindo uma ‘dimensão civilizacional’, e o ‘Ocidente histórico’ estava continuando a política de ‘contenção’ (sderzhivanie) da Rússia. Sem nomear os Estados Unidos ou a OTAN neste contexto (ao contrário do documento de 2000), ele se opôs à ‘estratégia de ações unilaterais’ e à ‘ignorância por estados ou grupos de estados específicos do direito internacional’. O documento enfatizou o comprometimento da Rússia com a cooperação internacional. A maior prioridade regional era a CEI e, depois disso, a Europa e a segurança euro-atlântica (Duncan, 2013, p. 08, tradução nossa).

Durante seu mandato, Medvedev evidenciou uma orientação marcadamente voltada ao liberalismo e à promoção do livre mercado, refletindo suas políticas internas no esforço de modernizar as estruturas política e econômica da Rússia. Sua administração procurou: (1) implementar reformas que incluíam a modernização do sistema jurídico; (2) fortalecer as instituições democráticas; (3) promover maior transparência governamental; (4) reduzir o intervencionismo estatal em determinados setores; (5) incentivar a iniciativa privada e diversificar a economia, alinhando o país com padrões internacionais de competitividade e governança. Com isso, o governo buscou romper com a dependência dos setores tradicionais da economia e lançou um programa de modernização econômica com objetivo de estimular a inovação e diversificação produtiva e atrair investimentos para os setores tecnológicos do país (Liu, 2022, p. 90-91).

Além disso, sua presidência foi marcada pela tentativa de promover uma reforma institucional que pudesse enfrentar problemas crônicos, como a corrupção e a burocracia excessiva, embora as mudanças enfrentassem resistências tanto de estruturas tradicionais do poder quanto de segmentos conservadores da sociedade. Essas iniciativas evidenciaram um período de transição, no qual o governo de Medvedev procurou equilibrar a necessidade de modernização com as realidades de um sistema político historicamente centralizado, gerando debates intensos sobre a efetividade e a profundidade das reformas implementadas.

O conflito de 2008 entre Rússia e Geórgia se transformou em um ponto de inflexão nas relações do País com o Ocidente. O episódio, iniciado com confrontos na região da Ossétia do Sul, evidenciou as profundas discrepâncias entre a visão russa de segurança e a expansão da OTAN, intensificando uma atmosfera de desconfiança mútua. Medvedev e seu governo buscaram justificar a intervenção como uma resposta necessária a ameaças à estabilidade regional, o que, por sua vez, gerou críticas e endureceu a postura dos países ocidentais (Duncan, 2013). Essa conjuntura contribuiu para uma reavaliação das alianças e prioridades geopolíticas, aprofundando o ceticismo ocidental em relação às intenções russas e marcando um período de tensões e redefinição dos vínculos diplomáticos.

Esse episódio surpreendeu a comunidade internacional, especialmente porque, durante seu governo, Medvedev era visto como um presidente conciliador, pouco inclinado a assumir certos riscos. Segundo Duncan (2013, p. 08), a decisão de entrar em guerra contra a Geórgia foi interpretada por Medvedev como uma maneira de demonstrar sua força e independência em relação ao ex-presidente e atual primeiro-ministro, Putin. Além disso, o conflito serviu como um recado claro sobre os limites que a Rússia estaria disposta a aceitar frente à expansão da OTAN. Apesar disso, uma série de mudanças no cenário internacional fizeram com que o país recuasse um pouco da sua postura confrontativa e optasse por uma postura mais cooperativa com o ocidente e principalmente com os EUA.

A crise econômica global de 2008 marcou o fim de um período de prosperidade que o País vinha desfrutando desde o *boom das commodities*, iniciado no final da década de 1990. Segundo Tsygankov (2019, p. 203), o Produto Interno Bruto russo registrou uma queda de aproximadamente 9% em 2009, enquanto economias como a da China e a da Índia continuaram a crescer, ainda que a um ritmo mais lento, evidenciando a vulnerabilidade da recuperação econômica. Esse cenário adverso, aliado à decisão dos Estados Unidos — sob a presidência de Barack Obama, eleito em 2008 — de buscar uma aproximação com a Rússia, contribuiu para a restauração das relações bilaterais. Como consequência, a Rússia passou a moderar suas preocupações e as ameaças securitárias relacionadas à expansão da OTAN em sua área de influência e às estratégias de Washington voltadas à desestabilização do país (Tsygankov, 2019, p. 203).

Uma série de transformações no Oriente Médio impactou significativamente as questões de segurança do país. Muitos políticos atribuíram à atuação dos Estados Unidos uma parcela importante da instabilidade na região, apontando para intervenções militares e políticas que visavam garantir interesses estratégicos, mas que, frequentemente, acabavam por intensificar conflitos e desequilíbrios locais. Essa visão levou à adoção de medidas preventivas e à busca por estratégias que reforçassem a autonomia nacional em matéria de segurança, haja vista que essas ações poderiam aumentar os casos de terrorismo dentro do país devido a sua proximidade com as Repúblicas Islâmicas do Caucáso, que poderiam servir como reduto para atuação de grupos terroristas.

Portanto, durante o governo de Medvedev, a aproximação da Rússia com o Oriente Médio ocorreu, assim como com outras regiões consideradas sensíveis e estratégicas em sua política externa, por meio de uma perspectiva voltada à cooperação e integração econômica, além da interação nos âmbitos bilaterais e multilaterais. Através desse processo, a Rússia esperava diminuir as suas inseguranças quanto a sua presença em outros continentes, para além

disso, aumentar os seus laços com árabes e muçumanos, evitando, portanto, ser alvo de grupos terroristas assim como acontece com os Estados Unidos.

Para aumentar sua interação com os Estados do mundo islâmico, a Rússia aproveitará sua participação como observadora no trabalho da Organização da Conferência Islâmica e da Liga dos Estados Árabes, e desempenhará um papel ativo na implementação da Parceria do G8 com a Região do Oriente Médio e Norte da África. Atenção prioritária será dada ao desenvolvimento de cooperação econômica mutuamente benéfica, em particular no setor de energia, com países desta região, que é de importância estratégica para os interesses nacionais da Rússia. A Rússia aumentará sua interação multifacetada com Estados africanos nos níveis multilateral e bilateral, inclusive por meio do diálogo e cooperação dentro do G8, e contribuirá para uma resolução rápida de conflitos regionais e situações de crise na África. Desenvolveremos diálogo político com a União Africana e organizações sub-regionais, aproveitando suas capacidades para envolver a Rússia em projetos econômicos implementados no continente. (Federação Russa, 2008, tradução nossa).

Fica evidente, portanto, que o governo de Medvedev não representou uma ruptura na política externa russa, mas manteve sua essência pragmática e assertiva, preservando os principais interesses estratégicos do país. Embora tenha havido uma tentativa de reaproximação com o Ocidente, especialmente por meio da política de "reset" com os Estados Unidos, essa iniciativa não resultou em mudanças estruturais na postura internacional da Rússia. No âmbito interno, Medvedev buscou modernizar a economia e reduzir a dependência do setor energético, promovendo iniciativas como o Centro de Inovação Skolkovo. No entanto, essas reformas foram limitadas e não alteraram significativamente o modelo econômico russo.

Em termos de atuação internacional, a política externa seguiu uma linha predominantemente pragmática, combinando momentos de proatividade—como o fortalecimento de blocos regionais, a exemplo da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) e da Comunidade Econômica Eurasiática — com respostas reativas a ações de outros centros de poder, especialmente os Estados Unidos e a OTAN. Assim, embora o período de Medvedev tenha introduzido novas abordagens em algumas áreas, a política externa russa permaneceu amplamente alinhada às diretrizes estabelecidas durante o governo de Putin.

3.2.4. O retorno de Putin ao Kremlin: a Rússia como civilização distinta

O retorno de Vladimir Putin à presidência da Rússia, em 2012, trouxe mudanças significativas para a política externa e intensificou o debate sobre a trajetória política do País. Sua reeleição gerou ampla repercussão internacional, com críticas dos Estados Unidos e de diversos países europeus, que apontaram falta de transparência no processo eleitoral e expressaram preocupação com sua permanência prolongada no poder. A eleição ocorreu em

um contexto de forte contestação interna, com grandes manifestações populares denunciando fraudes e exigindo maior abertura política. O governo respondeu com repressão severa, incluindo prisões e restrições à oposição, especialmente após os protestos na Praça Bolotnaya, em Moscou. Esse cenário agravou as tensões entre a Rússia e o Ocidente, alimentando críticas sobre violações aos direitos humanos e restrições à liberdade de expressão no País (Ribeiro, 2018)

Segundo observa Tsygankov (2019), o presidente reeleito manifestou repetidamente sua insatisfação com a falta de cooperação entre a Rússia e os Estados Unidos, atribuindo essa frustração à ausência de vontade política e de reciprocidade por parte de Washington. Segundo sua visão, os EUA continuavam a tratar a Rússia como um ator secundário, sem reconhecer plenamente seu status de grande potência capaz de desafiar o equilíbrio militar e econômico global. Nesse contexto, Moscou defendeu a criação de um Tratado de Segurança Coletivo na Europa, que buscava um modelo alternativo à estrutura da OTAN, mas a proposta foi rejeitada pelos países ocidentais. Além disso, as tensões se aprofundaram devido ao envolvimento dos EUA no Oriente Médio, com o Kremlin acusando Washington de promover instabilidade na região para avançar seus interesses estratégicos, especialmente em relação ao controle de recursos energéticos e à contenção da influência russa e iraniana.

Diante desse cenário, a Rússia passou a perceber o ambiente internacional como cada vez mais instável, não apenas devido à sua caracterização pelo Ocidente como um adversário estratégico, mas também em razão de uma série de eventos globais que afetavam diretamente seus interesses. A instabilidade no Oriente Médio contribuiu para uma crise migratória na Europa, intensificada a partir de 2015, com milhares de refugiados buscando melhores condições de vida diante de guerras e crises socioeconômicas. Paralelamente, a incerteza econômica global, agravada pelos efeitos da crise financeira de 2008-2009, fortaleceu tendências protecionistas e favoreceu a ascensão de lideranças populistas em diversas partes do mundo (Rumer; Weiss, 2024). Além disso, os protestos do *Euromaidan*, que culminaram na deposição do presidente ucraniano pró-Rússia Viktor Yanukovich em 2014, foram interpretados por Moscou como uma interferência ocidental na sua zona de influência, intensificando as tensões geopolíticas e marcando um ponto de inflexão nas relações da Rússia com o Ocidente (Shevsky, 2022, p. 855-856).

A anexação da Crimeia pela Rússia em março de 2014 representou um marco na política externa do País, redefinindo sua postura em relação ao Ocidente e fortalecendo uma abordagem mais assertiva e revisionista. O movimento foi amplamente condenado pelos Estados Unidos, pela União Europeia e por diversas organizações internacionais, resultando na imposição de

sanções econômicas contra Moscou e no aumento das tensões diplomáticas. Em resposta, a Rússia passou a priorizar uma estratégia de diversificação de parcerias, buscando aprofundar relações com potências não ocidentais, como a China e a Índia, além de reforçar sua presença em regiões estratégicas, como o Oriente Médio e a África. Além disso, a narrativa oficial do Kremlin passou a enfatizar a necessidade de proteger a soberania nacional contra supostas tentativas ocidentais de desestabilização, legitimando, internamente, políticas de maior controle estatal e repressão a opositores. Dessa forma, a anexação da Crimeia não apenas deteriorou as relações da Rússia com o Ocidente, mas também acelerou mudanças estruturais em sua política externa, consolidando um modelo mais pragmático e orientado para o fortalecimento de sua influência global.

Putin tomou a decisão da Crimeia em estreita consulta com autoridades de segurança, concedendo-lhes, assim, uma medida adicional de influência política. A decisão provou ser extremamente popular entre muitos russos. O Kremlin também recebeu um impulso de apoio doméstico após uma campanha militar bem-sucedida na Síria que começou em outubro de 2015. No entanto, a consolidação pós-Crimeia também serviu para marginalizar ainda mais os críticos pró-ocidentais que eram frequentemente vistos e apresentados pela mídia estatal como traidores da Rússia (Tsygankov, 2019, p. 229, tradução nossa).

O fortalecimento dessa postura resultou em uma maior coesão política interna, à medida que a política externa russa passou a incorporar uma orientação ideológica mais marcada. O País passou a se apresentar como uma civilização distinta do Ocidente, fundamentando sua identidade nacional em valores conservadores, soberanistas e tradicionalistas. Esse discurso foi amplamente utilizado pelo Kremlin para justificar sua atuação no cenário internacional e consolidar o apoio doméstico, reforçando a narrativa de que a Rússia estaria defendendo sua soberania e seus interesses contra a influência ocidental. Dessa forma, a política externa tornou-se um instrumento essencial não apenas para a projeção de poder, mas também para a manutenção da estabilidade interna.

Desde o início de seu terceiro mandato, em 2012, até a atualidade, Putin mantém uma linha de atuação consistente com suas diretrizes anteriores, caracterizada por uma política exterior assertiva e pelo fortalecimento do papel dos instrumentos militares. A modernização das Forças Armadas, a anexação da Crimeia em 2014 e a intervenção militar na Síria em 2015 evidenciaram a crescente centralidade do poder militar na estratégia russa, consolidando sua postura de enfrentamento ao Ocidente e de projeção de influência em regiões estratégicas.

Moscou percebia o cenário internacional como um sistema em transição, com uma crescente movimentação em direção à multipolaridade e um relativo declínio da hegemonia

norte-americana. Essa visão era sustentada pela avaliação de que os Estados Unidos enfrentavam desafios econômicos, políticos e geopolíticos que limitavam sua capacidade de exercer poder de forma unipolar, criando oportunidades para a ascensão de outras potências, incluindo a própria Rússia. Entretanto, no âmbito social e econômico, a Rússia enfrentava desafios significativos, incluindo a perda de competitividade de sua indústria devido à falta de diversificação e inovação, o declínio da qualidade de vida da população, impactado por crises econômicas e inflação, e o agravamento da situação econômica do País, exacerbado por fatores como a volatilidade dos preços do petróleo e as sanções ocidentais.

Apesar desses desafios, Putin manteve um amplo apoio tanto da classe política e da elite econômica do país quanto da população em geral. Segundo Smeltz e Baz (2025), pesquisas de opinião indicam que seis em cada dez russos acreditam que a Rússia deve buscar um papel mais relevante no cenário internacional e que a política externa de Putin tem sido fundamental para alcançar esse objetivo. Ou seja, internamente, há um amplo apoio à continuidade da política externa consolidada ao longo dos mandatos do presidente Putin. No entanto, é inegável que a Rússia ainda enfrenta diversas fragilidades, principalmente no que tange ao seu desenvolvimento econômico e social, sendo estas, em grande parte, atribuídas às pressões externas de outras potências, como as sanções e o isolamento diplomático impostos pelo Ocidente.

3.3. O DNA da política externa moscovita

Como demonstrado anteriormente, embora a política externa de um País possa ser influenciada por diversos grupos de interesse que disputam internamente os rumos a serem seguidos, essa influência se reflete principalmente na escolha dos instrumentos e nos processos de formulação dessa política. Em síntese, a política exterior reflete a visão e o posicionamento dos grupos que detêm o poder em determinado momento. No entanto, em alguns casos, como o da Rússia, os objetivos estratégicos fundamentais permanecem inalterados, enquanto a percepção do cenário internacional e os meios utilizados para alcançá-los podem se modificar conforme a conjuntura global.

Após o fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética, os diversos grupos políticos e de interesse na Rússia concentraram seus esforços na redefinição do papel do país no novo cenário internacional e na forma como ele projetaria sua influência no mundo. O período pós-Soviético foi marcado pelo abandono das concepções ideológicas da era comunista e por uma tentativa de adaptação à nova ordem global, levando em consideração os desafios internos, tanto

sociais quanto econômicos, e a necessidade de reposicionar a Rússia como um ator relevante no sistema internacional.

A análise dos principais documentos de política externa da Rússia — os conceitos de Política Externa de 1993, 2000, 2008, 2013, 2016 e 2023 — revela tanto continuidades quanto mudanças na estratégia do país. Embora elementos fundamentais, como a defesa da soberania e a busca por um mundo multipolar, permaneçam constantes, as percepções dos formuladores de política externa evoluem ao longo do tempo, influenciando a escolha dos instrumentos e das abordagens adotadas. Essas variações refletem não apenas mudanças no cenário internacional, mas também ajustes internos na visão estratégica da liderança russa.

Em todos os conceitos de política externa da Rússia, há uma preocupação constante com a hegemonia dos Estados Unidos, refletindo a percepção de que um mundo unipolar seria inaceitável e prejudicial para Moscou. O *Russian Foreign Policy Concept* de 2000 evidencia essa visão ao afirmar que “há uma tendência para a criação de uma estrutura unipolar do mundo, com domínio econômico e militar dos EUA” (Federação Russa, 2000, tradução nossa). O documento ressalta que a Rússia buscará ativamente promover uma ordem mundial multipolar, considerada mais compatível com seus interesses estratégicos e sua posição no cenário internacional. Essa perspectiva foi mantida nos conceitos posteriores, tornando-se mais assertiva à medida que as relações com o Ocidente se deterioraram.

A defesa da soberania territorial da Rússia é um tema central no *Russian Foreign Policy Concept* de 2000, refletindo preocupações históricas com a estabilidade interna e a percepção de que forças externas poderiam buscar o enfraquecimento do país. Esse discurso, já presente na Era Soviética, foi mantido e adaptado à Rússia moderna. Com o passar do tempo, especialmente a partir do documento de 2013, a política externa russa passou a destacar uma nova gama de desafios transnacionais que extrapolavam as fronteiras nacionais. O conceito passou a enfatizar ameaças, como: terrorismo internacional, tráfico de armas e drogas, extremismo e pirataria, apontando esses fenômenos como fatores que poderiam comprometer a segurança global e a estabilidade dos Estados, incluindo a própria Rússia.

Novas ameaças e desafios transfronteiriços dominam cada vez mais a agenda internacional, aumentando em proporções e se tornando mais diversificados em forma e geografia. Eles incluem, em primeiro lugar, o risco de proliferação de armas de destruição em massa e seus meios de entrega, terrorismo internacional, tráfico descontrolado de armas e combatentes, radicalização do sentimento público dando origem ao extremismo religioso e tensões étnicas e interconfessionais, migração ilegal, pirataria marítima, tráfico de drogas, corrupção, conflitos regionais e internos, escassez de recursos essenciais, problemas demográficos, pobreza global, desafios ambientais, sanitários e epidemiológicos, mudanças climáticas e ameaças à informação e segurança alimentar (Federação Russa, 2013, tradução nossa).

Um tema recorrente nos documentos de política externa da Rússia é a ênfase na importância dos organismos multilaterais, especialmente a ONU e seu Conselho de Segurança (CSNU), como pilares centrais para a resolução de questões globais de forma equilibrada entre as grandes potências. A Rússia defende a preservação do papel das Nações Unidas na governança internacional, argumentando que essa instituição é essencial para a consolidação de uma ordem mundial multipolar (Federação Russa, 2013). Nesse contexto, os documentos russos rejeitam ações unilaterais que desconsiderem o direito internacional e reforçam que somente esforços coordenados entre as potências podem garantir um ambiente global mais estável e pacífico.

Outro risco à paz e estabilidade mundial é apresentado por tentativas de administrar crises por meio de sanções unilaterais e outras medidas coercitivas, incluindo agressão armada, fora da estrutura do Conselho de Segurança da ONU. Há casos de flagrante negligência de princípios fundamentais do direito internacional, como o não uso da força, e das prerrogativas do Conselho de Segurança da ONU quando a interpretação arbitrária de suas resoluções é permitida. Alguns conceitos que estão sendo implementados visam derrubar autoridades legítimas em estados soberanos sob o pretexto de proteger a população civil. O uso de medidas coercitivas e força militar ignorando a Carta da ONU e o Conselho de Segurança da ONU é incapaz de eliminar profundos antagonismos socioeconômicos, étnicos e outros que causam conflitos. Tais medidas apenas levam à expansão da área de conflito, provocam tensões e corrida armamentista, agravam controvérsias interestatais e incitam conflitos étnicos e religiosos (Federação Russa, 2013, tradução nossa).

Nos documentos de política externa da Rússia, fica evidente que Moscou busca se diferenciar das demais potências por meio do apelo ao respeito ao Direito Internacional. As diretrizes básicas da política exterior do País destacam um esforço para promover um ambiente externo estável e sustentável, fundamentado nos princípios de não interferência em assuntos internos, respeito mútuo e igualdade entre os Estados (Federação Russa, 2016). Dessa forma, o Kremlin adota uma estratégia que o posiciona como um contraponto à Ordem Liberal Ocidental, com objetivos de atrair aliados que também compartilham preocupações com a ingerência Ocidental nos assuntos internos desses países.

Com o agravamento das relações entre Washington, seus aliados ocidentais e Moscou, intensificado a partir do terceiro mandato do presidente Vladimir Putin (2012-2018), a Rússia passou a fortalecer sua aproximação com países da África, Ásia e América Latina. Essa tendência se acentuou após 2014, quando o Kremlin anexou a Crimeia, alegando a defesa de seus interesses estratégicos e a proteção da população russa. A ação também refletiu a determinação da Rússia em conter a influência da OTAN e a expansão ocidental em sua esfera de influência. O uso da força na Política Externa é tido pelo Kremlin como uma ferramenta

essencial dentro das suas estratégias para a manutenção da sua influência regional e internacional (Smeltz; Baz, 2025, p. 03).

Quando se trata de determinar a força e a influência geral da Rússia no mundo, o público russo é mais propenso a dizer que o poder militar (48%) tem maior importância do que o poder econômico (39%). Em 2019, oito em cada 10 russos (83%) consideraram seu país uma potência militar e pensaram que decisões recentes de política externa melhoraram o estado das forças militares russas (83%). Hoje, uma grande parcela diz que manter a superioridade militar da Rússia é a abordagem mais eficaz para atingir as metas de política externa da Rússia (85%) (Smeltz; Baz, 2025, p. 03, tradução nossa).

Fica claro que o aumento da assertividade na política externa do País reflete não apenas a visão dos grupos no poder, mas também é compatível com a atual percepção de mundo de sua população. A tentativa de manter relações saudáveis com o Ocidente frequentemente frustrou Moscou, devido à falta de reciprocidade e à consequente percepção de que a postura de superioridade dos Estados Unidos e seus aliados relegava as considerações e interesses russos a um papel secundário diante das necessidades estratégicas de Washington e seus parceiros. Sendo assim, a primazia do uso da força foi o principal e mais eficaz meio encontrado para solucionar todo um processo de insegurança.

Ao longo da história da política externa russa, percebe-se o reconhecimento de que essa política não é moldada apenas pelos desejos e vontades dos líderes no poder, mas também responde a uma série de grupos de interesse essenciais para sua manutenção. Esse fato é evidenciado pela continuidade dos objetivos principais de sua política exterior, enquanto as ferramentas e os caminhos utilizados para alcançar determinados propósitos são ajustados ao longo do tempo. Como destaca Figueira (2011, p.24):

A Política Externa é um resultante da interação entre as arenas domésticas e internacional, ou seja, as preferências dos países manifestas nas negociações internacionais não apenas consideram as interações com as demais unidades do sistema internacional e as possibilidades e os constrangimentos que estas oferecem, mas também as preferências manifestas internamente, sendo essas conjugadas por diversos atores e estruturas (Figueira, 2011, p. 24).

Ou seja, a construção dessa política no Estado russo envolve uma complexa rede de relacionamentos que deve ser considerada. De acordo com Putnam (1988), a interação entre o nível doméstico e o internacional pode ser compreendida como um “Jogo de dois níveis”. Isso significa que o comportamento do País em negociações e tomadas de decisão é influenciado tanto por fatores internos quanto por dinâmicas externas. Dessa maneira, os líderes operam simultaneamente em dois níveis: no cenário internacional, onde devem articular os interesses

externos nas negociações com outros Estados, e no âmbito doméstico, onde precisam conciliar essas iniciativas com as demandas internas, garantindo a legitimidade e a viabilidade política de suas decisões.

No nível nacional, os grupos domésticos buscam seus interesses pressionando os políticos buscam poder construindo o governo para adotar políticas favoráveis e coalizões internacionais entre esses grupos. No nível nacional, os governos nacionais buscam maximizar sua própria capacidade de satisfazer as pressões domésticas, ao mesmo tempo em que minimizam os desenvolvimentos estrangeiros. (Putnam, 1988, p. 434, tradução nossa).

Todavia, o caso da Rússia apresenta uma série de particularidades que tornam essa interação menos perceptível e tangível. Diferentemente dos países ocidentais, a rede de interações no contexto russo é significativamente mais opaca, em razão da própria natureza de sua política. Segundo Marten (2015, p. 193), a imprevisibilidade da atuação internacional de Moscou é amplificada pela informalidade de sua rede política, que desempenha um papel central na tomada de decisões. Isso significa que, ao contrário de um processo altamente institucionalizado e burocrático, como ocorre nos Estados Unidos, a formulação da política externa russa é marcada pela influência de redes informais de poder, incluindo oligarcas, burocratas e grupos próximos ao Kremlin. Embora a informalidade seja um fator determinante, outros elementos, como interesses estratégicos e pragmatismo geopolítico, também contribuem para a forma como Moscou conduz suas relações internacionais.

Em contraste, o processo de formulação de políticas russas é muito menos claro. As decisões não são tomadas dentro de órgãos constitucionais bem definidos ou instituições burocráticas, mas a portas fechadas por indivíduos desconhecidos. A autoridade vem por meio de conexões pessoais, cimentadas por meio da família, vizinhança e experiências anteriores de escola ou trabalho. Embora todos os sistemas políticos dependam até certo ponto desses laços de rede, o que diferencia a Rússia de suas contrapartes europeias ou norte-americanas é a extensão e a profundidade de seu sistema de clientelismo pessoal (Marten, 2015, p. 193, tradução nossa).

Dito isso, grande parte da política externa russa é formulada levando em consideração a necessidade de atender a essa rede opaca e informal, cujas raízes remontam à era soviética, mas que evoluiu significativamente no período pós-soviético, especialmente sob Putin. Segundo Marten (2015, p. 193), essas características não estão exclusivamente ligadas à figura de Putin, mas fazem parte da dinâmica política russa há bastante tempo. Esses laços informais desempenham um papel central na formulação e implementação da política externa, coexistindo com diretrizes estratégicas formais descritas nos documentos oficiais. Essa rede de influência permite não apenas maior flexibilidade na atuação internacional da Rússia, mas também o

surgimento de estratégias que complementam e, em alguns casos, expandem as diretrizes estabelecidas oficialmente.

O uso de Empresas Militares e de Segurança Privadas, em particular do Grupo Wagner, exemplifica a adoção de abordagens que operam em um espaço ambíguo entre a política oficial do Estado e a esfera informal do poder russo. Embora essas Empresas não sejam formalmente reconhecidas pelo Kremlin, suas ações estão frequentemente alinhadas aos interesses estratégicos da Rússia. O uso de EMSPs reflete uma estratégia deliberada para ampliar a influência russa, reduzir custos políticos e operacionais e manter uma margem de negação plausível em conflitos, consolidando assim a presença russa em regiões estratégicas.

Em vez de mobilizar um grande número de soldados russos convencionais, Moscou alavancou forças de operações especiais, unidades de inteligência, PMCs e outras organizações governamentais e não governamentais para expandir sua influência, construir a capacidade de parceiros e aliados e garantir ganhos econômicos. Algumas PMCs russas têm ligações diretas ou indiretas com o Ministério da Defesa russo (particularmente a Diretoria Principal de Inteligência, ou GRU), o Serviço Federal de Segurança (FSB), o Serviço de Inteligência Estrangeira (SVR) e o Kremlin (Jones et al., 2021, p. 01, tradução nossa).

Alguns fatores reforçam a percepção de que a política exterior russa evoluiu de forma a incorporar o uso de Empresas Militares e de Segurança Privadas como ferramenta estratégica. Portanto, o emprego de grupos privados para a promoção de objetivos estatais não é um fenômeno recente na Rússia. Marten (2019, p. 181) destaca que muitos desses voluntários, como os cossacos, desempenhavam o papel de forças semiestatais já na era pré-soviética dos *czares*. Eles auxiliavam o Império Russo na defesa das fronteiras e na manutenção da ordem em troca de autonomia e privilégios. Dessa forma, os *czares* se beneficiavam da lealdade desses grupos, que podiam ser rapidamente mobilizados, ao mesmo tempo em que mantinham uma margem de negação plausível sobre seus vínculos com essas forças.

Durante os séculos XVIII e XIX, por exemplo, os líderes russos negociaram acordos com os cossacos, predominantemente povos de língua eslava oriental que viviam nas áreas do norte dos mares Negro e Cáspio. Os cossacos defenderam assentamentos de fronteira durante a expansão russa em troca de direitos especiais aos recursos naturais e alguma autonomia administrativa (Jones et al., 2021, p.14, tradução nossa).

Além das motivações históricas, a dissolução da União Soviética trouxe uma série de desafios internos para a Rússia, especialmente no âmbito econômico e social. Sukhankin (2019) aponta que há uma grande discrepância entre as ambições geopolíticas de Moscou e suas reais capacidades, o que leva o País a depender cada vez mais de estratégias assimétricas e híbridas.

Em outras palavras, as dificuldades da Rússia em manter um crescimento econômico robusto e melhorar a qualidade de vida da população restringem sua capacidade de sustentar uma força militar convencional extensiva, incentivando o uso de táticas como guerra cibernética, operações de desinformação e o emprego de atores não estatais para alcançar seus objetivos estratégicos.

Os principais documentos de política externa russa enfatizam, em sua retórica oficial, o respeito à Carta das Nações Unidas, às leis do Direito Internacional, à soberania estatal e ao princípio de não ingerência nos assuntos internos de outros Estados. No entanto, na prática, a Rússia tem sido acusada de desconsiderar esses princípios em diversas ocasiões. Nesse contexto, o uso de Empresas Militares e de Segurança Privadas faz parte da estratégia russa de projeção de poder, diferenciando-se da abordagem de outras potências ao empregar essas empresas como instrumentos de influência sob um manto de negação plausível.

Segundo Jones et al. (2021), as autoridades russas apoiam o uso dessas empresas como uma forma de expandir a influência de Moscou por meios que permitam a negação oficial de envolvimento estatal. Dessa maneira, o Kremlin pode atingir objetivos estratégicos sem precisar lidar diretamente com as repercussões políticas e diplomáticas dessas ações, reduzindo os custos de envolvimento militar direto e evitando sanções internacionais mais severas.

Essencial para a Rússia de Putin, as PMCs também podem ser usadas por estados para manter uma negação plausível sobre seu envolvimento secreto ou desonroso em aventuras estrangeiras. Grupos de segurança semiestatais como Wagner são certamente um componente da atual estratégia de “guerra de informação” de Putin, usando ofuscação em seu relacionamento com o estado para semear confusão e caos entre os inimigos da Rússia. (Marten, 2019, p. 187, tradução nossa).

Diante disso, Moscou adotou uma série de mecanismos para minimizar riscos políticos desnecessários. Jones et al. (2021) argumentam que as EMSPs representam uma ferramenta de uso da força menos arriscada politicamente, pois sua atuação ocorre de maneira discreta, e a morte de contratados privados tende a gerar menor impacto na opinião pública russa e internacional em comparação com baixas entre soldados regulares. No entanto, em casos de grande repercussão, como o ataque dos EUA a mercenários russos na Síria em 2018, o governo ainda precisa gerenciar a narrativa para minimizar consequências políticas.

Por essa razão, as EMSPs na Rússia operam em um ambiente jurídico ambíguo e não regulamentado. Embora o Código Penal russo proíba formalmente a criação, o financiamento e a operação dessas empresas, o Kremlin tolera e até incentiva sua existência quando servem a interesses estratégicos. Essa ambiguidade jurídica permite que o Estado mantenha controle

sobre essas forças irregulares, ao mesmo tempo em que preserva a negação plausível de envolvimento direto. De acordo com Dahlqvist (2019), o Artigo 359 do Código Penal russo proíbe o financiamento de empresas militares privadas, enquanto o Artigo 208 veda a criação e operação de qualquer formação armada que não esteja prevista na legislação federal.

Essas formações paramilitares também são utilizadas para fortalecer os laços e as capacidades de parceiros estatais e não estatais, sem atrair atenção direta para as estratégias russas. De acordo com Jones et al. (2021, p. 17), o objetivo é aprimorar as capacidades dos aliados por meio de treinamento, fornecimento de equipamentos às forças estrangeiras e incorporação de conselheiros em setores sensíveis, contribuindo para o desenvolvimento de táticas e habilidades específicas. Um exemplo disso é a presença do Grupo Wagner em países africanos, como a República Centro-Africana.

Seguindo a ideia de que a política externa e interna da Rússia operam por meio de redes informais e opacas, o surgimento do Grupo Wagner se insere nesse contexto. Como destaca Dahlqvist (2019), o Wagner manteve laços estreitos com o Serviço de Inteligência Militar (GRU) e o Ministério da Defesa, embora sua relação com essas instituições tenha variado ao longo do tempo. O grupo foi financiado pelo influente empresário Yevgeny Prigozhin, que possuía forte proximidade com o Kremlin e se beneficiava de contratos estatais. Essa conexão com um aliado próximo de Putin, somada à eficácia operacional do Wagner, fez do grupo uma ferramenta valiosa para Moscou, especialmente dentro da lógica de clientelismo e negação plausível que caracteriza a atuação russa em conflitos internacionais.

O uso dessa ferramenta tornou-se altamente viável para Moscou, pois permite projetar influência global com menor custo político e econômico, evitando o envolvimento direto das forças armadas regulares. Jones (2021, p. 17) observa que as Empresas Militares e de Segurança Privadas (EMSPs) aparentam ser uma alternativa mais econômica para a expansão da influência do Kremlin, em comparação com o uso convencional das forças militares. Essa percepção se deve, em grande parte, à redução de custos com infraestrutura militar permanente e à ausência de indenizações oficiais para feridos ou familiares de combatentes mortos. No entanto, em alguns casos, esquemas informais de compensação foram adotados, especialmente no contexto do Grupo Wagner.

Os contratados da PMC podem custar menos do que os soldados do governo, pois não exigem salários ou benefícios permanentes. Uma vez que os contratos terminem seu curso ou se os serviços das PMCs não forem mais necessários ou avaliados como contraproducentes, o governo russo pode demitir contratados ou se recusar a renovar contratos (Jones et al., 2021, p. 17, tradução nossa).

Por fim, é importante destacar que a Doutrina Militar da Federação Russa, aprovada em 2014 pelo presidente Vladimir Putin, menciona a existência de "outras tropas" além das formações militares sob controle das Forças Armadas. Essas forças incluem unidades subordinadas a diferentes órgãos estatais, como a Guarda Nacional (Rosgvardiya), o Serviço Federal de Segurança e o Serviço de Inteligência Estrangeira, que desempenham funções de segurança interna e defesa do País. Embora a doutrina não mencione explicitamente o uso de Empresas Militares e de Segurança Privadas, a inclusão dessas "outras tropas" sugere um espaço para a atuação de formações armadas não regulares no aparato estratégico russo.

[...] organização militar (doravante - organização militar) - um conjunto de estado e militar Controle das Forças Armadas da Federação Russa, outras tropas, formações militares e corpos estabelecidos no tempo militar unidades especiais (doravante - as Forças Armadas, outras tropas e órgãos) que constituem sua base e realizam suas atividades por meios militares, e complexo da indústria de defesa do país conjunto que visam preparar a defesa armada e a proteção armada da Federação Russa (Presidência da Federação Russa, 2014, tradução nossa).

A análise da política externa russa revela um processo dinâmico que combina elementos formais e informais na formulação de suas estratégias. O uso de Empresas Militares e de Segurança Privadas, como o Grupo Wagner, exemplifica uma abordagem que permite a Moscou projetar influência global de forma dissimulada, reduzindo os custos políticos e militares. Essa estratégia se insere em um contexto mais amplo, no qual a Rússia busca preservar sua autonomia estratégica e desafiar a hegemonia ocidental por meio de táticas híbridas, incluindo operações de desinformação, ciberataques e alianças com atores estatais e não estatais (Jones, 2021)

Além disso, a doutrina militar russa e seus principais documentos estratégicos evidenciam um compromisso contínuo com a defesa da soberania nacional e a promoção de um mundo multipolar. No entanto, a realidade da atuação russa muitas vezes contrasta com sua retórica oficial, demonstrando a flexibilidade e o pragmatismo que caracteriza sua política externa. Dessa forma, a utilização de redes opacas e informais, aliada ao respaldo jurídico ambíguo para grupos paramilitares, fortalece a capacidade do Kremlin de influenciar cenários internacionais sem assumir responsabilidades diretas.

Portanto, a política externa russa, marcada por uma combinação de pragmatismo, assertividade e negação plausível, reflete tanto a continuidade de sua tradição estratégica quanto a adaptação às novas dinâmicas do sistema internacional. Essa abordagem permite à Rússia expandir sua presença em regiões estratégicas e consolidar parcerias, mantendo sua posição como um ator relevante na geopolítica global.

4. EMPRESAS MILITARES PRIVADAS RUSSAS: O GRUPO WAGNER E SUA ATUAÇÃO NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA

A projeção de poder da Rússia tem sido caracterizada pelo uso de uma ampla gama de ferramentas que combinam influência diplomática, militar, econômica e informacional. Essa estratégia visa garantir os interesses russos em sua vizinhança imediata, consolidar sua presença em regiões estratégicas e desafiar a hegemonia ocidental no sistema internacional. O presente capítulo aborda as dinâmicas contemporâneas da política externa russa, enfocando tanto a continuidade de seus objetivos geopolíticos quanto a inovação nos meios empregados para alcançá-los. A análise das políticas implementadas nesse período revela um padrão de adaptação tática às condições domésticas e internacionais, evidenciado pelo uso crescente de mecanismos não convencionais, como a guerra informacional, a utilização de empresas militares privadas e a instrumentalização da dependência energética de seus parceiros comerciais.

4.1. Empresas militares e de segurança privadas na Rússia: o Grupo Wagner em evidência

O Grupo Wagner é atualmente uma das empresas militares privadas mais conhecidas e proeminentes no cenário internacional. De acordo com Katz (2020, p. 6), a ChVK Wagner¹⁶ é possivelmente a EMSP mais mencionada na atualidade, com operações registradas em países como República Centro-Africana, Iêmen, Madagascar, Moçambique, entre outros. A origem do Grupo Wagner é complexa, resultando de uma série de dissidências entre firmas militares privadas pré-existentes. Suas raízes estão fortemente vinculadas à empresa Antiterror-Orel, fundada em 2005 por ex-agentes das forças especiais russas que se reuniram naquela região. Alguns anos depois, a Antiterror-Orel firmou diversos acordos com empresas russas que atuavam e mantinham negócios no Iraque.

O Wagner Group teve suas raízes em uma empresa conhecida como Antiterror-Orel, sediada no sudoeste da Rússia. Uma organização chamada Antiterror-Tsentr foi registrada na cidade de Orel como uma empresa de segurança privada em 2005 (ela fechou oficialmente em 2016) (Marten, 2019, p. 190, tradução).

¹⁶ O termo ChVK significa "Chastnaya Voennaya Kompaniya" (Частная военная компания), que se traduz como "Companhia Militar Privada".c

De acordo com Østensen e Bukkvol (2018), durante sua atuação, um dos destacamentos da empresa ganhou notoriedade e acabou dando origem à sua própria firma militar privada. A *Tiger Top Rent Security* é frequentemente citada como uma das pioneiras no mercado moderno de Empresas Militares e de Segurança Privadas na Rússia, especialmente por sua atuação no exterior. Segundo Mkrtychyan (2020), a empresa foi criada com o objetivo de oferecer serviços de segurança no Iraque, incluindo a proteção de instalações energéticas estratégicas e o apoio a forças locais. Antes de ser incorporada por outra empresa, a *Tiger Top Rent* consolidou sua reputação na proteção de empresas petrolíferas e diplomatas russos, refletindo a crescente participação de atores privados na política de segurança externa da Rússia.¹⁷

Diferentes fontes têm versões ligeiramente diferentes do que aconteceu, mas parece que a *Tiger Top Rent Security* pelo menos serviu de base para o estabelecimento das empresas *Moran Security Group*, *Ferax* e *Redut-Antiterror*. Destas, a mais proeminente atualmente é a *Moran Security Group* (Østensen e Bukkvol, 2018, P. 22, tradução nossa).

A *Moran Security Group* foi fundada como uma empresa de segurança privada legalmente registrada, com sede em Moscou. Conforme destacado por Marten (2009, p. 190), a *Moran* operava como uma Empresa de Segurança Privada (ESP) legítima, especializada na proteção contra pirataria, fornecendo guardas armados e serviços de inteligência para petroleiros russos, instalações portuárias e plataformas *offshore*. A empresa contava com a participação de ex-militares e ex-agentes do Serviço Federal de Segurança, refletindo a tendência de integração entre o setor privado e círculos de segurança do Estado russo.

A *Moran* alcançou notoriedade e sucesso significativo, expandindo suas operações para diferentes regiões marítimas estratégicas. No entanto, em 2012, a empresa se envolveu em um escândalo amplamente divulgado quando 15 de seus seguranças foram presos pela marinha nigeriana no porto de Lagos, sob acusações de porte ilegal de armas e entrada irregular em águas territoriais nigerianas. O incidente trouxe maior escrutínio à atuação das Empresas Militares e de Segurança Privadas russas no exterior e destacou os desafios jurídicos e diplomáticos enfrentados por essas empresas ao operar em zonas de conflito e regiões sensíveis.¹⁸

A prisão ocorreu após a apreensão do navio *MV Myre Seadiver*, que transportava 14 fuzis AK-47 e cerca de 8.500 munições. Embora a empresa tenha alegado que o armamento era

¹⁷ Empresas militares privadas russas. Disponível em: <https://orbeli.am/en/post/448/2020-05-12/Russian+Private+Military+Companies>. Acesso em: 14 ago. 2024.

¹⁸ 15 marinheiros russos enfrentam prisão perpétua na Nigéria. Disponível em: <https://dailypost.ng/2013/02/23/15-russian-sailors-facing-life-imprisonment-in-nigeria/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

legalmente registrado e destinado à proteção contra pirataria, as autoridades locais consideraram a posse irregular, levando à abertura de um processo judicial. A defesa da *Moran* argumentou que a chegada do navio havia sido previamente comunicada às autoridades e que a empresa possuía licença para o transporte de armamento com fins de segurança marítima. No entanto, o caso se arrastou por meses até que, em junho de 2013, um tribunal nigeriano absolveu oito dos tripulantes, enquanto os demais permaneceram sob julgamento.¹⁹ O episódio evidenciou os desafios regulatórios e diplomáticos enfrentados por Empresas Militares e de Segurança Privadas ao operar em contextos internacionais, destacando as ambiguidades legais que envolvem o uso de armamento por agentes privados em zonas de alto risco.

Esse caso, no entanto, não foi considerado o fim da EMSP *Moran*. Pelo contrário, marcou o início de uma nova fase de expansão da empresa, com um foco distinto das atividades anteriormente realizadas, como a segurança de embarcações e cargas. Marten (2019, p. 191) relata que, na primavera de 2013, o *Moran Security Group* começou a convocar diversos veteranos russos das forças especiais para entrevistas com uma nova empresa, denominada *Slavonic Corps*. Ambas desempenharam papéis na Guerra da Síria em apoio ao governo Assad: o *Moran* ficou responsável pelo fornecimento de equipes para recuperação de cargas, resgate de reféns, segurança de comboios e transporte de equipamentos, enquanto o *Slavonic Corps* assumiu a missão de proteger instalações econômicas e militares sensíveis no país (*United States Army Training and Doctrine Command* [TRADOC], 2020, p. 62, tradução nossa).

Os contratados foram informados de que sua missão, aprovada por autoridades russas, consistia em proteger instalações petrolíferas em Deir-el-Zour contra o Estado Islâmico, permitindo que o Exército Sírio focasse em combates diretos. No entanto, a operação enfrentou problemas devido ao uso de armas obsoletas, que se mostraram ineficazes em confronto, resultando em feridos²⁰. Durante o recuo para a base aérea de Latakia, surgiram desentendimentos sobre os objetivos da missão, levantando suspeitas sobre a real participação do governo sírio no acordo. Após serem repatriados a Moscou, os contratados foram interrogados pelo FSB e liberados, enquanto os líderes da operação, Gusev e Yevgenii Sidorov, foram presos por mercenarismo e condenados. A investigação revelou contratos envolvendo autoridades sírias e uma empresa intermediária, mas a seletividade nas acusações contra os

¹⁹ 8 marinheiros russos absolvidos em caso de contrabando de armas na Nigéria. Disponível em: <https://www.themoscowtimes.com/2013/06/19/8-russian-sailors-acquitted-in-nigeria-arms-smuggling-case-a25076>. Acesso em: 25 set. 2024.

²⁰ Mercenários russos na Síria. Disponível em: <https://warsawinstitute.org/russian-mercenaries-in-syria/>. Acesso em: 12 set. 2024.

envolvidos levantou questionamentos sobre o controle estatal russo e seu uso estratégico das EMSPs (Marten, 2019, p. 191).

A fracassada expedição do *Slavonic Corps* parece ter sido o ponto de partida para a consolidação do Grupo Wagner como uma EMSP, provavelmente estabelecida em 2014 e fortalecida em 2015 com a criação de sua base de treinamento em Mol'kino, no sul da Rússia, próxima à instalação da 10ª Brigada de Forças Especiais do GRU (Jones et al., 2021). Liderado por Dmitrii Utkin, ex-oficial do GRU e participante da operação na Síria, Wagner ganhou notoriedade tanto por suas operações em regiões como Donbass, Síria, Líbia e Sudão, quanto por especulações sobre sua proximidade com o Kremlin, reforçadas por uma fotografia de Utkin ao lado do presidente Vladimir Putin em 2017. A imagem gerou debates sobre o vínculo entre o governo russo e o Wagner, evidenciando o papel estratégico da empresa em conflitos internacionais alinhados aos interesses de Moscou (Østensen e Bukkvol, 2018, p. 25).

FIGURA 2 - BASE DE TREINAMENTO DO GRUPO WAGNER EM UMA INSTALAÇÃO DO GRU NA VILA DE MOL'KINO, PERTO DO AEROPORTO DE KRASNODAR.



Fonte: Jones et al., 2021, p. 19.

FIGURA 3 - - DA ESQUERDA PARA A DIREITA: ANDREY "SEDOY" TROSHEV, ALEXANDER "RATIBOR" KUZNETSOV E DMITRY "WAGNER" UTKIN SÃO

CONDECORADOS COM MEDALHAS DE HERÓIS DA FEDERAÇÃO RUSSA POR SUAS CONQUISTAS MILITARES NA SÍRIA, COM VLADIMIR PUTIN (CENTRO)



Fonte: Grynspan, 2017.

O Grupo Wagner iniciou suas atividades durante a operação russa para a anexação da Crimeia, anteriormente sob controle ucraniano. De acordo com Marten (2019, p. 192), o Wagner esteve presente na Crimeia durante a operação militar russa das chamadas "pessoas educadas", que assumiram o controle da península em 2014. Posteriormente, o grupo deslocou-se para Lugansk, onde Utkin possivelmente esteve envolvido nos assassinatos de dois comandantes de milícias pró-Rússia locais em 2015.²¹ O sucesso na operação da Crimeia elevou a EMSP a um novo patamar, criando oportunidades para contratos em países onde a Rússia precisava de um braço armado, mantendo, ao mesmo tempo, a capacidade de negar oficialmente qualquer relação com o grupo.

No final de fevereiro de 2014, forças especiais russas, vestindo uniformes sem identificação, apareceram na Crimeia e assumiram o controle de instalações governamentais, aeroportos e outros pontos estratégicos. Eufemisticamente chamadas de "pessoas educadas" ou "homenzinhos verdes", essas forças, cuja identidade oficial não foi confirmada, atuaram ao lado de outras unidades militares para neutralizar as forças ucranianas e, eventualmente, tomar o controle completo da península. Relatórios de fontes abertas sugerem que PMCs russas participaram das operações

²¹ O mistério da identidade de Wagner foi revelado: ele é um oficial russo e chefe de uma grande empresa militar privada na Rússia, que eliminou Mozgovoy, Dremov e outros líderes terroristas, e agora está lutando na Síria. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180801094113/https://en.censor.net.ua/resonance/381743/mystery_of_wagners_identity_unfolded_he_is_russian_officer_and_head_of_large_private_military_company. Acesso em: 25 set. 2024.

que culminaram na anexação da Crimeia, incluindo uma versão inicial do Grupo Wagner, então um agrupamento informal formado por remanescentes do Slavonic Corps, moradores locais e outros combatentes (Østensen e Bukkvol, 2018, P. 22, tradução nossa).

Em 2016, o Grupo Wagner destacou-se como força de elite na Síria, especialmente na segunda batalha de Palmyra, quando a cidade foi retomada do Estado Islâmico com apoio russo. Apesar do papel crucial desempenhado, seus membros expressaram descontentamento com o crédito atribuído às forças sírias pela vitória. Na época, estimava-se que entre 2.000 e 2.500 combatentes do Wagner estavam na Síria, com custos operacionais anuais superiores aos do orçamento militar oficial russo para a região (Jones et al., p. 25). Além de economizar recursos, o Wagner também absorvia baixas que de outra forma recairiam sobre as forças regulares russas. Em junho de 2016, foi revelada a conexão do Wagner com Yevgeny Prigozhin, seu principal financiador, enquanto Dmitry Utkin, líder do grupo, e Andrei Troshev, veterano militar, receberam medalhas no Kremlin por ações não especificadas. Esses eventos reforçam o papel estratégico do Wagner como extensão informal das operações militares russas.

Em 2017, Dmitry Utkin assumiu um cargo executivo no conglomerado *Concord*, de propriedade do oligarca russo Yevgeny Prigozhin.²² Além de ser o dono da Concord, Prigozhin tornou-se o principal financiador do Grupo Wagner, utilizando suas empresas para viabilizar o suporte logístico e financeiro às operações da organização no exterior. Já Andrei Troshev, membro fundador e uma das figuras-chave do grupo, desempenhou um papel estratégico na articulação com os órgãos de segurança dentro da Rússia. Veterano das guerras no Afeganistão e na Chechênia e ex-coronel da Guarda Nacional Russa (*Rosgvardiya*), Troshev era próximo ao Ministério da Defesa e chegou a ser condecorado pelo Kremlin por sua atuação na Síria²³. Sua influência e conexões dentro da estrutura estatal russa reforçaram os laços entre o Wagner e o aparato militar oficial, evidenciando o grau de coordenação entre a organização paramilitar e os interesses estratégicos do governo russo.

Com o início da guerra na Ucrânia em fevereiro de 2022, o Grupo Wagner desempenhou um papel central nas ofensivas planejadas por Moscou, incluindo a captura de cidades estratégicas. Conforme apontam Jones et al. (2021), inicialmente a atuação da Empresa Militar e de Segurança Privada era secundária, servindo como força de apoio às unidades convencionais

²² Comandante do Grupo Wagner torna-se CEO do negócio de catering do amigo de Putin. Disponível em: [https://uawire.org/wagner-group-commander-becomes-ceo-of-putin-s-friend-s-cater ng-business](https://uawire.org/wagner-group-commander-becomes-ceo-of-putin-s-friend-s-cater-ng-business). Acesso em: 22 out. 2024.

²³ Grupo WAGNER: O que será dos tenentes de Prigozhin após o motim? Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/09/29/grisalha-saiba-quem-e-o-ex-auxiliar-de-prigojin-que-putin-convidou-a-coordenar-formacao-de-voluntarios-na-guerra.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2024.

das Forças Armadas russas e operando sob o comando direto de oficiais do exército. No entanto, com o avanço do conflito, o Wagner expandiu significativamente seu contingente e ampliou seu escopo de atuação dentro da chamada Operação Militar Especial, assumindo um papel cada vez mais autônomo e estratégico no campo de batalha.

Todavia, ao longo do tempo, a relação entre o Grupo Wagner e as Forças Armadas russas se deteriorou, exacerbada por críticas públicas feitas em vídeos divulgados no Telegram. Nessas declarações, membros do Wagner denunciaram a falta de apoio logístico e a desorganização do comando militar russo, além de dirigir críticas diretas ao chefe do Estado-Maior, Valery Gerasimov, e ao Ministro da Defesa, Sergei Shoigu (Rosenberg, 2023).²⁴ A escalada dessas tensões culminou em um episódio de rebelião em junho de 2023, quando Yevgeny Prigozhin liderou o grupo em uma marcha rumo a Moscou, desafiando abertamente a liderança militar russa. No entanto, o motim foi abruptamente interrompido no dia seguinte, após um acordo mediado pelo presidente bielorrusso Alexander Lukashenko, cujos detalhes permaneceram amplamente indefinidos.²⁵

Alguns meses após os eventos, Prigozhin e Utkin morreram em um misterioso acidente aéreo. Com a morte de ambos, coube a Andrei Troshev a tarefa de reorganizar os ativos do grupo. Contudo, isso não significou o fim imediato do Wagner, mas sim uma reestruturação das formas de atuação e missões. O grupo passou a direcionar parte de seus recursos para uma nova iniciativa, o *African Corps*. Nessa nova configuração, os destacamentos em países africanos começaram a recrutar pessoal local, com isso o Kremlin pretendia: 1) Substituir por essas forças os combatentes do Wagner remanescentes; 2) Fortalecer ainda mais a presença militar da Rússia, por meio do estabelecimento de bases militares em países estratégicos; 3) Consolidar o controle sobre os negócios do Wagner e das empresas russas na região e 4) Aumentar a capacidade de negar os vínculos e se livrar das acusações.²⁶

Com essa nova configuração, o Kremlin busca reduzir significativamente a autonomia do grupo, visando colocá-lo sob controle direto e prevenir futuros contratemplos. Paralelamente, ao operar por meio dessa nova estrutura, o governo russo utiliza o grupo como uma ferramenta para gerar demanda na indústria bélica nacional, prospectando novos clientes em países

²⁴ Yevgeny Prigozhin: O chefe da Wagner culpa o ministro da defesa pela guerra Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-65996531>. Acesso em: 29 jun. 2024.

²⁵ O que aconteceu com o Grupo Wagner um ano depois do motim contra o Kremlin. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/clmmm1led13o>. Acesso em: 29 out. 2024.

²⁶ Rússia cria novo exército mercenário na África, substituindo o Wagner Group. Disponível em: <https://referencia.com/africa/russia-cria-novo-exercito-mercenario-na-africa-substituindo-o-wagner-group/>. Acesso em: 4 nov. 2024.

africanos. Essa estratégia visa aumentar as receitas e mitigar os elevados custos da Guerra na Ucrânia, além de contornar as sanções econômicas impostas pelo Ocidente.

4.2. Presença das empresas militares e de segurança privadas: o caso da República Centro Africana

Para entender as motivações que levam Moscou a direcionar considerável parte de seus recursos ao continente Africano, é fundamental reconhecer que a influência russa na região remonta à década de 1950, como aponta Sukhankin (2020b, p. 15). Naquele período, a Rússia começou a enviar conselheiros militares, intensificando suas ações entre as décadas de 1960 e 1980, quando Angola se tornou um ponto focal na disputa soviética por influência na África. Desde então, o Kremlin tem investido recursos significativos para estabelecer influência e construir uma rede de relações estratégicas com países do continente

O valor estratégico da África para a Rússia tem crescido significativamente, especialmente no contexto de seu esforço para retomar o papel de potência global. Esse processo ganhou ainda mais relevância com a deterioração das relações entre Moscou e seus parceiros tradicionais, resultado direto da invasão russa à Ucrânia, o que obrigou o País a buscar novas alternativas. Como destacado por Issaev et al. (2023), a importância da África para a Rússia aumentou consideravelmente no final da década de 2010, sobretudo após a crise ucraniana de 2014. Nesse período, o presidente Putin, determinando a restaurar o status da Rússia como uma "grande potência", desafiou o sistema unipolar das Relações Internacionais, reforçando a busca por influência em novas regiões.

Isso, por sua vez, torna a África uma região cada vez mais atraente para a política de securitização russa. Por um lado, a região é abundante em conflitos e tem estado em um estado de turbulência política permanente nos últimos anos. Por outro lado, o interesse da comunidade internacional na África é muito menor em comparação com o Oriente Médio e o Norte da África, o que compreensivelmente causa maior preocupação da União Europeia. Tudo isso cria condições favoráveis para uma possível penetração russa em países africanos. Além disso, as elites regionais em países africanos também sentem os benefícios potenciais do atual momento político. (Issaev et al., 2023, p. 325, tradução nossa).

Entre 2015 e 2019, a Rússia firmou mais de 19 acordos com países africanos voltados para a cooperação técnico-militar, utilizando uma série de ferramentas e incentivos para alcançá-los. Além de oferecer uma ampla gama de "produtos e serviços", como armamentos e serviços relacionados à segurança, Moscou apelou para diversos elementos em suas

negociações.²⁷ Destacam-se, entre eles, a memória da ajuda soviética às nações africanas durante suas lutas de independência e anticoloniais, o compromisso com a rejeição de qualquer forma de racismo e discriminação, e a ênfase em laços religiosos, como o cristianismo, especialmente nas relações com a Etiópia, e o islamismo, como forma de unidade não material entre a África e a Rússia.

Entre os principais parceiros da Rússia no continente Africano, a República Centro-Africana destaca-se como um dos mais relevantes. A aproximação entre os dois países não foi meramente circunstancial, mas sim resultado de um conjunto de fatores estratégicos que motivaram Moscou a ampliar sua presença na região. A instabilidade política e a fragilidade do governo centro-africano diante de grupos armados criaram um contexto favorável para a atuação russa, especialmente no setor de segurança e defesa. Como observa Dukhan (2020, p. 2), a RCA chegou a ser descrita como um "estado fantasma", marcado por extrema instabilidade política e elevados níveis de pobreza. Essa fragilidade estrutural se reflete no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no qual o país ocupava a 188ª posição entre 189 países.

Historicamente, a República Centro-Africana tem sido marcada por ciclos recorrentes de violência e instabilidade. Durante o período colonial, a administração francesa impôs um regime de exploração baseado no trabalho forçado e na repressão da população local (Asgarov, 2021). Após conquistar a independência em 1960, o País passou por sucessivas crises políticas, golpes de Estado e conflitos internos, consolidando um cenário de instabilidade que persiste até os dias atuais. As primeiras eleições livres na RCA ocorreram apenas em 1993, resultando na vitória de Ange-Félix Patassé. No entanto, entre esse período e 2013, o País enfrentou graves crises políticas, que levaram à deposição de dois presidentes eleitos por meio de golpes de Estado: Patassé em 2003, por François Bozizé, e Bozizé em 2013, pela coalizão rebelde Séléka.²⁸

Diante do agravamento da insegurança e da incapacidade do governo de exercer controle efetivo sobre o território, a França lançou, em 2013, a operação Sangaris, com o objetivo de conter a violência entre os grupos armados. No entanto, em 2016, Paris anunciou o encerramento da missão e a retirada de suas tropas, transferindo a responsabilidade da segurança para a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização

²⁷ Putin faz acordo militar com 40 países africanos em busca de maior influência no continente. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/putin-faz-acordo-militar-com-40-paises-africanos-em-busca-de-maior-influencia-no-continente/?srsltid=AfmBOor6G7ervI6NoWar-mvtLGYP8IS3xq6kNaKoyhkuofmE1iDvuZWL>

²⁸ República Centro-Africana: Abusos desenfreados após golpe. Disponível em: <https://casebook.icrc.org/case-study/central-african-republic-coup-detat>

da República Centro-Africana (MINUSCA).²⁹ Esse movimento abriu espaço para a ampliação da influência russa no País, com o envio de assessores militares e a atuação de empresas militares privadas ligadas a Moscou (Asgarov, 2021, p. 2).

Portanto, a Rússia passou a adotar um discurso convincente, argumentando que o continente Africano enfrentava sérios problemas de segurança, com numerosos Estados em guerra civil e grupos paramilitares enfraquecendo o poder estatal. Nesse contexto, a necessidade de um governo forte e capaz de utilizar meios coercitivos para evitar a dissolução do estado tornou Moscou um importante aliado para os governos que precisavam de apoio militar. Além disso, a Rússia demonstrou sua capacidade de proteger regimes aliados na Síria, contrastando com a relutância dos Estados Unidos em apoiar seus aliados, como Hosni Mubarak no Egito e Zine El Abidine Ben Ali na Tunísia, em 2011, o que foi visto por muitos no Oriente Médio como uma traição (Issaev et al., 2023, p. 325).

De acordo com Jones et al. (2021, p. 52), Moscou sempre adotou uma abordagem pragmática na escolha de parceiros, priorizando países ricos em recursos naturais, mas politicamente frágeis. Nesse contexto, a República Centro-Africana tornou-se um alvo estratégico, especialmente após a eleição de Faustin-Archange Touadéra em 2016, com 63% dos votos (Asgarov, 2021). Touadéra demonstrou insatisfação com a falta de apoio francês à estabilidade do País, especialmente após a retirada da Operação Sangaris em 2016. Em outubro de 2017, durante um encontro em Sochi com o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, o presidente centro-africano solicitou assistência para a reconstrução das Forças Armadas Centro-Africanas (FACA) e apoio russo para o fim do embargo de armas imposto pela ONU desde 2013. Como resultado, em dezembro de 2017, Moscou obteve uma isenção parcial do embargo no Conselho de Segurança da ONU, permitindo o envio de armamentos e instrutores militares ao país (United States Army Training and Doctrine Command ([TRADOC], 2020, p. 80).

Em novembro de 2017, foi registrada na República Centro-Africana a empresa *SEWA Security Services*, uma firma de segurança privada que, segundo investigações, estaria ligada a redes associadas ao empresário Yevgeny Prigozhin, financiador do Grupo Wagner (Dukhan, 2020, p. 6). Essa empresa desempenhou um papel na proteção de interesses russos no País, ao lado de outras empresas vinculadas a Moscou, como a *Lobaye Invest*, que atuava na exploração de recursos naturais. Logo após a obtenção da isenção parcial do embargo de armas da ONU, a

²⁹ França encerra operação militar de Sangaris na RCA. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-37823047#:~:text=France%20is%20ending%20its%20military%20mission%20in%20the,a%20fresh%20wave%20of%20killings%20has%20rocked%20CAR>.

Rússia intensificou sua presença militar na região. Segundo Ramani (2021), em 22 de dezembro de 2017, o Kremlin enviou 170 instrutores civis e 5 oficiais militares à RCA, a pedido do governo centro-africano, com o objetivo de treinar as FACA. Posteriormente, fontes oficiais russas indicaram que esse número aumentou para 300 instrutores.

FIGURA 4 - MEMBROS DO GRUPO WAGNER SUPERVISIONAM TREINAMENTO NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA



Fonte: Spearin, 2023

Em um relatório apresentado às Nações Unidas, o ministro da Defesa da RCA destacou que os instrutores russos desempenharam um papel essencial na capacitação das Forças Armadas Centro-Africanas no manuseio do armamento russo recebido após a flexibilização do embargo (United States Army Training and Doctrine Command [TRADOC], 2020, p. 81). As tropas do Grupo Wagner, operando sob o nome *SEWA Security Services*, rapidamente estabeleceram sua própria base de treinamento, não apenas para suas forças, mas também para os soldados centro-africanos. Relatos indicam que os combatentes do grupo chegaram junto com os instrutores russos e montaram um campo de treinamento a sudoeste da capital, Bangui, nas ruínas do antigo palácio de Berengo, que anteriormente serviu como residência oficial do ex-presidente Jean-Bédél Bokassa (Jones et al., 2021, p. 55).

O aumento da atividade de instrutores russos também atraiu a atenção de organizações multilaterais presentes na RCA. Em março de 2021, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos emitiu um comunicado à imprensa denunciando a proximidade operacional de PMCs e forças de paz russas com a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA). Entre outras atividades, o comunicado à imprensa observou a presença regular de pessoal de PMCs russos em bases da MINUSCA, evacuações médicas de pessoal de PMCs russos para instalações da MINUSCA e alegações de abusos de direitos humanos cometidos por pessoal de PMCs russos operando ao lado das forças armadas da RCA (Jones et al., 2021, p. 55, tradução nossa).

FIGURA 5 - IMAGEM DA BASE PRINCIPAL DO GRUPO WAGNER, BERENGO, REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA



Fonte: Jones et al., 2021.

Gradualmente, o aumento da presença do Grupo Wagner na República Centro-Africana fortaleceu os laços entre o governo local e os interesses russos. Como resultado, uma série de contratos foi firmada entre Moscou e Bangui, garantindo ao grupo paramilitar um papel estratégico em diversas funções essenciais dentro do aparato de segurança nacional. Não demorou para que indivíduos de nacionalidade russa fossem fotografados atuando como seguranças do presidente Faustin-Archange Touadéra. Relatos indicam que membros de sua equipe de proteção pessoal utilizavam insígnias identificando-os como soldados da *Sewa Security Services*, evidenciando a presença da Empresa Militar Privada na segurança presidencial (*United States Army Training and Doctrine Command [TRADOC]*, 2020, p. 81).

FIGURA 6 - MERCENÁRIOS DO GRUPO WAGNER ACOMPANHAM PARADA MILITAR ENQUANTO PARTICIPAM DA SEGURANÇA DO PRESIDENTE EM BANGUI, NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA



Fonte: O Globo.³⁰

A crescente influência do Grupo Wagner na República Centro-Africana, especialmente por meio da prestação de serviços em áreas estratégicas do setor de segurança e defesa, resultou na dependência do governo local em relação às forças russas. Esse cenário conferiu às Empresas Militares e de Segurança Privadas um controle significativo sobre funções essenciais do aparato estatal, incluindo treinamento militar, proteção de autoridades e operações de combate a grupos rebeldes. Segundo Leander (2005, p. 612) essas EMSPs sempre irão administrar as estratégias para a comercialização do seu produto, moldando o entendimento dos seus clientes sobre as ameaças a serem enfrentadas e como as forças privadas responderiam a isso de forma superior.

Essa dependência operacional compromete os esforços do governo centro-africano para desenvolver uma força militar autônoma e eficaz, dificultando a consolidação de instituições de defesa soberanas. Além disso, a presença prolongada de mercenários estrangeiros pode fragilizar a autoridade do Estado, limitar a capacidade de formulação independente de políticas de segurança e criar obstáculos para a profissionalização das Forças Armadas Centro-Africanas.

³⁰ Com armas, diamantes e ditadores, Rússia reforça sua presença na África. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/08/com-armas-diamantes-e-ditadores-russia-reforca-sua-presenca-na-africa.ghtml>

Em outras palavras, uma lógica de mercado embutida faz com que as PMCs contribuam para a "securitização" de uma variedade de questões. Elas criam uma demanda pelos serviços que oferecem ao conscientizar os clientes sobre as muitas ameaças contra as quais precisam de proteção. Se os representantes das PMCs fazem isso astutamente ou não, ou porque acreditam genuinamente nas ameaças que descrevem e nas soluções que sugerem, é secundário ao argumento aqui. O ponto é que a lógica de mercado empurra as PMCs a se estabelecerem não apenas como provedoras de serviços de segurança, mas como especialistas em segurança que definem quais serviços são necessários (Leander, 2005, tradução nossa).

Embora a presença militar do Grupo Wagner tenha sido predominante, sua atuação na RCA não se limitou à esfera securitária. Nos anos seguintes, a influência russa se expandiu para o setor econômico, com o registro da empresa *Lobaye Invest* por Yevgeny Prigozhin que passou a operar no País. A empresa recebeu direitos de exploração renováveis de 3 anos em seis áreas de Yawa, Prefeitura de Boda, no sudoeste da RCA, para ouro e diamantes (*United States Army Training and Doctrine Command* [TRADOC], 2020, p. 82). Essa empresa, vinculada a redes associadas a Yevgeny Prigozhin, desempenhou um papel estratégico na exploração de recursos naturais, especialmente na mineração de ouro e diamantes. Dessa forma, além de garantir uma posição privilegiada no aparato de segurança centro-africano, Moscou também fortaleceu sua presença econômica, consolidando uma relação de interdependência entre o governo local e os interesses russos.

FIGURA 7 - MAPA DE EXPLORAÇÃO DA LOBAYE INVEST NA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA



Fonte: Jones et al., 2021.

A atuação da Rússia na África vai além da cooperação militar, envolvendo também interesses econômicos de atores não estatais russos, que operam, muitas vezes de forma encoberta, nos setores de recursos naturais da África Subsaariana. Esses interesses não podem ser abertamente manifestados devido ao envolvimento com regimes politicamente instáveis e isolados, muitas vezes operando em zonas "cinzas", onde atividades legais se misturam a ações ilegais. A vantagem competitiva da Rússia, em comparação com atores ocidentais, baseia-se na sua postura de não criticar assuntos internos de outros países (como abusos de direitos humanos), no uso de métodos políticos secretos, como manipulação eleitoral, e na "negação plausível", que reduz o risco de exposição. A estratégia russa é fundamentada em quatro pilares principais: a assimetria nos custos e lucros, a prevenção de confrontos diretos com potências mais fortes, a concorrência com a China (pelo menos superficialmente) e a escolha cuidadosa de batalhas para expandir a sua influência.

Esses fatores tornaram a estratégia de utilização de EMSPs pela Rússia crucial para manter sua presença no continente Africano. O modelo adotado na África Subsaariana segue uma abordagem similar àquela aplicada na Síria: Moscou estabelece acordos discretos com as lideranças locais, oferecendo apoio militar secreto em troca de concessões no acesso aos

recursos naturais do país em questão (Sukhankin, 2020a). Sendo assim, o Kremlin passou a ver no continente uma importante fonte de recursos naturais, pela necessidade de lidar com uma série de novos problemas e questões referentes ao seu envolvimento na Ucrânia.

Líderes políticos da República Centro-Africana passaram a enxergar a atuação do Grupo Wagner como um elemento estratégico fundamental, não apenas para a manutenção da segurança interna, mas também para a estabilidade do governo. A presença dos mercenários russos, ao oferecer suporte militar direto ao regime, tornou-se um fator essencial para a sobrevivência política do presidente Faustin-Archange Touadéra, especialmente diante da ameaça constante representada por grupos rebeldes. O reconhecimento da importância do Wagner foi além da esfera militar e política, alcançando também a dimensão simbólica. Em 2021, o governo centro-africano inaugurou uma estátua em Bangui em homenagem aos combatentes do grupo, representando soldados russos protegendo civis locais. Essa obra não apenas reforçou a imagem pública positiva da presença russa no país, mas também consolidou a narrativa de que o apoio de Moscou seria indispensável para a soberania e estabilidade da RCA.³¹

FIGURA 8 - ESTÁTUA DOS FUNDADORES DO WAGNER PRIGHOZIN E UTKIN INAUGURADA NA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA



Fonte: Euronews³²

³¹ Estátua do fundador russo da Wagner, Prigozhin, inaugurada na África Central. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/cvgrwzjn7vlo>

³² Fundador da Wagner na Rússia é homenageado com estátua na República Centro-Africana. Disponível em: <https://www.euronews.com/2024/12/05/russias-wagner-founder-honoured-with-statue-in-central-african-republic>

A estratégia da Rússia na África se caracteriza por uma abordagem cautelosa e assimétrica, com Moscou selecionando cuidadosamente seus aliados e utilizando suas vantagens competitivas em relação a outras potências globais, como os Estados Unidos e a União Europeia. A presença enfraquecida de Washington no continente é vista como uma oportunidade para Moscou, que também busca uma colaboração estratégica com a China, embora a sinceridade e a estabilidade dessa parceria sejam questionáveis. Dada a limitação do potencial econômico e da capacidade de *"soft power"* da Rússia, sua estratégia baseia-se em métodos testados em outras regiões, como a venda de armas, a cooperação de segurança híbrida e operações políticas/informativas. As vendas de armas, principalmente à medida que o armamento soviético ainda forma a base das forças armadas de alguns países africanos, continuam sendo uma ferramenta central para Moscou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou compreender como a evolução da Política Externa Russa possibilitou o crescimento e fomento do mercado de Empresas Militares e de Segurança Privadas (EMSPs), com foco na atuação do Grupo Wagner na República Centro-Africana (RCA). A pesquisa demonstrou que as mudanças estratégicas adotadas pelo Kremlin nas últimas décadas resultaram na consolidação dessas empresas como instrumentos fundamentais para a execução dos interesses russos, não apenas no continente africano, mas em outros cenários geopolíticos sensíveis.

A análise revelou que a inserção do Grupo Wagner na RCA não ocorreu de maneira isolada, mas sim dentro de um padrão estruturado da política externa russa, que combina instrumentos militares privados, diplomacia estratégica e influência econômica para expandir sua presença global. Desde o início dos anos 2000, Moscou tem adotado uma postura mais assertiva na política internacional, ampliando seus mecanismos de projeção de poder para além das estruturas tradicionais do Estado. A crescente dependência russa do uso de atores privados na segurança e defesa demonstra uma mudança significativa em sua abordagem, integrando esses grupos dentro de uma lógica de guerra híbrida.

A dissertação mostrou que o uso de EMSPs como o Grupo Wagner permite que a Rússia contorne restrições jurídicas internacionais, minimize custos políticos e militares e fortaleça sua influência em regiões estratégicas, como a África. No caso específico da RCA, a atuação dessas empresas foi viabilizada pelo contexto de instabilidade interna do país e pela necessidade de suporte militar do governo local. O Grupo Wagner, operando sob a cobertura de empresas como a *SEWA Security Services* e a *Lobaye Invest*, desempenhou papéis essenciais, incluindo treinamento das Forças Armadas Centro-Africanas (FACA), proteção de instalações críticas e segurança presidencial.

Um dos principais achados da pesquisa foi a relação direta entre o crescimento dessas empresas e a evolução da política externa russa, que passou a utilizar mecanismos não convencionais para maximizar sua presença global sem o ônus diplomático associado a operações militares tradicionais. A análise evidenciou que, apesar dos esforços russos para manter um discurso oficial de distanciamento das EMSPs, a presença e as ações do Grupo Wagner na RCA são claramente chanceladas por Moscou. O envio de instrutores militares, fornecimento de armamentos e apoio logístico demonstram que essas empresas atuam como extensões informais do Estado russo, promovendo seus interesses sem implicações diretas para o Kremlin.

Além disso, o estudo destacou como a interseção entre segurança e economia é central para a atuação dessas EMSPs. O envolvimento do Grupo Wagner em atividades de mineração de ouro e diamantes por meio da Lobaye Invest ilustra o uso estratégico dessas empresas não apenas como forças militares, mas também como ferramentas econômicas para consolidar a presença russa e criar laços de dependência com governos locais. Dessa forma, a política externa russa para a RCA se mostrou multidimensional, combinando segurança, economia e diplomacia para sustentar seus interesses de longo prazo.

No entanto, algumas limitações foram identificadas ao longo da pesquisa. A escassez de fontes oficiais e o sigilo em torno das operações do Grupo Wagner dificultam uma análise detalhada sobre o grau exato de envolvimento do Kremlin na gestão dessas empresas. A natureza dinâmica da situação política na RCA também representa um desafio, já que a influência russa pode ser reconfigurada rapidamente devido a mudanças no governo local ou intervenções de outros atores internacionais.

Para futuras pesquisas, recomenda-se uma abordagem comparativa entre a atuação do Grupo Wagner em diferentes países africanos, como Líbia, Mali e Sudão, a fim de identificar semelhanças, diferenças e padrões estruturais no emprego dessas EMSPs. Além disso, seria relevante explorar o impacto das mudanças internas na Rússia, como a morte de Yevgeny Prigozhin e a reconfiguração do Wagner sob o nome "The African Corps", para avaliar como essas transformações influenciarão a continuidade dessa estratégia.

Dessa forma, esta dissertação reforça a importância da privatização da força dentro da estratégia russa de política externa, evidenciando que as EMSPs não são apenas ferramentas táticas, mas componentes estruturantes da abordagem geopolítica de Moscou. O modelo russo de utilização dessas empresas se diferencia das práticas ocidentais, sendo mais integrado ao aparato estatal e fortemente vinculado aos interesses estratégicos do Kremlin. Com isso, a pesquisa contribui para o debate sobre segurança internacional, mercenarismo e projeção de poder, fornecendo novas perspectivas sobre os desafios impostos pelo uso crescente de atores privados na condução das relações internacionais contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASGAROV, Roman. **Private Military Company in the Russian Manner: the Wagner Group and Business on the Blood in the Central African Republic**. Ulusal Strateji Araştırmaları Merkezi Center for National Strategy Research, [s. l.], p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://www.ulusam.org.tr/wp-content/uploads/2021/09/Private-Military-Company-in-the-Russian-Manner-the-Wagner-Group-and-Business-on-the-Blood-in-the-Central-African-Republic.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2024.

AVANT, Deborah D. **Private Security Companies**. In: WILLIAMS, Paul D.; MCDONALD, Matt (ed.). *Security Studies An Introduction*. 3. ed. [S. l.: s. n.], 2018. cap. 23, p. 350-362. ISBN 9780415784894.

BERNIER, Pihla. **Yevgeny Primakov's operational code and Russian foreign policy**. Orientador: Tuomas Forsberg. 2018. 87 p. Dissertação de Mestrado (Relações Internacionais) - Universidade Tampere, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://trepo.tuni.fi/handle/10024/104635>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BONNET, Francois. **L'élection de M. Poutine entachée de fraude**. *Le Monde*, França, 14 set. 2000. Internacional, p. 1-1. Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/2000/09/14/1-election-de-m-poutine-entachee-de-fraude_3710643_1819218.html. Acesso em: 19 nov. 2024.

COLIN, Roberto. **Rússia: o ressurgimento da grande potência**. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2007. 155 p. ISBN 978858884455:1.

DAHLQVIST, Nils. **Russia's (not so) Private Military Companies**. FOI, RUFBS Briefing, Suécia, n. 44, 2019.

DALL'AGNOL, Augusto César. **Queda & Ascensão da Rússia: Estabilidade Estratégica, Construção do Estado e Reforma Militar de Larga Escala (1991-2021)**. 1. ed. Curitiba: Apris, 2021. 243 p. ISBN 978-65-250-1326-8.

DELONG, Marek. **The Concept of Russian Federation Foreign and Security Policy by Eugene Primakov**. *Internal Security*, Poland, v. 12, n. 1, p. 307-318, 2020. Disponível em: <https://internalsecurity.akademipolicji.eu/article/206644/en>. Acesso em: 20 nov. 2024.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (ed.). **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. 5. ed. Estados Unidos: SAGE, 2018. 1694 p. ISBN 978-1-4833-4980-0.

DONALDSON, Robert H. **Boris yeltsin's foreign policy legacy**. *Tulsa Journal of Comparative and International Law*, Estados Unidos, v. 7, p. 285-326, 1999. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/tulcint7&div=16&id=&page=>. Acesso em: 28 nov. 2024.

DUKHAN, Nathalia. **Central African Republic: Ground Zero for Russian Influence in Central Africa**. Atlantic Council Eurasia Center, [s. l.], p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/resrep26688.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

DUNCAN, Peter J.S. **"Batman and Robin? Exploring foreign policy differences between Putin and Medvedev during the Medvedev presidency**. CENTRE for EUROPEAN POLITICS, SECURITY & INTEGRATION, Londres, p. 1-21, 2013. Disponível em:

<https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/1400396/1/CEPSI-WP-2013-3-%20Duncan.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FEDERAÇÃO RUSSA. Ministério das Relações Exteriores. Boletim diplomático. **Disposições básicas do conceito de política externa da Federação Russa**, Moscou: Ministério das Relações Exteriores, p. 3-23, 23 abr. 1993. Disponível em: <https://www.russiamatters.org/sites/default/files/media/files/1993%20Foreign%20Policy%20Strategy%20RUS.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

FEDERAÇÃO RUSSA (Rússia). Ministério das Relações Exteriores. **2000 Russian Foreign Policy Concept**. Rússia: Ministério das Relações Exteriores, 2000. Disponível em: https://www.ng.ru/world/2000-07-11/1_1_concept.html. Acesso em: 6 ago. 2024.

FEDERAÇÃO RUSSA (Rússia). Ministério das Relações Exteriores. **2008 Russian Foreign Policy Concept**. Rússia: Ministério das Relações Exteriores, 12 jan. 2008. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/supplement/4116>. Acesso em: 29 ago. 2024.

FEDERAÇÃO RUSSA (Rússia). Ministério das Relações Exteriores. **2013 Russian Foreign Policy Concept**. Rússia: Ministério das Relações Exteriores, 12 fev. 2013. Disponível em: https://beijing.mid.ru/en/countries/rossiya/kontseptsiya_vneshney_politiki_rossii/. Acesso em: 24 out. 2024.

FEDERAÇÃO RUSSA (Rússia). Ministério das Relações Exteriores. **2016 Russian Foreign Policy Concept**. Rússia: Ministério das Relações Exteriores, 30 nov. 2016. Disponível em: <https://www.voltairenet.org/article202038.html>. Acesso em: 27 nov. 2024.

FEDERAÇÃO RUSSA (Rússia). Ministério das Relações Exteriores. **2023 Russian Foreign Policy Concept**. Rússia: Ministério das Relações Exteriores, 30 nov. 2016. Disponível em: https://mid.ru/en/foreign_policy/fundamental_documents/1860586/. Acesso em: 10 dez. 2024.

FINN, Peter; GLASSER, Susan B. **Under a ‘Crying’ Sky, Beslan’s Dead Are Laid to Rest: Death Toll at 334; 200 Still Missing**. *The Washington Post*, [S. l.], 7 set. 2004. Washington Post Foreign Service. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A463-2004Sep6.html>. Acesso em: 13 nov. 2024.

FIQUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa: 1**. 1. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2012. 208 p. ISBN 978-8502132863.

GASSER, Martina; MALZACHER, Mareva. Beyond Banning Mercenaries: The Use of Private Military and Security Companies Under IHL. *In*: HEFFES, Ezequiel; KOTLIK, Marcos D.; VENTURA, Manuel J. (ed.). **International Humanitarian Law and Non-State Actors: Debates, Law and Practice**. Holanda: Asser Press, 2020. cap. 03, p. 48-77. ISBN 978-94-6265-339-9.

GIEDRAITIS, Aivaras. Private Military Companies in the Foreign and Security Policy of the Russian Federation in 2014–2019. **Lithuanian Annual Strategic Review**, [s. l.], v. 18, ed. 1, p. 123-162, 2020. Disponível em: https://cybershafarat.com/wp-content/uploads/2022/07/Copyoflasr-18-1-6_giedraitis.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

GOMES NETO, José Mario Wanderley; ALBUQUERQUE, Rodrigo Barros de; DA SILVA, Renan Francelino. **Estudos de Caso: Manual Para a Pesquisa Empírica Qualitativa**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2024. 135 p. ISBN 978-85-326-6693-2.

GRASS, Pável Lavrenthiv. **A Formação Histórica e Geopolítica da Rússia, a Renovação de seu Complexo Industrial de Defesa e sua Doutrina Militar no século XXI**. 2022. 207 f. Tese (Doutorado) – Curso de Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2022.

GRYNSZPAN, Emmanuel. **Wagner Group: What will become of Prigozhin's lieutenants after mutiny?**. *Le Monde*, [s. l.], 21 ago. 2017. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2023/07/06/fate-of-prigozhin-s-wagner-lieutenants-remains-uncertain_6044666_4.html. Acesso em: 13 set. 2024.

ISSAEV, L. M., Shishkina, A. R., & Liokumovich, Y. B. (2023). Russian policy of securitization in Africa: Features of perception. *Vestnik RUDN. International Relations*, 23(2), 322—338. <https://doi.org/10.22363/2313-0660-2023-23-2-322-338>.

JONES, Seth; DOXSEE, Catrina; KATZ, Brian; MCQUEEN, Eric; MOYE, Joe. **Russia's Corporate Soldiers: The Global Expansion of Russia's Private Military Companies**. CSIS Transnational Threats Project, Washington, 2021.

KASYMOV, Shavkat. Statism in Russia: **The implications for US–Russian relations**. *The Journal of Slavic Military Studies*, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 529-552, 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13518046.2011.598772>. Acesso em: 1 jan. 2025

KATZ, Brian; JONES, Seth; DOXSEE, Catrina; HARRINGTON, Nicholas. **Moscow's Mercenary Wars: The Expansion of Russian Private Military Companies**. Washington: Center for Strategic & International Studies, 2020. Disponível em: <https://russianpmcs.csis.org/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

KRAHMANN, Elke (ed.). Privatization of Warfare. *In*: GRUSZCZAK, Artur; KAEMPF, Sebastian (ed.). **ROUTLEDGE HANDBOOK OF THE FUTURE OF WARFARE**. Nova York: Routledge, 2024. cap. 11, p. 120-130. ISBN 781003299011.

KRUCK, Andreas. Theorising the use of private military and security companies: a synthetic perspective. **Journal of International Relations and Development**, Londres, v. 17, p. 112-141, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/jird.2013.4>. Acesso em: 4 jun. 2024.

KUCHINS, Andrew C.; ZEVELEV, Igor A. **Russian Foreign Policy: Continuity in Change**. *The Washington Quarterly*, Washington, p. 147-161, 2012. DOI <http://dx.doi.org/10.1080/0163660X.2012.642787>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0163660X.2012.642787>. Acesso em: 19 set. 2024.

LEANDER, Anna. The market for force and public security: The destabilizing consequences of private military companies. **Journal of peace research**, Londres, v. 42, n. 5, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0022343305056237>. Acesso em: 14 nov. 2024.

LIU, Fenghua. **Russia's Foreign Policy Over the Past Three Decades: Change and Continuity.** Chinese Journal of Slavic Studies, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 86-99, 2022. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/cjss-2022-0004/html>. Acesso em: 19 nov. 2024.

LO, Bobo. **Russian Foreign Policy in the Post-Soviet Era Reality, Illusion and Mythmaking.** 1º. ed. Londres: Palgrave Macmillan, 1959. 235 p.

MARTEN, Kimberly. **Putin's choices: explaining Russian foreign policy and intervention in Ukraine.** The Washington Quarterly, Washington, v. 38, n. 2, p. 189-204, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0163660X.2015.1064717>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MARTEN, Kimberly. **Russia's use of semi-state security forces: the case of the Wagner Group.** Post-Soviet Affairs, [s. l.], p. 181-204, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1060586X.2019.1591142>. Acesso em: 7 out. 2024.

MAZAT, Numa; SERRANO, Franklin. **A GEOPOLÍTICA DA FEDERAÇÃO RUSSA EM RELAÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS E À EUROPA: VULNERABILIDADE, COOPERAÇÃO E CONFLITO.** In: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli (org.). Renascimento de uma potência? : a Rússia no século XXI. Brasília: IPEA, 2012. cap. 1, p. 9-50. ISBN 78-85-7811-156-4.

MONTEFIORE, Simon Sebag. **Os Románov 1631-1918.** [S. l.]: Companhia das Letras, 2016. 944 p. ISBN 8535928235.

ØSTENSEN, Åse Gilje; BUKKVOLL, Tor. Private military companies – Russian great power politics on the cheap?. **Small Wars & Insurgencies**, [s. l.], p. 130-151, 2022. DOI <https://doi.org/10.1080/09592318.2021.1984709>.

ØSTENSEN, Åse Gilje; BUKKVOLL, Tor. The Emergence of Russian Private Military Companies: A New Tool of Clandestine Warfare. **Special Operations Journal**, Noruega, v. 6, n. 1, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/23296151.2020.1740528>. Acesso em: 11 jun. 2024.

PETERSEIM, Locke. **Yevgeny Primakov Prime Minister of Russia.** [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Yevgeny-Primakov>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PRESIDÊNCIA DA FEDERAÇÃO RUSSA (Federação Russa). Ministério da Defesa. 2014. **Military Doctrine of the Russian Federation**, Moscou, 2014. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180501051233id_/https://www.offiziere.ch/wp-content/uploads-001/2015/08/Russia-s-2014-Military-Doctrine.pdf. Acesso em: 5 dez. 2024.

PUTNAM, Robert D. **Diplomacy and Domestic Politics: the logic of the Two-level game.** International Organization, Boston, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2706785>. Acesso em: 29 nov. 2024.

RAMANI, Samuel. **Russia's Strategy in the Central African Republic**. RUSI, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/russias-strategy-central-african-republic>. Acesso em: 4 dez. 2024.

RIBEIRO, João Ruela. **Putin ganha por aclamação e promete um governo "fora do comum"**. Publico, [S. l.], 18 mar. 2018. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/03/18/mundo/noticia/putin-reeleito-presidente-com-votacao-superior-a-70-1807112>. Acesso em: 29 nov. 2024.

RUMER, Eugene; WEISS, Andrew. **Russia's Enduring Presence in the Middle East**. Carnegie Endowment for International Peace, [S. l.], p. 1-1, 1 nov. 2024. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/research/2024/11/russias-middle-east-diplomacy-relationship?lang=en>. Acesso em: 5 nov. 2024.

Russian Federation. President (2000-2004, V.V. Putin). **Message to the Federal Assembly of the Russian Federation**, April 18, 2002, Moscow, the Kremlin. Moscow, 2002. 4–5.

SEGRILLO, Angelo. **De Gorbachev a Putin: A Saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo**. 1º. ed. Curitiba: Prismas, 2014. 253 p.

SHEKHOVTSOV, Anton. **"Aleksandr Dugin's Neo-Eurasianism: The New Right à la Russe**. Religion Compass, Londres, p. 697-716., 2009. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1749-8171.2009.00158.x>. Acesso em: 3 dez. 2024.

SHEVSKY, Dmitry. **Euromaidan Revolution in Ukraine**. In: GOLDSTONE, Jack A.; GRININ, Leonid; KOROTAYEV, Andrey (ed.). Handbook of Revolutions in the 21st Century The New Waves of Revolutions, and the Causes and Effects of Disruptive Political Change. [S. l.]: Springer International Publishing, 2022. p. 851-864. ISBN 978-3-030-86467-5.

SINGER, Peter Warren. **Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry**. Nova York: Cornell University Press, 2008. 348 p. ISBN 13: 978-0-8014-7436-1.

SMELTZ, Dina; BAZ, Lama El. **Russians Rally Around Putin's Foreign Policy**. Lester Crown Center on US Foreign Policy, [s. l.], 2025.

SPEARIN, Christopher. **The Wagner Group and U.S. Security Force Assistance in Africa Changed and Challenging Dynamics**. Military Review, [s. l.], p. 1-14, 2023. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/July-August-2023/Dr-Christopher-Spearin/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SUKHANKIN, Sergey. **War, Business and Ideology: How Russian Private Military Contractors Pursue Moscow's Interests**. War By Other Means, Washington, v. 20, 2019. Disponível em: https://www.tandfonline.com/dhttps://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58878965/Paper_1-libre.pdf?1555146615=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DWar_Business_and_Ideology_How_Russian_Pr.pdf&Expires=1739284832&Signature=B0ukdUsVDJ6UeQQER0jft2aY89I7FNnJCXnOeOeNaoQgnN210LvWUt9C~7petUW9msnWRzT0T8CcuOQB00cacI5PyQicZVCv3~toKOC-INN-p0rn~YG-W6NwVFl~aF4E6SHMtZotfaxpeSHqI5n1UStFNBkfHIJFFj8KvJ5PFQ7IcEzdGLPTT-

b9IqLjuHtnRfhyth5kYtAPxWuh7tP92B-WRIIm5Z0qxgzrsKKI5REBX~sj4hk-ya~fNQ~RG5PDO~-
CG7hVmqZF~kx~w3J1mAUrndOanGdO0zSONy241Ttsv00bA0GI54HF8XLDmcpWoyBt4JMi8PfvNwMnfSQmhMg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZAoi/full/10.1080/1060586X.2019.1591142. Acesso em: 24 out. 2024.

SUKHANKIN, Sergey. The ‘Hybrid’ Role of Russian Mercenaries, PMCs and Irregulars in Moscow’s Scramble for Africa. **War By Other Means**, [s. l.], v. 10, 2020a. Disponível em: https://www.academia.edu/download/61751866/Paper__720200111-84041-55sfb.pdf. Acesso em: 13 mar. 2024.

SUKHANKIN, Sergey. Russian Private Military Contractors in Sub-Saharan Africa: Strengths, Limitations and Implications. **Russie.Nei.Visions**, França, n. 120, p. 1-25, 2020b. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/64409282/Sukhankin_Russian_Private_Military_Contractors_Africa_2020-libre.pdf?1599824815=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DRussian_Private_Military_Contractors_in.pdf&Expires=1733190162&Signature=EeIErL7YGMuAgPH32CAqb1rCtkG20Gl6yNkao~ANt1REq5JvENj9wf9fojuOX6Wjzc8WHriX7864mK4g~S8l35g5elzSOBmJ-L67Cq466bYgfleSjNsaVXegvgj-DMcVlcOjzWu-g6BPwMKSMu8l4olkB1r2pzJrD40IuH3VAiwU4dVuZTovzOpeomAwFjXWC4i~jZBQmCU~wwtbhbc7l7yoeR7QaFgHL3Lu8ViESo6H965irXWeyLGQ9CTIPirbDenMOMbzuqDSTrHcPZS2QMmAOH-puVpeqfJAYyQEbUnycZjAJofPYFJ5HSEHzSNQo0oHJgSNpXUpOTxBMk~ig__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 16 out. 2024.

SUKHANKIN, Sergey; HURSKA, Alla. Russia’s Private Military Contractors: Cause for Worry?. **Canadian Military Journal**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 14-25, 2021. Disponível em: <http://www.journal.forces.gc.ca/vol21/no2/PDF/CMJ212Ep14.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

TSYGANKOV, Andrei P. **Russia’s Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity**. Londres: ROWMAN & LITTLEFIELD, 2019. 306 p. v. 5. ISBN 9781538124079.

UESSELER, Rolf. **Guerra Como Prestação de Serviços: A destruição da democracia pelas empresas militares privadas**. São Paulo: Estação Liberdade, 2008. 325 p. ISBN 978-85-7448-151-7.

UNITED STATES ARMY TRAINING AND DOCTRINE COMMAND (TRADOC) (United States). Asymmetric Warfare Group. **Russian Private Military Companies: Their Use and How to Consider Them in Operations, Competition, and Conflict**. Estados Unidos: [s. n.], 2020. 156 p.

ZHANG, Juyan; FAHMY, Shahira. **Color revolutions in colored lenses: A comparative analysis of US and Russian press coverage of political movements in Ukraine, Belarus and Uzbekistan**. *International Journal of Communication*, [s. l.], v. 3, p. 1-23, 2009. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/253>. Acesso em: 12 dez. 2024.